

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
RESUMO.....	III
SUMMARY.....	IV
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	V
CRONOLOGIA.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA .....	7
<b>I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 – A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO: O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA E A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 – A ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA.....</b>	<b>12</b>
<b>3 – A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ACTUAL DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>15</b>
3.1 – O CONSENSO DE WASHINGTON E SUA CRÍTICA.....	15
3.2 – A RENOVAÇÃO DO PENSAMENTO DO DESENVOLVIMENTO .....	17
3.2.1 – <i>O Consenso de Nova York (PNUD): O Desenvolvimento Humano e o Conceito de Pobreza .....</i>	<i>21</i>
<b>II PARTE – ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>24</b>
<b>4 – O CONTEXTO PÓS-COLONIAL EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>24</b>
4.1 – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVERSIDADE CULTURAL .....	24
4.2 – EVOLUÇÃO POLÍTICA E SOCIO-ECONÓMICA: DO SOCIALISMO À TRANSIÇÃO DA ECONOMIA DO MERCADO E A EMERGÊNCIA PARA A DEMOCRACIA .....	28
4.2.1 – <i>O Período Socialista e o Impacto Político e Económico.....</i>	<i>28</i>
4.2.2 – <i>O Período da Guerra Civil: Desestruturação das Comunidades e o Impacto sobre a Economia ..</i>	<i>31</i>
4.2.3 – <i>Transição para a Economia de Mercado .....</i>	<i>34</i>
4.3 – O DISTRITO DE MARROMEU: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA .....	39
4.3.1 – <i>Educação em Marromeu .....</i>	<i>49</i>
4.3.2 – <i>Saúde Em Marromeu.....</i>	<i>53</i>
<b>5 – A COMPANHIA DE SENA S.A.R.L. – IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA RENOVAÇÃO/RELANÇAMENTO DA EMPRESA AÇUCAREIRA DE MARROMEU NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>56</b>
5.1 – A TRAJECTÓRIA DA FÁBRICA DE AÇÚCAR: DA ÉPOCA COLONIAL AO FINAL DO PERÍODO SOCIALISTA ....	56
5.1.1 – <i>A Sena Sugar Estates, de 1926 a 1972.....</i>	<i>59</i>
5.1.2 – <i>A decadência da Indústria Açucareira em Moçambique de 1972 à paralisação entre 1985 e 1992</i>	<i>62</i>
5.2 – A CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE SENA SARL: O RELANÇAMENTO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO CONTEXTO DO FIM DA GUERRA E DA TRANSIÇÃO À ECONOMIA DE MERCADO A PARTIR DE 1997 ATÉ A ACTUALIDADE.....	63
5.2.1 – <i>A dimensão da empresa “Companhia de Sena S.A.R.L. (CDSS)” e Objectivos.....</i>	<i>65</i>
5.2.2 – <i>O Impacto da Empresa no Desenvolvimento Económico de Moçambique .....</i>	<i>69</i>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>86</b>

## Índice de Gráficos, Quadros e Anexos

Gráfico 1 – População do Distrito de Marromeu.....	40
Gráfico 2 – Família de Marromeu.....	44
Gráfico 3 – Tipo sociológico de agregado familiar de Marromeu.....	45
Gráfico 4 – Comparação da rede escolar 2003 e 2006.....	50
Gráfico 5 – Produção nacional de açúcar 1998 a 2006 .....	64
Gráfico 6 – Número de trabalhadores por género.....	66
Gráfico 7 – Comercialização do açúcar no mercado doméstico-2003/2006.....	73
Quadro 1 – Rede escolar: Escolas, Alunos e Professores 2003/2006.....	51
Quadro 2 – Idade os Trabalhadores.....	66
Quadro 3 – Produção nacional de açúcar para 2006/2007.....	71
Quadro 4 – Escolas, Alunos e Professores-2006.....	74
Quadro 5 – A contribuição da Companhia para a comunidade.....	75
Quadro 6 – Tipo de habitação/água, condições sanitárias, electricidade.....	76
Anexo I – Mapa de Sofala.....	87
Anexo II – Questionários.....	88
Anexo III – Quadro 7: Número de trabalhadores por sector e género.....	92
Anexo IV – Habitação Rural “Palhota”.....	93
Anexo V – Fontanário de água potável.....	93
Anexo VI – Mercado Informal.....	94
Anexo VII – Hospital Distrital de Marromeu.....	94
Anexo VIII – Centro de Saúde da Companhia.....	95
Anexo IX – Contentores para transporte de açúcar.....	95
Anexo X – Chefe de Campo/zona (Entrevista) .....	96
Anexo XI – Corte da cana-de-açúcar.....	96
Anexo XII – Transporte da cana dos campos para a fábrica .....	97
Anexo XIII – Processo de lavagem da cana. ....	97
Anexo XIV – Processo de lavagem da cana. ....	98
Anexo XV – Trituração da cana .....	98

## **AGRADECIMENTOS**

Ao terminar este trabalho gostaria de expressar de alguma forma os meus agradecimentos à todas as pessoas que contribuíram para a sua realização:

- À minha orientadora, Professora Doutora Joana, pela prontidão, paciência e os bons conselhos.

- À Alice Espada, pela sua amizade, apoio, competência e sugestões. Não existem palavras de agradecimento.

- Aos estimados professores, em particular ao Prof. Doutor Schiefer, por me ter dado voto de confiança e aos colegas do Mestrado em Estudos Africanos do Iscte, em especial os do MEA 14.

- À todos os que me auxiliaram em Maputo, Beira e Marromeu, proporcionando-me estadia, fica uma dívida muito grande, sem a qual a investigação não seria possível.

- Ao Doutor António Sopa - Arquivo Histórico de Moçambique - pela disponibilidade e ajuda na obtenção de dados.

- À Embaixada da República de Moçambique em Lisboa, à Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala, ao Governo Distrital de Marromeu e à Direcção Distrital de Saúde de Marromeu.

- Ao Director Geral e à Directora dos Recursos Humanos, da Companhia de Sena, S.A.R.L. Ao Pedro Rego e aos chefes dos diversos sectores da Companhia.

- Ao meu irmão Gaby pelos conselhos e cedência de algum material. Aos meus amigos da FCUL, em especial ao M.B., pela força e encorajamento.

- Para finalizar, ao meu marido e grande companheiro, pela ajuda, pelas preciosas sugestões e paciência que sempre teve nas minhas solicitações de apoio, e às minhas filhotas pelo apoio, a eles dedico este trabalho.

## **RESUMO**

Neste trabalho, com a interligação entre as disciplinas de Antropologia, Economia e Sociologia, abordamos o contributo que as ciências sociais e económicas podem prestar para a valorização da indústria, no sentido de implementar postos de trabalho e deste modo contribuir para a erradicação da pobreza.

Do estudo empírico e extensiva revisão documental disponível, concluiu-se que todo o esforço realizado no sentido de se ter conseguido a reabilitação da indústria açucareira conduziu ao florescimento do distrito de Marromeu. Por outro, é fundamental realçar as estratégias de desenvolvimento adoptadas no país, mediante a caracterização do próprio sistema económico moçambicano, a evolução económica, bem como o quadro de investimentos e do desenvolvimento do sector privado.

Na primeira parte do nosso trabalho abordam-se as questões relacionadas com o conceito de desenvolvimento nas suas várias etapas, onde se procurou estabelecer sua evolução histórica.

Na segunda parte, temos o estudo de caso, sobre “A importância do complexo fabril açucareiro de Marromeu – província de Sofala em Moçambique – no desenvolvimento socio-económico para a comunidade”, onde são apresentados os resultados obtidos no âmbito do trabalho de campo, como as questões relacionadas com o local, os diversos trajectos da fábrica do açúcar e a situação actual do distrito em termos sociais.

Em suma, procurámos com este trabalho contribuir para uma maior projecção da actividade agro-industrial moçambicana e dos inúmeros benefícios que daí advêm, tais como o aumento do emprego, o desenvolvimento socio-económico da população local (Marromeu) e a sua contribuição na economia do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia, Desenvolvimento, Fábrica de Açúcar e Pobreza.



## **SUMMARY**

In this work, with the linkage between the disciplines of Anthropology, Economy and Sociology, we approach the contribution that the social and economical sciences can give for the increase in value of the industry, in the sense of creating jobs and therefore to contribute eradicating poverty.

From the empirical study and extensive documental revision available, it was concluded that the whole effort carried out in the sense of getting on with the rehabilitation of the sugar industry led to the flourishing of the district of Marromeu. On the other hand, it is fundamental to highlight the strategies of development adopted in the country, through the characterization of the Mozambican economical system itself, the economical evolution, as well as the framework of investments and of the development of the private sector.

In the first part of our work it is approached issues related to the concept of development in its different stages, where it was tried to establish its historical evolution.

In the second part, we have the case study, on “The importance of the manufacturing sugar complex of Marromeu – province of Sofala in Mozambique – in the social economic development for the community”, where are presented the results obtained in the context of the field-work, such as issues referring to the place, several courses of the sugar factory and the current situation of the district in social terms.

On the whole, we tried with this work to contribute to a bigger projection of the Mozambican agricultural industry activity and of the countless benefits that from there result, such as the increase of job opportunities, the social economic development of the local population (Marromeu) and its contribution in the economy of the country.

**KEY WORDS:** Economy, Development, Factory of Sugar and Poverty.

## **LISTA DE ACRÓNIMOS**

- ACP – África, Caraíbas e Pacífico
- BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
- CDSS – Companhia de Sena SARL
- CNP – Comissão Nacional do Plano
- DNA . Direcção Nacional de Açúcar
- EBA – Everything But Arms
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- GATV – Gabinete de Aconselhamento e Testagem Voluntária sobre as DST e o HIV/SIDA
- G20 – grupo de várias organizações da sociedade moçambicana que participam nos  
Observatórios da Pobreza e Desenvolvimento
- GRM – Governo da República de Moçambique
- ha – hectares
- HIPC – Heavily Indebted Poor Countries (Países Pobres Altamente Endividados)
- HIV – Human Immunodeficiency Virus
- IDE – Instituto de Desenvolvimento Económico
- IDH – Índice do Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- Km – quilómetro
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
- OIT – Organização Internacional de Trabalho
- OJM - Organização da Juventude Moçambicana
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMM – Organização da Mulher Moçambicana
- ONG – Organização Não-governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ORAM – Organização Rural de Ajuda Mútua
- OUA – Organização da Unidade Africana

PADM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Município  
PAE – Programa de Ajustamento Estrutural  
PARPA – Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPI – Plano Prospectivo Indicativo  
PRE – Programa de Reabilitação Económica  
PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social  
PRM – Polícia da República de Moçambique  
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana  
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral  
SIDA – Síndrome de Imuno-Deficiência Adquirida  
SINTIA – Comité Sindical de Sena  
Ton – tonelada  
UE – União Europeia  
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## CRONOLOGIA

1975 – Independência de Moçambique. Nesse mesmo ano, o Presidente Samora Machel, decreta as nacionalizações da saúde, educação, justiça e outros sectores económicos (História de Moçambique, Lusotopia)

1976 – Moçambique encerra a fronteira com a Rodésia (Zimbabwe), ao abrigo das recomendações das Nações Unidas (Hermele, K.1990)

1977 – Realização do III Congresso da FRELIMO. O Partido lança as bases para a estratégia de desenvolvimento por meio de uma economia centralmente planificada, tendo adoptado o marxismo-leninismo (Abrahamsson e Nilson, 1994)

1977 – A guerra civil alastra-se por todo o país (História de Moçambique, Lusotopia)

1978 - Rescisão unilateral por parte da África do Sul do pagamento diferido de parte dos salários dos trabalhadores moçambicanos nas minas daquele país (Abrahamsson e Nilson, 1994)

1980 – Entra em vigor o PPI (Castel-Branco, 1995)

1982 – Início da viragem para o Ocidente, da FRELIMO, através de uma campanha diplomática junto dos principais países (Hanlon, 1997)

1982-84 – A África Austral é afectada, em muito, pela seca que provocou fome e miséria em Moçambique (Hanlon, 1997)

1983 - Pedido de ajuda externa alimentar feito por Moçambique por causa da seca. Redução da ajuda por parte dos doadores (Hanlon, 1997)

1983 – IV Congresso do Partido FRELIMO. O Partido avalia a estratégia socialista que adoptou desde 1977 e o desempenho da economia nacional, pelo que os dirigentes decidiram-se por reformas económicas para tirar o país da recessão (Wuyts, 1990/Hermele, K.1988)

1984 – Assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul (Cahen, 1987)

1984 – Moçambique adere ao BM e FMI (Hanlon, 1997)

1985 – A ajuda externa de Moçambique, de 228 milhões de dólares em 1983, ascende a 359 milhões de dólares (Hanlon, 1997)

1986 – Nova rejeição de ajuda alimentar a Moçambique, agora condicionada à aceitação, por parte do país, do pacote de reajustamento estrutural do BM e FMI, (Hanlon, 1997)

1986 – Morte do 1º Presidente da República de Moçambique, num desastre aéreo (História de Moçambique, Lusotopia)

1987 – Moçambique adopta o PRE-Programa de Reabilitação Económica, que iria durar 3 anos (Hermele, K. 1988)

1989 – A FRELIMO abandona o marxismo-leninismo (História de Moçambique, Lusotopia)

1990 – Adopção do PRES-Programa de Reabilitação Económica e Social (Hanlon, 1997)

1990 – Governo Moçambicano e a RENAMO iniciaram conversações em Roma. Introdução da nova Constituição que permitia eleições multipartidárias, a liberdade de imprensa e o direito à greve. Abertura do país à economia de mercado (História de Moçambique, Lusotopia)

1992 – Joaquim Chissano e Afonso Dlakama assinaram o Acordo de Paz, em Roma, pondo fim a 16 anos de guerra civil (História de Moçambique, Lusotopia)

1994 – Realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, em Moçambique (História de Moçambique, Lusotopia)

1995 – As instituições internacionais acordam num plano de reformas económicas e de diminuição da pobreza. A dívida externa do país é elevadíssima, assim como as assimetrias de desenvolvimento (História de Moçambique, Lusotopia)

1996 – Moçambique adere à Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa-CPLP (História de Moçambique, Lusotopia)

1998 – Realização das primeiras eleições para os órgãos das autarquias locais nas principais cidades do país, mas sem a participação da RENAMO, que não reconheceu os resultados (História de Moçambique, Lusotopia)

1999 – Realização das segundas eleições presidenciais e legislativas multipartidárias (História de Moçambique, Lusotopia)

2003 – Realização das segundas eleições para os órgãos das autarquias locais (História de Moçambique, Lusotopia)

2004 – Realização das terceiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, em Moçambique (História de Moçambique, Lusotopia)

## INTRODUÇÃO

No percurso de Moçambique desde a independência até 1992, quando, no contexto do fim da guerra e da transição para a economia de mercado se inicia o processo de privatização, o Estado controlava os sectores chave da economia. Era este o accionista principal de todas as empresas e o proprietário de todos os bens nacionais. Doutra forma não seria de esperar, visto que o sistema político marxista vigente não contemplava a gestão privada. Tudo era na base da filosofia de que a gestão e/ou monopólio de certos sectores de actividade, eleitos pela sua natureza estratégica, importância económica ou interesse social, deviam pertencer ao Estado para garantir a produção e/ou a distribuição de bens, assim como para assegurar padrões de qualidade e formação sistemática de quadros técnicos. As empresas estatais constituíram um exemplo claro de anarquia e má gestão, conduzindo ao colapso sistemático da economia.

Na década de 80, a carência de investimentos, a degradação dos equipamentos e as dificuldades de gestão eram gerais no sector industrial. A crise da indústria está associada à redução da produção agrícola, à destruição da rede de comercialização e ao impacto da guerra. Moçambique tinha optado pelo caminho da socialização do campo, adoptando experiências de produção colectiva implementadas noutros países de orientação socialista, o que contribuiu para a falta de incremento da indústria.

Ora é sabido que em Moçambique a agro-indústria tem um carácter dinâmico, sustentável e progressivo na medida em que transforma e fortalece ligações económicas e sociais, acelera o crescimento, desenvolve a capacidade da economia nacional de forma a esta participar positivamente na economia mundial, e fortalece as capacidades económicas identificadas por vias de alguns indicadores macroeconómicos chave.

O potencial económico do País para a atracção de investimentos na agro-indústria, agricultura, turismo, pesca e exploração mineira é enorme. Projectos como o da Mozal<sup>1</sup>, Barragem de Cabora Bassa, Corredores Ferro-Portuários, Companhias Açucareiras e Complexos Turísticos ao longo de todo o País, têm contribuído significativamente para colocar Moçambique na rota dos grandes investimentos ao nível regional e internacional.

No tocante ao sector açucareiro, muitas multinacionais começam a ter um enorme interesse em Moçambique. Tem-se verificado uma corrida na aquisição das açucareiras moçambicanas nos últimos 7 anos, pelo facto de já ter sido anunciado que a partir de 2009,

---

<sup>1</sup> MOZAL-Alumínios de Moçambique (fábrica).

certos países irão beneficiar de livre acesso dos seus produtos ao mercado europeu<sup>2</sup>. Esse movimento também se deve às enormes potencialidades que Moçambique possui para a produção de cana sacarina, associado ao bom desempenho que as açucareiras estabelecidas nos últimos anos têm tido, bem como a perspectiva do país vir a ser eleito beneficiário da abertura do mercado europeu.

O complexo fabril açucareiro Companhia de Sena surge do aproveitamento das antigas instalações da Sena Sugar Estates, na margem direita do rio Zambeze e a poucos quilómetros da sua foz, no Distrito de Marromeu. Após prolongada paralisação devido à sua destruição (1986) durante a guerra civil em Moçambique, a reabilitação da fábrica tornou-se uma das prioridades para a economia moçambicana. Para o efeito, o governo de Moçambique assinou acordos de parceria com o governo das Maurícias, permitindo assim o restabelecimento da operacionalidade do complexo em 2001.

Neste quadro se situa a estratégia para o aproveitamento da antiga fábrica de açúcar de Sena Sugar Estates, um complexo com um impacto importante para a criação de oportunidades de emprego, dado que as actividades assalariadas assim criadas constituem factores preponderantes na construção de identidades sociais, estabilidade familiar e prestações individuais para a economia nacional.

No Moçambique independente vigoraram dois modelos diferentes de desenvolvimento com conseqüências para a economia nacional. O primeiro modelo, de orientação socialista, representou uma ruptura com o sistema colonial português, que se propunha a construir uma sociedade sem classes. O segundo modelo, de inspiração neo-liberal, se inicia em meados dos anos 80, com a adesão de Moçambique aos programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Com este modelo, foi introduzida uma alteração profunda na economia e sociedade Moçambicana. O Governo Moçambicano condicionado pelas Instituições de Bretton Woods assegurou a transição para a economia de mercado através de uma política de liberalização e privatização da economia, e a institucionalização de uma democracia multipartidária.

O Governo Moçambicano lança o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) (1980), na altura em que a RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana – movimento armado que mais tarde se tornou no principal partido da oposição, intensificou a sua acção armada. Esse plano visava construir, e orientar a planificação do desenvolvimento na década 1980-1990. Com esse projecto pretendia-se potenciar o processo de mudança na sociedade moçambicana, no

---

<sup>2</sup> Canal de Moçambique (28.03.2006).

quadro das opções socialistas de desenvolvimento. No entanto, a sua implementação dependente de apoios externos por parte dos Países Socialistas e de estabilidade da política não viria a ter sucesso.

Com efeito nos primeiros anos da década de 80 o Governo, confrontado com o peso da dívida externa do país, teve a necessidade de negociar a sua adesão ao FMI e BM. Enquanto isso, é assinado o acordo de N'komati, que tinha como objectivos isolar a RENAMO e recuperar a retaguarda assegurada pela África do Sul nas áreas da assistência técnica, segurança alimentar e fonte de divisas. Na sequência de um conjunto de medidas adoptadas pelo Governo moçambicano, no sentido da liberalização económica, o país conseguiu o reescalonamento do serviço da dívida em Outubro de 1984.

No início de 1987 foi adaptado o Programa de Reabilitação Económica (PRE) que foi negociado e apoiado pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, cujos objectivos principais eram: melhorar o nível de vida da população, particularmente nas zonas rurais, reduzir os desequilíbrios financeiros, melhorar a eficiência e estabelecer condições para um regresso aos níveis mais elevados de crescimento económico, logo que a situação de segurança e outras condicionantes exógenas tivessem melhorado, reintegrar os mercados oficiais e paralelos, e restaurar a disciplina financeira nas relações com os parceiros comerciais e credores<sup>3</sup>. Por seu lado, o Governo comprometeu-se a uma reforma económica.

Em 1990 o PRE passou a PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social, que levou a um conjunto de programas de protecção social inserido numa iniciativa dos doadores, intitulada *Social Dimensions of Adjustment (DAS)*<sup>4</sup>. Neste programa, o modelo de crescimento económico viu-se incapaz de criar empregos de uma forma satisfatória, e caracterizou-se por uma distribuição muito desigual do rendimento. Até 1992, a guerra civil foi um dos maiores condicionantes que limitaram as capacidades de implementação de políticas públicas e outras prioridades orçamentais, para além de condicionarem também a evolução dos sectores sociais da educação e saúde.

Após 16 anos de conflito armado entre o Governo de Moçambique liderado pela FRELIMO, e a RENAMO, em 1992 é assinado em Roma o Acordo Geral de Paz. Esse acto só foi possível perante uma grande pressão internacional, pois muitos interesses dos investidores estrangeiros viam-se estagnados, e por outro lado devido à situação quase que sem saída por parte do Governo, perante os efeitos devastadores do conflito. Salientando os aspectos principais do Acordo, era necessário conjugar a preocupação legítima do Governo

---

<sup>3</sup> Mosca (2005).

<sup>4</sup> Oppenheimer, J. (2006).



sobre a continuidade das instituições, com a aspiração da RENAMO de criar novas regras comuns para a sociedade moçambicana, o que era sentido como o fruto da sua luta. O caso de Moçambique é um raro exemplo, em que se conseguiu nas negociações obter garantias por parte do Governo de suspensão de facto de todas as leis que eventualmente estivessem em contradição com o que fosse acordado, e, a aceitação por parte da RENAMO do quadro institucional do país após a assinatura do Acordo. Ora, o Acordo Geral de Paz forçou a uma nova situação económica, em que o Estado seria obrigado a alienar vários sectores de actividade.

É à luz do acordado em Roma que em 1994 se realizam as primeiras eleições multipartidárias supervisionadas pela ONU. Apesar de certas situações menos agradáveis, tais como alegadas irregularidades no processo eleitoral que culminou com a vitória da FRELIMO e do seu Presidente, o processo de paz teve a sua continuidade, o que aumentou a confiança e credibilidade da sociedade moçambicana por parte da comunidade internacional nas suas acções de ajuda económica.

Mas nem tudo se tornou ou se tem tornado fácil de mudar, dada a grande consistência do sistema político e económico socialista vigente até às eleições atrás referidas. A corrupção tomou outras faces mais subtis, tornando a pobreza e a desigualdade social males extremamente enraizados. A dívida externa continuou a subir, atingindo níveis insustentáveis, não obstante a ajuda externa no Orçamento Geral do Estado.

A continuidade da observação dos princípios do Acordo Geral de Roma no concernente à paz em todo o território nacional, a política de privatizações e vontade demonstrada de boa governação levaram a que Moçambique fosse contemplado a fazer parte dos países a merecer o perdão da sua dívida externa no âmbito do HIPC( Heavily Indebted Poor Countries), pelos doadores internacionais liderados pelas instituições de Bretton Woods. Isso acelerou ainda mais a abertura e criação de condições favoráveis para investimentos externos, como o caso da Açucareira de Marrromeu e da MOZAL na Matola. A corrida e concentração nos grandes investimentos deixaram o povo esquecido na sua pobreza extrema, havendo poucas medidas efectivas por parte do Governo, tanto na educação como na saúde, estando estes dois sectores quase que exclusivamente a serem sustentados pelas ONGs e doadores internacionais.

Face a essas situações de contrariedade, em 2001 o Governo aprova a sua nova estratégia e o plano de acção para a redução da pobreza e a promoção do crescimento económico introduzindo o PARPA – Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005.

Estas evoluções, sem dúvida positivas, permitiram à atribuição do estatuto de «boa governação<sup>5</sup>» ao governo moçambicano. Em consequência, é o 3º país da África Subsariana que mais APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) tem recebido, depois da Tanzânia e da Etiópia PNUD (2003). O financiamento das Instituições de Bretton Woods e a ajuda internacional são bastante generosos: os donativos sustentam uma grande percentagem do défice público e externo; o alívio da dívida financia a totalidade do défice externo depois de incluídos os donativos, para além das variações negativas dos activos de reserva<sup>6</sup>. No entanto, ainda que a questão do financiamento internacional seja essencial ao relançamento da economia moçambicana, interessa também saber quais os sectores estratégicos a dinamizar. Neste quadro assume particular importância a discussão em torno do padrão de industrialização compatível com o desenvolvimento económico.

Pretendemos, com o presente trabalho, descrever as alterações produzidas na economia, no contexto da reactivação de uma unidade agro-industrial, o que nos leva a investigar, no âmbito da nossa dissertação no Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África - Análise e Gestão, a **“A importância do complexo fabril açucareiro de Marromeu– província de Sofala em Moçambique –no desenvolvimento socio-económico para a comunidade”**. Segundo Ferdinand Tönnies<sup>7</sup>, o conceito comunidade é entendido como um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si e que partilham além de um passado comum, um conjunto de problemas e de instituições comuns.

Os poucos trabalhos até hoje disponíveis sobre a açucareira de Marromeu visavam sobretudo responder às necessidades de análise e controlo económico por parte do governo de Moçambique. Sendo esta unidade fabril, uma das mais importantes do país em termos de geração de riqueza nacional e de empregos, julgamos pertinente e necessária a existência de um estudo que avalie os benefícios que a população local possa vir usufruir desse empreendimento. De facto, o Distrito de Marromeu, e o Vale do Zambeze em geral, vivia no início dos anos 90 uma situação paradoxal, à semelhança do que acontecia noutras partes do mundo: a riqueza em recursos naturais convive com uma realidade de carência extrema dos seus habitantes.

A escolha do tema desta dissertação adveio, por um lado, do facto de se considerar que a população, além de beneficiária e privilegiada, também faz parte e promove o

---

<sup>5</sup> Boa governação é a questão em que o critério é a obrigatoriedade de realização de eleições periódicas, com multipartidarismo e liberdade de apresentação de candidaturas à presidência, com uma assembleia proporcional ao resultado eleitoral, o partido mais votado a constituir governo, segundo o chamado modelo de Westminster. Proença, Carlos (2003, p. 124).

<sup>6</sup> Mosca (2005).

<sup>7</sup> GIDDENS, A. (2000) *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

desenvolvimento do local, que se encontra a Norte da província de Sofala. Trata-se de uma província muito fustigada por grandes alterações climáticas tanto de influência das monções no canal de Moçambique como de outros fenómenos naturais que nos últimos tempos têm assolado todo o país (secas e cheias), e caracterizada também por um elevado e continuado nível de pobreza. Por outro lado, a preferência pelo tema é de ordem pessoal, enquanto analista originária do Distrito e conhecedora da vivência quotidiana da região. Esta proximidade com o terreno em muito nos facilitou o acesso às fontes, quer orais quer documentais.

Propomo-nos assim descrever e interpretar sistematicamente os fenómenos sócio culturais, cujo conhecimento é indispensável para a explicação dos problemas socio-económicos e políticos, e para compreender com mais precisão o funcionamento e a lógica interna do subsistema social de Marromeu. Deste modo, o impulso afectivo em muito determinou a escolha do objecto desta dissertação consagrada à análise dos factores sócio-económicos do desenvolvimento de Marromeu.

Assim, neste trabalho colocamos como objectivo geral a análise da contribuição do complexo açucareiro no desenvolvimento socio-económico para a comunidade. E, duma forma mais detalhada, optámos por identificar dois objectivos específicos: (i) Verificação da capacidade desta indústria na produção de emprego para a população; (ii) Avaliação da adesão da população neste empreendimento em função da sua satisfação.

De forma a tornar o estudo mais completo e na perspectiva de se conseguir implementar os objectivos pretendidos, houve a necessidade de se testar a seguinte hipótese: O complexo açucareiro da Companhia de Sena é um dos principais factores de crescimento e desenvolvimento de Marromeu porque, com o seu funcionamento, a população regista uma melhoria do nível de vida.

Para realizarmos este estudo tivemos que recorrer às seguintes variáveis:

- Desenvolvimento local de Marromeu e a contribuição técnico-social da Companhia;
- Melhoria de vida da população e a positiva resposta da comunidade.

De acordo com STIGLITZ<sup>8</sup> (1998, pp. 1-46), desenvolvimento representa a “transformação” da sociedade, num movimento do tradicional para o moderno, permitindo que as alterações ocorridas capacitem os indivíduos e as sociedades no maior domínio do seu próprio destino. É na nova possibilidade de produzir e consumir um maior número de

---

<sup>8</sup> Joseph E. Stiglitz desempenhou o cargo de “chief economist” no Banco Mundial de conselheiro de economia do Presidente dos EUA Bill Clinton e actualmente lecciona na Columbia University de Nova York. Foi agraciado com o Prémio Nobel da Economia, em 2001.

produtos que se traduz a ideia de crescimento económico, que vai por sua vez sustentar o conceito de progresso da Humanidade e fazer surgir a expressão e a ideia de desenvolvimento. Na sequência dessas transformações foi criada a ideia de que a base económica constitui o centro da actividade humana, o que se traduz num excessivo economicismo das análises e das atitudes e na redução destas ao conceito de crescimento económico.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo é levado a cabo sob o ponto de vista sócio económico, justificando assim as escolhas teórico-metodológicas patentes nas estratégias de investigação para alicerçar o nosso objecto de estudo. Nesse contexto, dando seguimento ao enquadramento disciplinar no âmbito das Ciências Sociais, ainda que sejamos mais atentos ao percurso e papel de certas iniciativas económicas e as suas influências nos aglomerados populacionais (mais próximos deles) do que aos argumentos académicos, é nossa principal intenção fazer um estudo desta simbiose entre uma indústria e o meio humano que o rodeia.

O plano de análise, entendido como estratégia de pesquisa conduzindo à confirmação das hipóteses consideradas, baseia-se em dois grupos temáticos de pesquisa. O primeiro grupo refere-se às relações existentes entre o complexo fabril “Companhia de Sena” (a nossa unidade de análise) e a População de Marromeu. Este grupo temático tenta expor a contribuição da Companhia na vida social e económica da Vila de Marromeu. Enquanto que o segundo grupo faz referência às relações existentes entre a nossa unidade de análise e as instituições locais (Governo Distrital, Concelho Municipal, Hospital Distrital, Direcção Distrital de Educação, ONGs e Paróquia). Neste grupo pretende-se observar se existe algum tipo de conflitualidade nas relações entre a Companhia de Sena e as referidas instituições locais de Marromeu.

Cada grupo temático está apoiado por uma série de indicadores, que por sua vez correspondem, a umas determinadas perguntas do questionário feitas aos habitantes da vila, e ao levantamento efectuado através do contacto directo com os responsáveis dos diversos sectores da unidade fabril. Porém, através destes dois grupos do plano de análise obteremos a informação necessária para poder explicar as duas variáveis, que no nosso entender são

capazes de esclarecer acerca da natureza socio-económico da empresa enquanto agente económico e criador de empregos.

Ao longo da pesquisa de terreno, realizámos recolha de dados junto da Direcção Fabril, da Direcção Distrital de Saúde, da Direcção Distrital de Educação, do Gabinete Técnico do Município da Vila de Marromeu. Administrámos ainda 55 inquéritos à população da vila, nos quais se incluem líderes tradicionais, trabalhadores da Companhia, pessoas que vivem em Marromeu há mais de 60 anos e que foram trabalhadoras da Sena Sugar Estates, e estudantes.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em todas as fases deste trabalho. Para além de nos facilitar obter a informação necessária à análise substantiva do objecto de estudo, ajudou-nos também na definição do quadro teórico mais adequado para a problemática em questão.

A literatura por nós consultada, foi obtida através das bibliotecas universitárias do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e do Instituto Superior de Economia e Gestão, que nos ajudou, quer a estruturar e fundamentar o corpo teórico, metodológico e conceptual, quer a definir o enfoque deste trabalho. De igual modo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa, foram consultados documentos escritos sobre o enquadramento histórico-político de Moçambique, com particular incidência na documentação primária que fazia referência, directa e indirecta, à antiga fábrica da Sena Sugar Estates, Ltd. Em Maputo, foi fundamental a consulta de documentação escrita no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, onde tivemos acesso a alguns registos históricos, e no Arquivo Histórico de Moçambique onde nos foi possibilitada a consulta dos registos históricos relativos às fábricas de açúcar, privilegiando a Sena Sugar Estates, às menções das leis, decretos e normas sobre a mobilidade de funcionários do Estado Colonial (até 1973). Em Marromeu, a pesquisa documental levada a cabo na Companhia de Sena, facultou-nos o acesso a registos escritos que incidem na sua essência, no percurso do complexo fabril. Também foi fundamental a consulta, leitura e análise de alguns artigos dos jornais diários e semanários em Moçambique, para a execução deste trabalho.

Para este estudo foram empregues o método de estudo de caso ou análise intensiva, que consiste no exame intensivo, utilizando algumas técnicas disponíveis, tais como entrevistas semi-estruturadas e abertas, observação directa, recolha de dados, e inquéritos por questionários, de acordo com determinado objectivo de fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, com a finalidade de obter uma maior compreensão do fenómeno na sua totalidade, ALMEIDA, J., PINTO, J., (1990).

As técnicas de entrevista devem ser entendidas como o conjunto de meios necessários e empregues de forma sistemática pelo entrevistador para levar a bom termo uma entrevista. Neste caso, através da entrevista semi-directiva, o indivíduo é convidado a responder de forma exaustiva, pelas suas próprias palavras, a um tema, para além disso, essa técnica possibilita o aumento do grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, privilegiando-se o método de trabalho da antropologia, que se apoia substancialmente na informação de tipo qualitativo.

Neste trabalho, a elaboração de guiões de entrevistas (ANEXO II), com questões orientadoras da recolha de informação, uma das vantagens do método, Quivy & Campenhoudt (1988), possibilitaram a referência a diversas situações.

Fizemos anotações escritas durante e depois das várias conversas informais que tornaram possíveis a captação de variadas perspectivas. Foi uma grande vantagem o conhecimento da língua mais falada localmente, o Chisena (uma das línguas de origem *Bantu* presente no Vale do Zambeze), o que tornava o ambiente mais confiante por parte das pessoas nos seus relatos pormenorizados sobre factos e sentimentos. No entanto, nalgumas abordagens de carácter social e político houve certos constrangimentos nas respostas, denotando-se um certo desconforto e omissões.

Relativamente à observação directa, esta constitui a única técnica de investigação social que capta os comportamentos no momento em que eles se produzem, sem a mediação de um documento ou de um testemunho como António Firmino da Costa (1986) refere, como sendo uma arte de obter respostas sem fazer perguntas. As respostas obtêm-se no fluxo da conversa informal e da observação directa e continuada.

Por diversas razões, informações relacionadas com o nível académico dos trabalhadores da Companhia de Sena não foram aqui tornados relevantes, porque verificámos que a própria empresa prioriza as competências técnico-profissionais.

## **I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1 – A Problemática do Desenvolvimento: O Contexto de Emergência e a Teoria da Modernização**

Na análise problemática do conceito de desenvolvimento, focam-se as principais propostas teóricas e as ideias que lhe são subjacentes, desde o seu surgimento associado à Revolução Industrial<sup>9</sup> ao capitalismo, assim como alguns resultados produzidos por estas concepções. Da possibilidade de produzir e consumir cada vez mais, surge então o conceito de crescimento económico (característica associada ao conceito de desenvolvimento), com a ideia de progresso material que fez eclodir e sustenta a ideia de desenvolvimento. Este conceito de desenvolvimento tem sido abordado de modo diverso pelos diferentes teóricos da economia, do planeamento e da sociologia. O desafio do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida do Homem, no seu sentido mais amplo.

Alguns autores consideram que em África a abordagem da questão desenvolvimento deve ser confrontada com o problema do subdesenvolvimento. Uma dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento que se regista frequentemente nos países que ainda sofrem devido ao excesso da exploração colonial, um problema histórico da economia desenvolvida no mundo capitalista.

O conceito subdesenvolvimento não é uma condição natural mas somente o produto criado por uma longa história de dominação colonial, em que a gestão do país tem de quebrar para construir uma nova cadeia com vista a uma economia autónoma, isto é, criar oportunidades que possam conduzir ao desenvolvimento socio-económico.

O desenvolvimento é tido como um processo de avanço que os economistas entendem ser consequência normal do bom funcionamento da economia. As teorias de modernização, em que a acumulação era vista como motor de crescimento, concebem o desenvolvimento como um processo de passagem, de transição entre dois modelos ou tipos de sociedade, que se traduzem pela dicotomia tradicional e moderna. A esta corrente de pensamento liga-se a

---

<sup>9</sup> A Revolução Industrial teve início no século XVIII, na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Também podemos apontar o crescimento populacional, que trouxe maior demanda de produtos e mercadorias.

teoria Keynesiana<sup>10</sup>, que defende o papel central do Estado, agente líder e investidor (política fiscal, investimento público, etc.).

As teorias da modernização surgem nos anos 50 como produto de um contexto histórico marcado pelo processo de descolonização que conduziu à desintegração dos impérios coloniais e por conseguinte ao surgimento de novas nações, o aparecimento de novas superpotências e por último o alastramento do movimento comunista a nível mundial, So, Alvin Y.<sup>11</sup> (1990, p. 17). Estas foram alvo de muitas críticas por possuírem um carácter etnocêntrico, ao considerarem que os modelos de desenvolvimento a serem seguidos como exemplos são os EUA e a Europa Ocidental, pois, estas é que são as sociedades modernas, e o Terceiro Mundo é considerado atrasado, primitivo, tradicional e inferior. As teorias de modernização esquecem que os valores tradicionais nunca poderão ser totalmente substituídos, podendo constituir factores promotores da modernidade e com ela coexistir.

No final dos anos 70, a desaceleração do ritmo de crescimento, bem como a recessão económica, direccionaram as atenções para os problemas estruturais do continente africano e para as questões da dívida externa dos países latino-americanos e, devido às críticas feitas às teorias de modernização, houve a necessidade de reexaminar os seus pressupostos básicos, pelo que os novos estudos de modernização colocaram a tradição como sendo um factor adicional de desenvolvimento.

A interpretação do desenvolvimento tem as suas raízes na teoria económica neoclássica, que é encarada como sinónimo de crescimento, aumento da produtividade do trabalho, declínio da participação da agricultura no PIB, progresso tecnológico e industrialização, com o conseqüente aumento do nível de urbanização e centralização das decisões. Por outro lado, a interpretação do desenvolvimento coloca o conceito próximo da noção de senso comum, em que a atenção está em índices do nível de vida, como sejam a pobreza, a educação, a alfabetização, o acesso ao emprego, à habitação e à água potável. E por último, a interpretação do desenvolvimento dá ênfase ao potencial e capacidades humanas no contexto das relações com outros grupos sociais.

Existe a ideia de que o crescimento económico é condição necessária e suficiente para que se verifique o desenvolvimento. Para manter esse crescimento, o sistema social condiciona o homem, que é produtor e consumidor a ponto de o fazer aderir implicitamente a

---

<sup>10</sup> John Maynard Keynes, (1883-1946), economista inglês, jornalista, e financeiro, melhor conhecido pelas suas teorias económicas (economia Keynesiana) e nas causas de desemprego prolongado. O seu trabalho mais importante, A Teoria Geral de Emprego, Juros e Dinheiro (1933-36), defendia uma solução para recessão económica baseada na política de pleno emprego patrocinada pelo governo.

<sup>11</sup> So, Alvin Y. (1953 - ), Sociólogo, professor de Ciências Sociais em Hong Kong University of Science & Technology.



uma nova cultura, a da eficiência produtiva, da standardização, e da racionalidade tecnológica. Esta visão do mundo, que nasceu na Europa Ocidental e EUA, foi adoptada como modelo pelos países mais desenvolvidos nos anos 50-70. A perspectiva em que a base económica é o centro da actividade humana traduz-se em análises e atitudes excessivamente economicistas, com recurso a indicadores económicos como índices de desenvolvimento, reduzindo o desenvolvimento ao conceito de crescimento económico.

No entanto, os países africanos têm adoptado modelos de desenvolvimento pouco variados, tendencialmente virados para o crescimento do consumo produtivo e improdutivo de bens importados, apostando em contrapartida nas matérias primas, agrícolas, minerais e energéticas, para financiar o seu crescimento industrial ou retribuir os investimentos feitos com o capital externo, Casal<sup>12</sup> (1989, pp. 163-178). Na sua maioria, os países africanos estão no nível do subdesenvolvimento, sendo a sua economia essencialmente agrária e numa base rural.

## **2 – A Abordagem Antropológica**

O estudo do problema rural dos países africanos encontra na Antropologia a valência multidisciplinar em que esta é uma ciência das sociedades, das culturas e dos processos sociais e culturais, que trata o desenvolvimento como sendo progresso e mudança económica. Antropologia também tem sido solicitada para intervir, examinar, diagnosticar e planificar nas acções de desenvolvimento. As transformações que esta ciência tem vindo a sofrer chegam até a substituí-la pela Sociologia que é considerada mais dinâmica. A Antropologia teve de se transformar para se impor à dinâmica das mutações e capacitar-se para as interpretações sociais.

Neste estudo sobre a temática subdesenvolvimento/desenvolvimento, a Antropologia encontra em Godelier<sup>13</sup> um dos cientistas que conduz para o sucesso, embora marcado ainda pela relação tradição/modernidade que se constata na maior parte dos estudos antropológicos Casal, (1989, p. 40).

---

<sup>12</sup> Adolfo Yáñez-Casal, antropólogo, professor catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>13</sup> Maurice Godelier (1934 - ), antropólogo, directeur d'études (de classe exceptionnelle) École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS).

Do ponto de vista dos antropólogos substantivistas, a Antropologia Económica é uma disciplina que serve para aprofundar o conhecimento sobre as formas e estruturas sociais da produção, circulação e distribuição de bens materiais que caracterizam uma sociedade num dado momento.

Maurice Godelier, J. Friedmann<sup>14</sup>, entre outros antropólogos defensores de uma antropologia não formal, são de opinião de que se deve incluir a análise de modos de produção, de formação económica e social para conhecimento das sociedades correntes. No processo de transformação destas sociedades, o conceito da articulação dos modos de produção no interior das formações sociais africanas, o papel do campesinato é considerado um dos agentes sociais mais importantes, salientando-se o factor humano como sujeito e agente, para a sua finalidade e objectivos manifestamente evolutivos, Perroux<sup>15</sup> (1981 p. 30). O estudo da variedade de comportamentos humanos que consistem em combinar o melhor possível é atribuído à antropologia no seu domínio económico.

O ponto de vista de François Perroux remete-nos para as formas e o fim de desenvolvimento que, na sua perspectiva, deve ser entendido como um processo interdependente de crescimento e de mudanças nas estruturas da economia, necessárias para melhorar o crescimento do rendimento e do bem estar social. Para que esses fins sejam atingidos, o desenvolvimento deve ser “global”, porque designa uma visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspectos que deve ser assumida nas suas relações; “integrado”, porque designa a reunião de unidades ou factores num mesmo conjunto; e “endógeno”, porque remete para as variáveis que compõem um dado de equações.

A Antropologia passou a dedicar-se à análise e projecção de hipóteses. A esta ciência cabe estudar as sociedades em que ao longo dos tempos se debateu com temáticas como o parentesco, a organização política, o simbólico e a produção doméstica. A sua abordagem tem vindo a ganhar intensidade por centrar a sua pesquisa sobre os actores ou grupos sociais, nas suas estratégias e condutas. Georges Balandier<sup>16</sup> iniciou na década de setenta a antropologia do desenvolvimento e tinha necessidade de um quadro teórico comum para gerir os estudos empíricos. A Antropologia teórica era dominada pelo estruturalismo e pela abordagem especulativa que não davam atenção às respostas diversificadas dos produtores das regiões rurais face às intervenções do exterior. Actualmente a Antropologia evoca uma aproximação

---

<sup>14</sup> Jonathan Friedman director de estudos em “École des Hautes Études en Sciences Sociales”, Paris, e professor de Antropologia Social na Universidade de Lund.

<sup>15</sup> François Perroux, (1903-1987), Economista francês.

<sup>16</sup> Georges Balandier (1920 - ), Sociólogo e Antropólogo francês. Actualmente professor em Sorbonne (Université René Descartes, Paris-V) e colaborador do Centro de Estudos Africanos Francês.

simultânea de terreno e comparativa das sociedades humanas quaisquer que sejam, uma aproximação intensiva e transversal do social.

O desenvolvimento é um processo pensado a nível de um Estado com fronteiras territoriais e administrativas bem definidas. O espaço do desenvolvimento é o território nacional e por isso ele deve ser concebido a partir do centro administrativo e dos seus órgãos nacionais do poder. Estas abordagens constituem um processo segmentado na medida em que não dão relevância a várias dimensões, nomeadamente a cultural, a política, a social e a ambiental, e por conseguinte não fazem a articulação entre estas dimensões e não estabelecem a relação destas com a dimensão económica, daí que estas abordagens reflectam o paradigma dominante de desenvolvimento centralizado que as teorias da modernização defendem e explicam.

A construção da economia nacional está condicionada pela política económica do Estado. É esta política que, na prática, dará conteúdo precioso ao desenvolvimento. Como é do nosso conhecimento, a economia subdesenvolvida é desarticulada, dependente, e não assegura a cobertura mínima das necessidades básicas da população. Atendendo a estes conceitos, é preciso termos em atenção para o que são as necessidades básicas de cada país, de modo a que os fins e os meios se adaptem, tendo em conta as necessidades de cada região, porque o que é considerado necessidades básicas nos países desenvolvidos pode ser impossível de suportar nos países pobres, ter água canalizada e electricidade em casa não é uma opção suportável nos países como Moçambique. Neste caso, desenvolver também implica, além do mais, estruturar a economia ou articulá-la de forma coerente, reduzindo a dependência e assegurando melhor cobertura das necessidades básicas, em particular da população camponesa, a mais numerosa.

Em termos de estratégia de desenvolvimento, uma questão decisiva encontra-se na relação agricultura-indústria (com alguma correspondência à relação cidade-campo, ou meio urbano-meio rural). No caso de África de Língua Oficial Portuguesa, há um aspecto particular, aquilo que os economistas designam por economias desgarradas no contexto mundial e correspondente necessidade de encontrar um novo modelo de inserção, após a liquidação do regime colonial, tratando-se apenas, de uma questão de encontrar uma configuração estável do sistema económico, que está entre os modelos “puros” da economia capitalista de mercado e a economia socialista centralmente planeada, com correspondente projecção no plano internacional, Mário Murteira<sup>17</sup>, (1988, p. 160).

---

<sup>17</sup> Mário Murteira, Professor Catedrático Jubilado de Economia, ex-Presidente da Escola de Gestão-ISCTE e Director da Revista Economia Global e Gestão.

Moçambique inicialmente enveredou pelo modelo da economia centralmente planificada, com papel determinante do Estado e dos sectores públicos no sistema económico. Mas, o desempenho do Estado no seu papel de agente económico, ligado à crise económica e financeira de que resultou a insolubilidade da dívida externa e, à guerra civil, determinou, sob condicionalidades das instituições de Bretton Woods, a necessidade de um ajustamento político, económico e social com correcção da direcção inicial.

### **3 – A construção do paradigma actual do desenvolvimento**

#### **3.1 – O Consenso de Washington e sua crítica**

Os chamados programas de estabilização ou ajustamento estrutural, na linguagem do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial<sup>18</sup> (BM), resultaram das circunstâncias objectivas, requerendo medidas urgentes de política económica de curto prazo. O FMI e o BM foram criados na Conferência de Bretton Woods em 1944 e tinham como objectivo salvar o mundo de futuras depressões económicas. O FMI foi criado na convicção de que era necessária uma acção colectiva a nível global para alcançar a estabilidade económica ao passo que ao BM competia os problemas estruturais: a natureza das despesas do Estado, as instituições financeiras do país, o mercado de trabalho e as políticas comerciais. A OMC-Organização Mundial do Comércio foi criada em 1995 com o objectivo de reger as relações comerciais internacionais. Como não é a OMC que dita as regras, esta limita-se a fiscalizar o cumprimento das mesmas.

A construção do paradigma actual do desenvolvimento nos anos 80, com o Consenso de Washington<sup>19</sup>, um consenso entre o FMI, o BM e o Tesouro dos Estados Unidos, tinha

---

<sup>18</sup> Banco Mundial, designado primeiramente por Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.

<sup>19</sup> Consenso de Washington é um termo criado pelo economista John Williamson em 1989 quando escreveu uma lista de recomendações aos países dispostos a reformar suas economias. Fórmula neo-liberal para os países emergentes na década de 90. Nesta época, criou-se a impressão de que havia um grupo de medidas a serem tomadas no campo da economia que valeriam para o crescimento de todos os países. Essas ideias foram implementadas e adoptadas por muito tempo sem serem contestadas. Devido a alguns fracassos decorrentes da implementação destas políticas, o Consenso começou a ser questionado.

Entre as principais medidas apregoadas pelos defensores deste Consenso para os Estados estão:

- Diminuição ou eliminação das barreiras alfandegárias
- Diminuição ou eliminação das barreiras contra investimentos estrangeiros e transacções de moeda estrangeira

como objectivo a aplicação das políticas certas para os países em vias desenvolvimento. O Consenso aplica medidas como a liberalização do mercado de capitais, ênfase nas exportações, redução do investimento público, e uniformidade de receitas. Todas as imposições por qualquer uma das instituições acima referidas revelaram-se um fracasso para quem as aplicou, sobretudo para os países em vias desenvolvimento.

Joseph Stiglitz (2004, pp. 39-59) na sua obra tenta mostrar o que se tem feito ao longo dos últimos anos em vários países, desde a aplicação e falhanço dos programas do FMI, à necessidade de reforma das instituições. Este autor utiliza como exemplo os países da Ásia (onde a Globalização foi um sucesso), os países africanos (onde a globalização foi um desastre) e os países recém saídos de uma economia comunista, tomando como exemplo a Rússia (onde a globalização foi uma desilusão) e tenta explicar de forma sucinta quais são as funções das duas maiores instituições internacionais “responsáveis” pelo funcionamento da globalização: *«uma dedica-se à erradicação da pobreza e a outra à manutenção da estabilidade global»*. É com estas duas instituições que qualquer país necessitado tinha de encetar conversações e assinar protocolos para obter ajuda económica internacional.

Quem recorre à ajuda internacional são os países pobres, na esperança de melhorarem a sua situação. Na maioria dos casos, senão em todos, os países não têm outra solução senão aceitarem as imposições que lhes são feitas. O FMI impõe a privatização, argumentando que o Estado gere mal as suas empresas, mas o facto é que a maioria dos trabalhadores nos países pobres trabalham para o Estado. É-lhes também imposta a liberalização, isto é, *«o fim da interferência do Estado nos mercados de capitais e a eliminação das barreiras comerciais»*. Mas tanto a liberalização como a privatização geram lacunas porque criam desemprego, uma vez que o investimento estrangeiro é muito reduzido e, por outro lado, faz aumentar a corrupção, uma vez que as empresas estatais serviam como saída de capitais para fins privados. No entanto, a recomendação do FMI para a criação de emprego era simples, passando pela eliminação da intervenção do Estado, redução dos impostos e da inflação ao mínimo possível, e incentivação do investimento estrangeiro no país.

A maior parte dos países não tem sabido gerir as medidas impostas pelo Consenso de Washington, resultando em crises um pouco por todo o lado, que culminaram com o aumento

- 
- A implementação de uma maior disciplina fiscal.
  - Reforma Tributária
  - Liberalizações de taxas de juros
  - Revisão de prioridades de gastos públicos
  - Redução de gastos públicos.

da pobreza. Como cada país passa por épocas e contextos diferentes, é preciso ter em conta essas realidades e fazer opções consoante o caso, mas sobretudo, é preciso mudar as mentalidades, não só dos países mas também das instituições internacionais.

As decisões de investimento, embora formalmente contidas em planos, não obedecem geralmente a critério económico de avaliação preciso, nem em termos micro nem macroeconómicos. Para além do peso da economia informal, a economia formal está longe de dominar a economia real, concreta. As exigências de programas impostos pelo FMI e BM decorrem de necessidades urgentes e objectivas e o conteúdo desses programas poderá ter consequências decisivas e distintas na estruturação dos sistemas económicos das nações em formação.

Para a concepção da política de desenvolvimento e para as prioridades na estratégia de investimentos, estão em causa o papel do sector camponês tradicional, o montante dos recursos a aplicar em despesas de educação e saúde e as prioridades sectoriais na industrialização<sup>20</sup>. É importante notar que alguns dos pressupostos das teorias de desenvolvimento são postos em causa, porque este enquanto grau de industrialização ou modernização, é um falso conceito, em que os países ditos desenvolvidos são também mal desenvolvidos. O seu desenvolvimento foi feito com custos sociais, ecológicos, que ainda hoje tentam reequilibrar.

### **3. 2 – A Renovação do Pensamento do Desenvolvimento**

Numa outra perspectiva, as correntes culturalistas preconizam o desenvolvimento através da valorização da especificidade cultural, histórica e social de cada povo, e as correntes do eco-desenvolvimento defendem o ajustamento entre as necessidades sociais e os recursos naturais disponíveis.

Na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento<sup>21</sup>, citam-se várias designações que cumprem critérios que são fundamentais para a sua utilidade e pertinência social. Esses critérios têm a ver com:

---

<sup>20</sup> Murteira, Mário (1988), *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial*, Editorial Presença, Lda, Lisboa, p. 162.

<sup>21</sup> AMARO, R.R. (2003), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4, Janeiro/Julho, p.35-70.

- O reconhecimento institucional internacional pelas organizações mais importantes, como a O.N.U., Banco Mundial, F.M.I., O.C.D.E. e os diversos serviços da União Europeia, entre outros;

- O serem fundamentados cientificamente, isto é, terem já sido objecto de investigações e trabalhos académicos.

Dada a diversificação das necessidades, exigências e aspirações no mundo global, o conceito de desenvolvimento foi desdobrado em várias denominações de acordo com o seu carácter. Deste modo, foram surgindo designações como Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. Os cinco primeiros conceitos organizam-se em fileiras ou famílias conceptuais<sup>22</sup>, como Fileira Ambiental, Fileira da Pessoas e das Comunidades e, Filera dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana.

**A Fileira Ambiental** integra a consciência ambiental, em que se tenta conciliar desenvolvimento com as preocupações ambientais. Embora o meio ambiente tenha sido sempre essencial para a vida, a preocupação com o equilíbrio entre a vida humana e o meio ambiente só assumiu dimensões internacionais durante a década de 1950. No final da década de 1960, as questões ambientais eram uma preocupação quase exclusivamente do mundo ocidental. Nos países em vias de desenvolvimento, a preocupação com o meio ambiente era vista como um luxo do Ocidente. No início da década de 1970 a atenção se concentrou no meio ambiente biofísico, em questões como as relacionadas com a fauna e a flora silvestres, a conservação do solo, poluição da água, degradação da terra e desertificação, em que o homem era considerado a causa principal desses problemas.

No Ocidente, havia duas grandes escolas de pensamento sobre as causas da degradação ambiental, uma culpava a ganância e a busca implacável pelo crescimento económico e a outra responsabilizava o crescimento populacional. Essa visão foi resumida no estudo feito na época sobre o futuro global, realizado pelo Clube de Roma<sup>23</sup>, cujo modelo analisava cinco variáveis: tecnologia, população, nutrição, recursos naturais e meio ambiente, e pela Conferência sobre Ambiente das Nações Unidas em 1972, assim como o Relatório Bruntland e a Conferência do Rio que constituem marcos históricos que vêm reforçar àquelas ideias. A principal conclusão do estudo foi a de que se as tendências da época continuassem, o

---

<sup>22</sup> AMARO, R.R. (2003).

<sup>23</sup> Clube de Roma era um grupo de Símbolos, cerca de 50 “sábios” que se reunia regularmente na tentativa de endireitar o mundo.

sistema global se sobrecarregaria e entraria em colapso até o ano 2000. Para que isso não ocorresse, tanto o crescimento populacional como o crescimento económico teriam de parar, Meadows<sup>24</sup> (1972).

As crises económicas e ecológicas da década de 80 despertaram a consciência para a importância da relação do Homem com o Ambiente, o que fez com que as reflexões sobre o desenvolvimento alterassem o seu enfoque. Ao nível de várias instâncias e organismos internacionais está assumido o conceito de Desenvolvimento Sustentável<sup>25</sup> que designa o processo de satisfação de necessidades que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras<sup>26</sup>. Este conceito exige que haja solidariedade intergeracional, integração da gestão dos recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e durabilidade dos processos de produção e consumo que tenham a ver com o desenvolvimento.

**A Fileira das Pessoas e das Comunidades** em que se colocam as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento, os conceitos Desenvolvimento Local<sup>27</sup> e Desenvolvimento Participativo<sup>28</sup> são conceitos chave. O Desenvolvimento Local é o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir das suas capacidades, e o Desenvolvimento Participativo é o processo que adopta uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres.

O Desenvolvimento Local é um projecto local que deve ter em consideração alguns componentes para que o Desenvolvimento Territorial aconteça, nomeadamente:

- A criação de empregos através de iniciativas locais, usando as capacidades e recursos locais para ir ao encontro das necessidades locais.
- A criação de infra-estruturas que sirvam a região e a comunidade.
- A existência de uma rede de serviços e instituições comunitárias de suporte, como a saúde básica, cooperativas de produtores e consumidores, serviços de educação.
- A educação é particularmente importante. Ela deve promover uma consciência de identidade local, dos problemas e interesses locais. As pessoas devem desenvolver as suas

---

<sup>24</sup> D.H. Meadows (1941-2001), fundadora do Sustainability Institute e co-autora do livro *Limits to Growth*.

<sup>25</sup> AMARO, R.R. (2003).

<sup>26</sup> Brundtland (1987).

<sup>27</sup> AMARO, R.R. (2003).

<sup>28</sup> Idem.



capacidades de aprendizagem trabalhando na sua comunidade. Só assim as forças produtivas locais podem ser mobilizadas para fornecer trabalho e capital para o desenvolvimento local.

- O controle territorial da economia local é essencial. Para tal é necessário que as unidades de produção sejam de pequena escala e que produzam para as necessidades da população local. O capital acumulado deve ser mantido localmente.

- Repensar o papel e a conservação dos recursos naturais. Estes devem ser usados para satisfação das necessidades de produção local, no âmbito de uma estratégia de descentralização e desenvolvimento igualitário.

As políticas de Desenvolvimento Local são políticas de longo prazo e o seu êxito só é possível quando as populações locais as assumem como próprias. Isto requer o conhecimento das suas capacidades e das possibilidades de utilizar produtivamente os recursos locais existentes, mas também que exista a vontade da população local em levar a cabo os projectos de mudança estrutural, contínua e constante.

Uma parte importante do processo de Desenvolvimento Local, centrado nas pessoas, consiste em reverter a tendência da concentração dos poderes decisores em instituições impessoais, devolvendo-o às pessoas e comunidades territorialmente organizadas e assegurando a sua distribuição equitativa. Isto implica a prioridade de existência de comunidades organizadas capazes de assumirem um processo de envolvimento da população nas decisões sobre os assuntos que lhe dizem respeito, de forma a se ultrapassar o conflito/separação de poderes entre as elites e as populações.

Muitas das iniciativas locais nascem de sistemas de valores autóctones e de princípios de colaboração comunitária. Estes “movimentos” gerados internamente à comunidade são o produto de uma série de factores<sup>29</sup> que resulta no acentuar da consciência da necessidade de mobilizar recursos locais para resolver problemas locais.

**A Fileira dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana**, em que o desenvolvimento é associado ao respeito pelos Direitos Humanos e ao compromisso de garantir o mínimo de sobrevivência e de dignidade humana, integra a abordagem de Bristol, pois que se baseia em direitos humanos. Qualquer privação ou falta de acesso a um dos sete direitos fundamentais (nutrição, água, saneamento, cuidados de saúde, habitação, educação e informação) põe em risco o princípio de “erradicação da pobreza”. A abordagem da pobreza baseada em direitos humanos implica a inclusão de dois passos-chave na análise: a análise de

---

<sup>29</sup>AMARO, R.R. (1990) *O “Puzzle” territorial dos anos 90: Uma territorialidade flexível (uma nova base para as relações entre nações e regiões)*, Vértice, 33, pp. 39-48.

causalidade, olhando para além das causas imediatas da não realização de direitos para identificar as causas subjacentes do problema e, a análise de lacunas de capacidade, em que se explora a capacidade dos indivíduos ou instituições responsáveis pelo respeito, protecção e cumprimentos dos direitos<sup>30</sup>.

### **3. 2. 1 – O Consenso de Nova York (PNUD): O Desenvolvimento Humano e o Conceito de Pobreza**

A década de 90 caracterizou-se pela busca por uma melhor compreensão sobre o conceito e o significado do desenvolvimento sustentável e trouxe novas preocupações, nomeadamente com o “desenvolvimento humano”, centrado na erradicação da pobreza, que tem a ver com os benefícios reais do crescimento económico para as sociedades em geral e para um dos seus membros em particular.

O conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduzido em 1990 com o primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano, foi uma nova forma de encarar o progresso socio-económico de um país, passando-se a medir não só o crescimento económico, mas sobretudo os benefícios desse crescimento, a diversos níveis, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a primeira grande alternativa ao crescimento do Produto Interno Bruto para medir o desenvolvimento. Este indicador seria o reflexo da multi-dimensionalidade da vida humana em oposição à restrição tradicional em indicadores como o rendimento *per capita*, crescimento da população, entre outros. Parte-se do princípio de que a riqueza das nações são as pessoas e que o objectivo fundamental do desenvolvimento é proporcionar-lhes condições de vida saudável, longa, no pleno desenvolvimento das suas capacidades.

Na abordagem do conceito de Desenvolvimento Humano destacam-se três aspectos que foram já identificados como sendo indispensáveis para que os indivíduos possam expandir as suas oportunidades de vida, o serem instruídos, viverem uma vida mais longa e saudável e gozarem de um nível de vida adequado. Além dos aspectos atrás mencionados foram igualmente apontados, no primeiro relatório global de desenvolvimento humano, outros aspectos como sejam a dignidade, liberdade política e garantia de outros direitos humanos.

Para o enriquecimento do debate sobre as formas em que o crescimento económico irá beneficiar o desenvolvimento humano, as questões sobre a segurança humana, os efeitos da

---

<sup>30</sup> A pobreza na infância em Moçambique - Uma análise da situação e das tendências. UNICEF (2006).

globalização, boa governação, a erradicação da pobreza “não através de ajudas mas da atribuição de poder”<sup>31</sup> e, a igualdade sexual, servem de componentes de análise do desenvolvimento. Nessa perspectiva, desenvolvimento é a remoção dos obstáculos para o que uma pessoa pode fazer em vida. As necessidades básicas concretizam-se na estratégia apelidada de “Luta contra a Pobreza” colocam as pessoas no centro do desenvolvimento, com o Estado a promover uma industrialização apoiada em tecnologia, mão-de-obra intensiva, crédito e investimento em áreas onde as pessoas com menos rendimentos possam ter acesso, e promovendo também uma política fiscal com taxas progressivas e serviços públicos de base.

Segundo Amartya Sen<sup>32</sup>, PNUD (1996, p. 49), as recentes tendências do desenvolvimento não têm em conta simplesmente o progresso económico, mas também baseiam-se na promoção das capacidades humanas centradas nas pessoas, distribuição equitativa das riquezas, em que o nível de vida deverá ser julgado pelo nível do rendimento apresentado e pela capacidade das pessoas viverem as suas vidas com liberdade de escolha.

O alargamento do âmbito do conceito de desenvolvimento não coloca em causa o princípio da vantagem de abertura ao comércio internacional, com preços formados pela oferta e pela procura, mas salienta o papel da acumulação em capital humano e coloca em debate se o nível de intervenção do Estado deve ser o de principal agente de planeamento, apenas “market friendly”, ou o de garante indispensável da existência de condições para os pobres aumentarem as suas capacidades de escolha, através de correcções normativas da distribuição que o mercado realiza, Sen, A. (2003)<sup>33</sup>.

Essas tendências de ênfase nas comunidades começaram na altura em que se questionava sobre a pobreza, o desemprego e a desigualdade nas sociedades humanas.

O nível de vida de um país<sup>34</sup> é determinado por dois factores, a produtividade física do trabalho e as razões de troca, em que a produtividade pode ser aumentada através da melhor afectação dos recursos, acumulação de capital e do progresso técnico. Este é o mais importante impulsionador do crescimento, sendo igualmente o menos bem compreendido. O segundo factor determinante do nível de vida, em que uma subida dos preços a que se vende relativamente ao preço a que se compra, provoca um aumento do rendimento real.

Para muitos países em vias de desenvolvimento, flutuações nas razões de troca são a principal fonte de variação do nível de vida. O grau de utilização de recursos também pode causar variação do nível de vida.

---

<sup>31</sup> James Gustave Speth, Administrador do PNUD, Prefácio ao Relatório do Desenvolvimento Humano (1996).

<sup>32</sup> Amartya Sen (1933 - ), Economista, Prémio Nobel da Economia, Professor na Harvard University, USA.

<sup>33</sup> Sen, A. (2003), *O desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, trajectos, Lisboa.

<sup>34</sup> DORNBUSCH R., HELMERS, F.Leslie C.H. (1991), economistas.

Ao estudar sobre a pobreza, o Prémio Nobel de Economia que temos vindo a citar (Sen), descobre que na percepção das pessoas a pobreza não tinha somente dimensão económica e material. Muitas vezes, é o resultado de condições especiais e sobretudo uma dimensão social e política. O autor defende os princípios do desenvolvimento flexíveis que permitem analisar as mudanças e os desafios que os países e as populações pobres enfrentam, em oposição à ortodoxia rígida imposta, e ultrapassa a questão do desenvolvimento como crescimento, e afirma que o desenvolvimento humano é o alargamento das capacidades do ser humano para se realizar individual e colectivamente em contextos diferentes, sociais e culturais. A pobreza não era apenas uma questão de falta de acesso aos meios de produção e dos sistemas de acumulação e de propriedade, mas também a privação do acesso aos meios pelos quais as camadas mais desfavorecidas da população pudessem melhorar as suas condições de vida, o que traduz a tal falta de poder.

A estratégia de desenvolvimento humano tem como objectivos centrais aumentar as capacidades e as possibilidades de escolhas que permitam a cada pessoa desenvolver a sua personalidade, em simultâneo com o crescimento do bem-estar colectivo com especial atenção aos mais pobres. São instrumentos principais desta estratégia: as medidas de promoção do crescimento económico que garantam emprego, manutenção de legislação do trabalho que proteja os trabalhadores, e acesso dos mais pobres a bens básicos (saúde, educação habitação, nutrição e emprego).

Por seu turno, Sakiko Fukuda-Parr<sup>35</sup> faz uma síntese comparativa de três abordagens no âmbito de desenvolvimento: o Desenvolvimento Humano, a Alternativa Neo-liberal e as Necessidades Básicas, na edição do primeiro relatório do Paradigma do Desenvolvimento Humano, que se tornou muito importante por ser quantificável, por medir as capacidades das pessoas que são introduzidas pelo IDH (Índice do Desenvolvimento Humano).

No estudo do género, Sakiko afirma que o homem não é o único interveniente, e que é preciso fazer a construção social de história da diferença dos indicadores de assimetrias (educação, acesso ao mercado de trabalho). O género constitui uma construção social da relação homem/mulher, com resultados assimétricos nas concessões. No entanto os ajustamentos são possíveis na aplicação adequada dos IDH, podendo-se assim minimizar o bloqueamento das mulheres nas actividades económicas, políticas e sociais.

---

<sup>35</sup> Sakiko Fukuda-Parr é membro da *Harvard University's Kennedy School of Government*. Na última década (1994-2004) liderou a elaboração dos relatórios do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano como directora e autora-chefe. Ela é co-autora de "Capacidade para o Desenvolvimento: Velhos Problemas, Novas Soluções" e muitas outras obras relacionadas com o Desenvolvimento Humano.

## II PARTE – ESTUDO DE CASO

### 4 – O Contexto Pós-Colonial em Moçambique

#### 4.1 – Situação Geográfica e Diversidade Cultural

Moçambique estende-se ao longo da costa Sudeste Africana entre a República da África do Sul e a Tanzânia, numa distância de aproximadamente 2500km. Faz fronteira com a República da África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Malawi, Tanzânia e Zimbábue. A sua área total é de 799390 km<sup>2</sup>.

A penetração portuguesa no final do séc. XV, que de início tinha como objectivo dominar o comércio do ouro, aos poucos investiu para o interior em campanhas militares e missionárias. Já no séc. XVII e XVIII a actividade económica era caracterizada pelo comércio de marfim e escravos, através do sistema dos prazos, que teriam constituído a primeira forma de colonização portuguesa<sup>36</sup>.

A partir daqui, tanto na zona do interior para a captura dos escravos como na zona costeira para o escoamento dos mesmos para as ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba, a presença portuguesa tornou-se permanente, o que deu início à miscigenação, assim como fora com os árabes. Novas formas culturais foram surgindo, assim como novas crenças foram sendo impostas com a cristianização.

Até aos meados desta primeira década de 2000, Moçambique carece de estudos precisos que tenham definido a questão de etnias<sup>37</sup>. De certa forma isso entende-se pelo facto de o país ainda ser jovem, e ainda estar a passar por muitos desafios que têm necessitado maior atenção e prioridade. Isso, porém, não significa que não tenha havido até ao momento investigadores ou entidades que se debrucem sobre a matéria. A informação disponível tem sido muito dispersa, sem uma arrumação que leve ao consenso. No entanto, os registos tomados como referência são obtidos pelo INE de Moçambique, que nos seus levantamentos faz uma classificação das etnias que em muito se aproxima da classificação regional e linguística.

---

<sup>36</sup> Departamento de História, UEM (Ed. 2000, História de Moçambique).

<sup>37</sup> Etnia é entendido como grupo de indivíduos que pertencem à mesma cultura (mesma língua, mesmos costumes) e que se reconhecem como tal. Não só têm em comum uma tradição mítica ou histórica, mas também os ritos religiosos, o habitat, a organização do espaço e o regime económico. In FAVROD, Charles-Henry (1977), *A Antropologia – Enciclopédia do Mundo Actual*.

A abordagem da questão de etnias tem sido às vezes misturada e confundida com a questão das línguas. Por exemplo, um falante duma certa língua é conotado com a etnia que mais veicula essa língua. Com a chegada dos Árabes e dos Portugueses deu-se a miscigenação através de casamentos e convivências, se bem que por vezes estas não fossem pacíficas. Esta coexistência influenciou em muito a definição de certas etnias e línguas. A opção duma língua nacional no Moçambique pós-independente permitiu unir o povo para um objectivo comum, com vista a orientar-se mais para a reconstrução do país, em vez de desviar interesses para as querelas pelas diversidades culturais e étnicas.

No tocante ao aspecto étnico, muitas transformações se verificaram, tendo havido fusões entre certos grupos. A Norte do Zambeze, a partir do rio Rovuma e da costa para o interior, situam-se quatro etnias que ofereceram grande resistência à penetração colonial portuguesa e, no entanto, pouco em comum tinham entre elas. Os **Suahilis** ocupam as feitorias costeiras entre Quionga e Quelimane, dedicando-se essencialmente ao comércio de escravos e efectuando incursões militantes para a difusão do Islamismo. Os Xeques Suahilis, para verem facilitadas as suas actividades comerciais no tráfego de escravos, efectuaram alianças com alguns povos africanos, sendo o interesse comum a luta contra a presença portuguesa.

Segundo Guthrie<sup>38</sup>, as línguas *Bantu* em Moçambique podem ser colocadas em oito maiores grupos: Swahili, Yao e Makonde, Makua (integrando Lomwe e Chuabo), Nyanja e Nsenga-Sena, Shona, Tsonga (com os subgrupos Shangana, Ronga e Tswa) e, Copi.

Contudo, dificilmente encontramos conjunto de autores com um consenso na abordagem etnolinguística, e capazes de apresentar de forma exacta quantas línguas e variantes de origem *Bantu* são faladas no território, principalmente porque estudos são ainda emergentes. Um mapa exacto ainda está por traçar, e isto tem deixado em aberto cenários para muitas discussões e interpretações conflituosas. O caso mais alarmante foi quando Moçambique aderiu à Commonwealth, o que levou alguns países lusófonos a interpretar que o país estava na iminência de abandonar o Português como língua oficial.

Vejamos como se apresenta o atlas etnolinguístico<sup>39</sup>.

Os **Macuas-Lomués**, a mais numerosa etnia de Moçambique, a mais dividida, tinham a sua parte costeira islamizada, e com laços comerciais e militares simultaneamente com os Portugueses e os Suahilis. No seu todo não representavam nenhum estado, e como tal difíceis

---

<sup>38</sup> Guthrie, M. (1967/71), *Comparative Bantu*. London: SOAS, University of London.

<sup>39</sup> INE de Moçambique (2006) e Departamento de História, UEM (Ed. 2000, História de Moçambique).

de serem dominados militarmente. Actualmente ocupam partes das províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula e formam no todo o maior grupo étnico moçambicano.

Os **Macondes**, que ocupam o planalto com o mesmo nome a Sul do Rio Rovuma, demonstraram sempre recusa da colonização. Têm como principal actividade a agricultura, são guerreiros e, pouco receptivos a qualquer influência e domínio estrangeiro. Constituem a maior etnia de Cabo Delgado.

Os **Ajauas**, na parte Noroeste, são principalmente agricultores e artífices. Tiveram uma estrita ligação com os Suahilis no comércio de escravos e na assimilação da sua religião, o Islão. Por influência religiosa, em muito se tornaram resistentes e hostis à administração portuguesa. Ocupam grande parte do Niassa, onde partilham com os Macuas.

Para além destas quatro etnias, o Norte tem ainda um grupo étnico a leste do Lago Niassa, um ramo do grupo Marave, ou seja, os Nhanjas. Actualmente mais conhecidos por **Angonis**, têm pouco significado demográfico em Moçambique, visto constituírem uma extensão dos Nhanjas que caracterizam grande parte do Malawi. Neste aglomerado de etnias na região de Niassa são veiculadas três línguas, Chinyanja, Chicewa, e Maganja.

Na parte do Eixo Zambeziano existe uma grande variedade étnica. Do Índico para o interior deparamos com os chamados Povos do Baixo Zambeze, no designado Complexo Zambeziano. Sobre um fundo Marave a Norte, e Chona a Sul, existem numerosos e variados contributos (Macuas-Lomués, Suahilis, Portugueses, Indianos, Chineses, entre outros) e formam um conjunto um tanto ou quanto miscigenado. Também aqui se podem assinalar os **Sena**, os **Ndau** e os **Chuabo**.

No entanto, sob o ponto de vista linguístico neste Eixo do Zambeze, deparamos com uma distribuição geográfica ligada a essas etnias numa forma um tanto ou quanto descaracterizada. Pois, vejamos, em Tete onde se fala Chiniungwe, Chinhanja, predominam as etnias com as mesmas designações, para ser mais precisos, os Niungwes e os Nhanjas. Na Zambézia, onde as maiores etnias são Chuabos e Macuas, temos o Echuabo e o Emakua como as línguas mais veiculadas. Em Manica as etnias Chona e Sena são falantes dos dois grupos linguísticos com as mesmas designações (Chichona e Chisena). No entanto, o Chisena tem como variantes Chigorongoza, Chitonga e Chiphozo; e os variantes do Chichona são Chindau (também falado em Sofala), Chiteue, Chimanhica, Chimachanga e Chizezuru.

A Sul do Zambeze, os **Chonas**, que desde cedo tiveram contactos com os Portugueses (século XVI), no século XIX sofreram muito com a invasão dos Angonis, tendo mesmo se tornado seus tributários no estado de Gaza, o qual surge como uma miscelânea entre Angonis e povos do estado de Muenemutapa.

Os **Tsongas** ocupam o Sul de Moçambique (Inhambane), e em muito sofreram a influência dos vizinhos Angonis e dos Portugueses. Devido a massiva emigração para a vizinha África do Sul, tiveram muita influência cultural deste país, o que se repercutiu também no nível de vida e nas mentalidades. Na região de Gaza, os Changanas, cuja língua predominante é Chichangana, também tiveram uma tradição migratória para a vizinha África do Sul.

O **Chopes**, também agricultores como a maioria dos outros povos, tiveram o seu contributo no fornecimento da mão-de-obra para África do Sul. Eram aliados dos **Bitongas**, que nunca deixaram de estar sob o domínio Português.

A completar este quadro de onze grupos etnolinguísticos não deixaremos de acrescentar os Asiáticos descendentes dos Indianos, que ocupavam o interior e antigas feitorias. Ainda hoje se nota a influência indiana em Sofala, pelas misturas de raças e costumes. E finalmente, temos o grupo originário dos Portugueses, que pela colonização implantaram não só o seu maior legado que é a língua, mas também os seus hábitos culturais e religiosos, que até hoje caracterizam todo o território moçambicano<sup>40</sup>. Com o objectivo de criar uma identidade nacional, o Português foi adoptado como língua oficial depois da independência.

O país possui uma longa tradição de coexistência de diferentes raças, grupos étnicos e religiosos. Ao contrário de muitos outros lugares no mundo, a diversidade cultural e religiosa raramente tem sido uma razão para conflitos em Moçambique.

---

<sup>40</sup> Departamento de História, UEM (Ed. 2000, História de Moçambique).



## **4.2 – Evolução Política e Socio-económica: do Socialismo à Transição da Economia do Mercado e a Emergência para a Democracia**

### **4.2.1 – O Período Socialista e o Impacto Político e Económico**

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade. O Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo. A ausência duma integração económica e a opressão extrema da mão-de-obra constituíam as características mais dominantes dessa assimetria. A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralmente planificada, numa orientação ideológica marxista-leninista<sup>41</sup>.

Em Julho de 1975 o Presidente de Moçambique, Samora Machel, anuncia a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, qualquer moçambicano ou estrangeiro residente passou a ter direito a ser proprietário duma casa para habitação permanente e de uma de férias, mas perdeu o direito a arrendar casas de habitação a outrem. O governo assumiu a gestão das casas que estavam arrendadas nessa altura, formando para isso uma empresa denominada *Administração do Parque Imobiliário do Estado* ou APIE.

Em relação à Saúde, o governo transferiu para as unidades estatais (Ministério e hospitais), o equipamento e pessoal dos consultórios e clínicas privadas e das empresas de funerais. Na Educação, o estado nomeou administradores para as escolas privadas, cujo pessoal passava à responsabilidade do Estado. Muitas das unidades privadas de saúde e educação pertenciam a igrejas cristãs, principalmente à Igreja Católica, e estas nacionalizações, associadas à propaganda oficial socialista e fortemente laica, também considerada como "anti-religiosa", criaram um clima de animosidade entre algumas destas igrejas e seus crentes e o estado (ou a FRELIMO, que era de facto a força política que comandava o Estado).

Estas nacionalizações foram a causa próxima para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários daqueles serviços sociais ou simplesmente se encontravam habituados aos serviços de determinados especialistas ou ao atendimento exclusivo; como esses indivíduos, na maioria portugueses, eram muitas vezes igualmente

---

<sup>41</sup> História de Moçambique, Ed.1999, Coordenação David Hedges, Maputo.

proprietários de fábricas, barcos de pesca ou outros meios de produção, o governo viu-se obrigado a assumir a gestão dessas unidades. Numa primeira fase, organizou-se, para as unidades mais pequenas, um sistema de auto-gestão em que comités de trabalhadores, normalmente organizados pelas células da FRELIMO, também chamadas Grupos Dinamizadores, assumiam a gestão de facto.

Mais tarde, em face da falta de capacidade de gestão e das dificuldades económicas prevaletentes, o governo começou a aglutinar pequenas empresas do mesmo ramo, primeiro em Unidades de Direcção e depois em Empresas Estatais. Testemunhas que somos dessa fase, dada a fraca produtividade das unidades de produção, foram impostas muitas restrições na aquisição de bens de primeira necessidade. Numa tentativa de controlo da crise, o governo criou a Comissão Nacional de Abastecimentos. Nesse processo, foi introduzido um sistema de controlo de preços e um cartão de racionamento, “o cartão de abastecimento”, por cada agregado familiar.

Durante o período “socialista” houve várias decisões políticas, destacando-se o encerramento, em Fevereiro de 1976, das fronteiras com a Rodésia do Sul, que contribuiu para a redução do tráfego internacional de mercadorias, uma das principais fontes de divisas. Por outro lado, a solidariedade para com as lutas contra as situações coloniais no Zimbábue e do *apartheid* na África do Sul levaram Moçambique a um envolvimento político, humano e económico, o que contribuiu em grande parte para o colapso da economia nacional, para além de grandes perdas humanas<sup>42</sup>.

A reconversão socialista de Moçambique, a crise mundial dos anos 70 e 80 que aumentou o poder das organizações financeiras internacionais e acelerou a globalização, a guerra de libertação do Zimbábue, a guerra civil, as calamidades naturais, a política do regime do Apartheid, a falta de capacidade técnica e de planificação entre outras causas, são factores que contribuíram para a situação de colapso económico e desequilíbrios insustentáveis na balança de pagamento. Segundo FMI as causas dos desequilíbrios da balança de pagamento de vários países africanos foram condicionadas por factores como, políticas de procura expansionista, questões exógenas (deterioração dos termos de troca e a queda no valor das exportações), problemas relacionados com serviço da dívida, e, distorções de políticas e preços, relacionados com a taxa de câmbio, preços e salários, SERRA, A.A. (1994).

Perante este cenário, os governantes moçambicanos empenharam-se em desencadear um conjunto de acções destinadas a inverter a tendência da evolução económica, através de

---

<sup>42</sup> Mosca (2005).

diversos programas de desenvolvimento, dos quais se podem apontar, particularmente o PPI (Plano Prospectivo Indicativo, PAE (Programa de Acção Económica), e, PRE (Programa de Reabilitação Económica), já no quadro de sua aproximação ao FMI, em 1984.

O PPI, elaborado em 1980, teve a sua aprovação na Assembleia da República de Moçambique em 1981, a sua implementação no plano prático dependeu do alargamento do apoio prestado pelos países socialistas e da existência de um clima de paz no terreno.

Na essência o PPI era um plano ambicioso e tinha por objectivo combater o subdesenvolvimento do país no prazo de dez anos. Para tal tinha que obedecer ao seguinte: criação da indústria pesada, bem como o fortalecimento de laços entre a indústria e a agricultura; concentração de camponeses em aldeias comunais e a introdução de formas cooperativas e estatais de produção; formação de quadros especializados e aumento do nível de escolaridade dos moçambicanos. Contudo, essas condições não se concretizaram. Isso em muito se deve à falta de clareza nas suas orientações e objectividades, chegando mesmo a demonstrar algumas contradições, ambiguidades e confusões, Pitcher<sup>43</sup> (2002, p. 52).

Quanto ao Programa de Acção Económica e de acordo com ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994, este programa preconizava que "...as despesas do Estado e a quantidade de dinheiro a circular tinha que se adaptar à capacidade de produção do país". Era indispensável reformular a política agrícola e reestruturar o sector estatal.

Como resposta às expectativas não concretizadas nos programas anteriores como resultado do frágil desempenho económico do país surge o PRE. O PRE é impulsionado por importantes transformações de ordem internacional, em função das mudanças políticas e económicas, que condicionaram a ajuda económica aos países mais pobres.

No relatório do IV Congresso da FRELIMO (1983), estava claro que o Estado tinha procedido a uma análise da então situação sobre os objectivos de desenvolvimento, em que o papel do homem era relevante, tendo sido reconhecida a subestimação na promoção da capacidade produtiva da economia em geral e, em particular, do campesinato.

---

<sup>43</sup> PITCHER, M. Anne, Professora de Ciências Políticas em NY, USA.

#### **4.2.2 – O Período da Guerra Civil: Desestruturação das Comunidades e o Impacto sobre a Economia**

Durante a Guerra-fria a questão do armamento centrava-se em armas de destruição em massa, consideradas então como representando a maior ameaça à segurança humana<sup>44</sup>. Enquanto o equilíbrio global era conseguido com base nestas super armas, a nível regional e nacional um quadro diferente tomava forma no continente Africano.

Em 1976, Moçambique encerra a fronteira com a *Rodésia* (Zimbábue), ao abrigo das recomendações das Nações Unidas, Hermele, K. (1990). A adesão a esse processo de sanções abriu o caminho para uma história de hostilidades, que havia de durar até 1992, ano em que foi assinado o Acordo Geral de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO<sup>45</sup> (Resistência Nacional Moçambicana), O apoio dado por Moçambique aos guerrilheiros e refugiados zimbabueanos, agravou ainda mais as relações entre os dois países. As incursões militares perpetradas pelo regime de Ian Smith ao interior de Moçambique, foram agravadas pelo apoio dado à criação e desenvolvimento de um movimento de oposição à FRELIMO, a RENAMO.

Com a independência do Zimbábue em 1980, a base de apoio deste movimento foi transferida para a África do Sul, que por sua vez também realizou incursões militares ao interior de Moçambique e criou um clima permanente de instabilidade. A África do Sul tinha como objectivos retaliar a FRELIMO pelo apoio dado ao ANC (Congresso Nacional Africano), através da destruição das infraestruturas e da sua economia, de forma a obrigar a FRELIMO a sentar-se a uma mesa de negociações. Com zonas de combate em Manica e Sofala, rapidamente as suas operações militares se expandiram por todo o país. Em 1982, a guerra tinha-se alastrado às províncias do Sul, Gaza e Inhambane, e à Zambézia.

Segundo Hanlon (1997), desde os anos 60, quando a FRELIMO iniciou a guerra, pairava sobre ela a nuvem da guerra fria, com os Estados Unidos e a NATO ao lado de Portugal, o que levou este movimento a aliar-se à União Soviética e à China. Nos anos 70, o abrandamento da guerra-fria trouxe novas esperanças à África Austral, e o debate sobre a Nova Ordem Internacional havia mesmo criado ao ‘terceiro mundo’ a esperança de acesso ao ‘financiamento internacional para os seus programas de modernização’.

A guerra civil em Moçambique atingiu principalmente as zonas rurais, onde foram destruídas escolas e hospitais, raptados alunos e professores, destruídas infraestruturas

---

<sup>44</sup> O’Grady, Margaret, *Pequenas Armas e Africa*, in BOND - British Overseas NGOs for Development.

<sup>45</sup> Segundo Mosca (2005), a RENAMO foi criada pelos serviços secretos da Rodésia do Sul, por um grupo de dissidentes da FRELIMO, por antigos militares moçambicanos das forças especiais do exército português e ainda portugueses que tinham abandonado Moçambique e residiam na Rodésia com interesses económicos.

económicas, como pontes, estradas, cantinas e tractores. Estima-se que cerca de 1 milhão de pessoas tenha morrido, 1,7 milhões se tenha refugiado nos países vizinhos e pelo menos 3 milhões estivessem deslocadas das suas zonas de origem, HANLON (1997, p.14).

A componente externa de apoio a esta guerra, se bem que não possa ser ignorada, reflecte apenas uma parte das razões que levaram à sua manutenção. É também necessário tomar em linha de conta os problemas internos do país e as políticas e estratégias utilizadas pela FRELIMO como resposta à crise existente, que marcaram um distanciamento entre o governo e a população, criando um descontentamento que ajudou a alimentar o conflito armado, MOSCA (2005).

A reestruturação radical da economia, através do modelo de economia centralmente planificada pelo Estado, estava longe de solucionar os problemas advenientes da tentativa de suprir a crise económica resultante da destruição da economia colonial, e mostrou ser a menos adequada para a solução dos problemas económicos e sociais existentes no país. As medidas económicas preconizadas pelo Estado, tinham marginalizado os camponeses, familiares a favor do desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, destruindo assim o sistema que havia garantido a maior parte da produção para consumo interno e uma parte da produção para exportação deste país. Era pois necessário repensar a estratégia e avaliar o papel a desempenhar pelo Estado na gestão da economia, ADAM (1997, pp. 6-7).

A guerra, a seca e as calamidades naturais alargaram o âmbito das pressões internas para alteração das políticas da FRELIMO. A situação económica e social sofria uma degradação crescente. Em algumas províncias era já visível o espectro da fome e era necessário mobilizar recursos para o pagamento da dívida externa. As medidas de emergência para tentar sustentar a economia não poderiam ser permanentes. Era difícil manter os níveis de emprego na indústria com baixos níveis de rendimento ou subsidiar a improdutividade das machambas estatais e manter também os subsídios para a alimentação das populações urbanas ou para as áreas sociais como a saúde, a habitação e a educação, que acabaram por conduzir a uma deterioração destes serviços. Entrara-se já numa fase de ruptura do mercado, com uma hegemonia do mercado negro e uma conseqüente baixa cambial.

Nos princípios da década de 80, a situação económica do país transportava já sinais alarmantes, pois que, o nível de importações crescia sem que houvesse disponibilidade de divisas. Por outro lado, os subsídios estatais à educação, saúde e despesas correntes do sector estatal incluindo as empresas estatais levaram a um deficit no orçamento do Estado. Isto resultou no endividamento público interno e externo, e, depois de 1984, Moçambique entra na

fase da crise da dívida e perde a credibilidade 'creditícia' junto dos mercados internacionais, PNUD (1998).

O decréscimo dos níveis de produção não podia de modo algum compatibilizar-se com o nível de crescimento das populações, pelo que foi necessário fazer uma contracção dos consumos, com impactos na redução da produção do bem-estar das populações e a consequente deterioração dos seus níveis de vida. A estratégia socialista apresentava sinais evidentes de desmoronamento. Em contrapartida, as conversações para adesão ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) avançavam progressivamente no cenário socio-económico local, o que veio a resultar no lançamento das reformas económicas. Em meados da década de 80, são visíveis os esforços da FRELIMO no campo político e económico, para alterar as consequências negativas resultantes da estratégia de desenvolvimento utilizada anteriormente.

A política económica moçambicana facilitou a guerrilha da RENAMO, pois esta mobilizava as populações aproveitando o descontentamento dos camponeses relativamente às aldeias comunais, a marginalização das autoridades étnicas, linhageiras e as antigas autoridades gentílicas. As construções das aldeias comunais foi concebida fundamentalmente como uma mudança física do local de residência, sem consideração pelas alterações nas lógicas dos sistemas de produção, dos costumes e pela importância do espaço na organização social e económica das famílias. A organização das actividades num *habitat* disperso foi substituída pela vida nas aldeias, o que provocou, mudanças forçadas de costumes e hábitos sociais e culturais<sup>46</sup>.

Devido à guerra, houve várias destruições das infra-estruturas agrícolas, comerciais, industriais e ferroviárias, em várias zonas do país, e o distrito de Marrromeu não foi excepção. O complexo fabril da então designada Sena Sugar Estates Ltd foi danificado em 1986, tornando-se inoperacional. O efeito da guerra foi devastador, tendo o distrito ficado completamente isolado do resto do país. Algumas pessoas tiveram que se refugiar nos locais mais próximos, como Chinde, Beira, Quelimane e Tete.

A situação da fome era generalizada, havia mortes não só devido à fome mas também devido às doenças. Perante tal situação, a actividade agrícola quase que se tornou impossível, com os agravantes dos dois extremos climáticos, a seca e as cheias.

As ONG's tornaram-se em grande parte responsáveis pelas estratégias e políticas de desenvolvimento, de saúde, de educação e de abastecimento da população em bens e serviços.

---

<sup>46</sup> Yáñez-Casal (1996).

No sentido de funcionarem num sistema articulado com o Estado e num contexto mais amplo, iniciativas de base foram implementadas para dar um importante contributo para o desenvolvimento.

#### **4.2.3 – Transição para a Economia de Mercado**

Sumariando, logo após a Independência, em 1975, a economia moçambicana entrou em declínio. Para explicar esta situação podemos entre outras apontar as seguintes razões: o êxodo da maioria dos seus quadros técnicos e empresários, a maioria dos quais de origem portuguesa; as opções políticas marxistas-leninistas da FRELIMO, o único partido, e que eram contrárias a uma economia de mercado e privilegiavam o relacionamento com os países socialistas (Ex-União Soviética, China, RDA); a Estatização da economia, que se traduziu na nacionalização dos principais sectores económicos (indústria, agricultura), criando um sistema altamente centralizado e ineficiente; o apoio dado por Moçambique aos movimentos de libertação na região, o que provocou o boicote e represálias de países vizinhos, como a Rodésia (Zimbabué) e sobretudo da África do Sul; a Guerra Civil que alastrou por todo o país a partir de 1980 e contribuindo para destruir e paralisar as suas infra-estruturas económicas<sup>47</sup>.

As pressões políticas no campo interno e externo e a necessidade de receber ajuda alimentar para superar a crise económica e as consequências da guerra e das calamidades naturais levaram a FRELIMO a redefinir a sua política externa: em 1982 o governo começou a cortejar os EUA e a fazer a sua “viragem para o Ocidente”, Hanlon (1997); em 1984, assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul, uma tentativa de cortar os apoios desta à RENAMO.

Apesar de tudo, entre 1977 e 1981 registaram-se alguns sinais de abrandamento da crise, mas com o alastramento da guerra civil a situação não tardou a piorar. Assim, na primeira metade da década de 80 as condições de vida pioraram de forma dramática, centenas de milhares de moçambicanos morreram à fome. A situação da balança comercial tornou-se insustentável. O país tinha que mudar de rumo para poder subsistir.

Face à crise económica generalizada, ao aumento da pobreza para níveis incomportáveis, o governo moçambicano inicia uma mudança na sua política, no sentido de uma liberalização da economia. Em 1983 realiza-se o IV Congresso do Partido FRELIMO, em que são avaliadas as estratégias socialistas adoptadas desde 1977 e o desempenho da

---

<sup>47</sup> OPPENHEIMER, J. (2006).

economia nacional, pelo que os dirigentes decidiram-se por reformas económicas para tirar o país da recessão, WUYTS (1990) e HERMELE, K. (1988). Moçambique abandona a orientação marxista-leninista que era a sua imagem de marca desde 1977, HANLON (1997). Na verdade, esta viragem de orientação favoreceu o financiamento da ajuda externa por parte dos doadores internacionais bem como, o reescalonamento do serviço da dívida perante os clubes de Paris e Londres.

Em 1984 adere ao FMI, Banco Mundial e Convenção de Lomé<sup>48</sup>. Em 1987 é lançado o Programa de Reabilitação Económica (PRE), com o apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, depois de intensas negociações entre 1985 e 1986. O acordo para a adesão de Moçambique como membro do FMI e Banco Mundial foi uma questão controversa. Pois, o país na altura enfrentava uma situação de guerra e como tal, as forças conservadoras americanas e a direcção do FMI previam que o risco era acrescido e o país não teria capacidade para assumir os seus compromissos no que diz particularmente respeito ao pagamento dos empréstimos a que teria direito como membro, ABRAHAMSSON e NILSSON (1994).

Confrontado com uma série de problemas de ordem económica, os governantes moçambicanos decidiram iniciar corajosamente com o seu próprio programa de reabilitação económica (PRE), sem no entanto, obter primeiro o acordo com o FMI e com o Banco Mundial. Os objectivos oficiais do PRE eram os seguintes:

- «Travar a queda da actividade económica do país e iniciar uma progressiva recuperação, até 1990, dos sectores vitais da economia nacional. Para tal, o PRE contém um programa de reactivação da produção para exportação, para abastecimento do Povo e para aprovisionamento à indústria, no qual se define os sectores e os produtos prioritários, a sua interligação no processo económico e a sua coordenação com o esforço de defesa da pátria.

- A reabilitação da economia exige o aumento da produtividade e da eficiência produtiva.

- Reduzir os défices do Orçamento Geral do Estado e as dívidas à banca.», FRELIMO (1987).

Como é evidente, a reforma da política económica era extremamente desejada e necessária, de forma a permitir a reconversão da tendência decrescente do nível de

---

<sup>48</sup> Convenção de Lomé é o acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP, que vigorava até à assinatura do acordo de Cotonou (acordo comercial entre a União Europeia e os países ACP. Assinado a 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benin, o acordo irá regulamentar a relação ACP-UE pelo menos até 2020. Afecta mais de 100 estados: os 25 Estados-membros da UE e os 77 países ACP e sucede à Convenção de Lomé).



desenvolvimento. Deste modo, no sentido de despertar o interesse das instituições internacionais, os governantes moçambicanos, a partir do PRE, algumas vezes tomaram medidas mais fortes do que as exigidas pelas Instituições de Bretton Woods (IBW). Tal facto foi apreciado, e facilitou em certa medida o financiamento internacional do programa.

Do conjunto de medidas posta em prática, destacam-se o corte drástico dos subsídios às empresas estatais, a liberalização do mercado, a restrição do crédito e a desvalorização do metical em relação ao dólar, passando aquele a valer, na altura, um décimo da sua cotação anterior.

Segundo refere HANLON (1997), o comportamento dos doadores face às mudanças geradas no país, pelo menos nesta fase inicial do programa, foi de tal modo favorável que condicionou a subida da ajuda externa “...de 710 milhões em 1987 para 875 milhões em 1988, ao mesmo tempo que foi acordada uma prorrogação da dívida”.

O PRE não só induziu um aumento do fluxo de financiamento oficial para o desenvolvimento, tendência que já se fazia sentir em 1986, modificando a sua estrutura financeira, como também transformou a sua composição por sectores de aplicação.

O crescente aumento da pobreza do país começou finalmente a ser travado, devido a intervenção das instituições de Bretton Woods. Esta melhoria interna, não se reflectia numa melhoria na balança de transacções correntes. O défice comercial aumentou, assim como o endividamento do país. O fim da União Soviética, em 1989, acabou por contribuir para esta situação, na medida que com ela se fecharam também os mercados dos países socialistas. A taxa de inflação atingiu então valores impressionantes: 50,1% em 1988, e 42,1% em 1989 (INE – Moçambique).

A partir de 1990, o PRE passou a PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), introduzindo a luta contra a pobreza como objectivo próprio no programa de ajustamento estrutural da economia moçambicana (Banco Mundial, 1990). A consideração dos aspectos sociais do ajustamento, e em particular do impacto da reforma económica nas populações pobres mais vulneráveis, levou a um conjunto de programas de protecção social.

Para tal, entre outras, foram tomadas as seguintes medidas, CNP (Comissão Nacional do Plano, 1992): redução da taxa de inflação de 35% (em 1991) para 28%, unificação da taxa de câmbio do mercado oficial e secundário (diga-se, paralelo), contenção do crescimento monetário até no máximo de 15%, realizar esforços para a cobrança fiscal, redireccionar as despesas públicas com o objectivo de reter os funcionários públicos qualificados, aumento das despesas sociais e continuar a desmobilização das forças armadas, melhorar o sistema de cobrança dos contravalores resultantes da venda dos donativos e da ajuda, continuar os

processos de privatização das empresas estatais, medidas de alívio da pobreza, incluindo a implementação de um sistema de distribuição de milho amarelo aos mais necessitados e revisão do salário mínimo de acordo com um cabaz que garanta um mínimo de subsistência, MOSCA (2005).

A redução da pobreza é o ponto central do plano de desenvolvimento do Governo da República de Moçambique (GRM). Perante a investigação feita sobre a pobreza em Moçambique, obtiveram-se resultados do Inquérito Nacional aos Agregados familiares sobre as Condições de Vida de 1996-97, que revelaram toda a extensão e profundidade da pobreza no país após dez anos de ajustamento estrutural. Foram estes resultados que chamaram a atenção para a gravidade da situação, em particular da população rural, e que serviram de ponto de partida para a formulação dos objectivos do PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) no quadro da iniciativa do perdão da dívida dos Países Pobres Fortemente Endividados – HIPC (Heavily Indebted Poor Countries).

Em 1996, O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, dando sequência a vários *lobbies* de ONGs e outros organismos humanitários, decidiram conceder a 38 países (dos quais 32 da África Sub-Sariana em que se inclui Moçambique) o perdão da sua dívida externa, com início efectivo da implementação da decisão a partir de 2004. Ora, esta iniciativa aos HIPC não tem, no entanto, estado isenta de críticas. Parte dos argumentos referem que o FMI e o BM impuseram critérios extensivamente estritos, provendo inadequado alívio da dívida, pelo facto de o dinheiro em questão ter que ser investido em projectos de desenvolvimento não de longo prazo, e por exigir dos países beneficiários que adoptem medidas que provavelmente vão aumentar a pobreza. Por exemplo, inadequado alívio da dívida vai significar para alguns países HIPC a terem que aplicar esse dinheiro em serviços relacionados com o processo burocrático com os países doadores do que com a sua aplicação em programas que beneficiem as populações.

Uma das vozes mais críticas no processo de beneficiação aos HIPC vem do Director do CADRE – *Centre for Accountability and Debt Relief* – Karl Ziegler. Este é da opinião de que a principal razão pela qual um alívio incondicional da dívida aos países mais endividados do mundo não vai ajudar aos respectivos cidadãos é o facto de estes nunca virem a beneficiar desse alívio. Ziegler sustenta ainda que muitos desses países são dominados por elites, definidos em grupos de famílias, tribos ou militares, cuja primeira prioridade em mente é alimentar as suas contas bancárias no exterior, e capacitar uma força policial ou militar para os manter no poder. Em suma, a corrupção irá desvirtuar o objectivo da iniciativa para o perdão da dívida.

Perante este mais que certo cenário, Karl Ziegler apresenta uma série de recomendações, que vão desde a criação de empresas pagas para auditorias internacionais que supervisionem local e diariamente se os valores referentes ao perdão da dívida são utilizados conforme o acordado entre as instituições de Bretton Woods e os HIPC, por exemplo na educação, na saúde e em programas de desenvolvimento que durem mais de 10 anos. Recomenda ainda que essas auditorias tenham lugar nos ministérios-chave dos países beneficiários, e caso se verifique alguma anomalia de desvio e que esta não seja imediatamente corrigida, o perdão da dívida que seja imediatamente cancelado e a reposição dos valores que seja incondicional<sup>49</sup>. Ziegler acrescenta ainda que só deviam beneficiar do perdão da dívida os países que demonstrassem interesse em se democratizar<sup>50</sup>.

De certa forma podemos dizer que todas as críticas aqui apontadas têm sido muito influentes no retraimento por parte dos países doadores, não obstante várias campanhas e iniciativas de grupos voluntários que têm pressionado esses países que na sua maioria compõem o chamado *G8 – Grupo de 8 países mais industrializados do mundo*. Como consequência desse retraimento, a implementação das iniciativas para os HIPC - *Heavily Indebted Poor Countries* – (Países Pobres Fortemente Endividados) tem tido um certo atraso.

O Plano traçado com metas para 2010 tem registado francos progressos, apesar do impacto negativo das calamidades naturais que assolam Moçambique, deixando famílias inteiras em luto e desprovidas dos seus haveres, destruindo infraestruturas económicas, sociais e vastas áreas agrícolas. Os resultados do inquérito ao consumo doméstico mostram uma queda de 15,3 pontos percentuais na incidência da pobreza. O número de agregados familiares pobres reduziu de 69,4% no inquérito de 1996-97 para 54,1% no inquérito de 2002-2003. A meta do PARPA era reduzir a incidência da pobreza para 60% até 2005 e para 50% até 2010 (Programa Quinquenal do Governo para 2005 – 2009)<sup>51</sup>.

A situação do serviço da dívida de Moçambique melhorou consideravelmente quando o país conseguiu atingir o “ponto de conclusão” no âmbito da Iniciativa do HIPC Reforçado (Países Pobres Fortemente Endividados) em 2001, após a implementação de reformas de políticas-chave, manutenção da estabilidade macroeconómica e implementação do PARPA. A situação de Moçambique ao manter um serviço da dívida passível de gerir é neste momento considerada pelo FMI como sendo “sustentável”. Após a assinatura do acordo de paz em 1992, os bancos e outras actividades empresariais foram privatizados. Tem sido mais difícil

---

<sup>49</sup> Jornal Britânico The Guardian, 8 de Junho 1999.

<sup>50</sup> International Herald Tribune, “A Debt Relief Plan” (Editorial, Aug. 19), 3 de Setembro 1996.

<sup>51</sup>Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (2005).

privatizar os monopólios de infra-estruturas pertencentes ao Estado em geral, por causa das condições do mercado.

Os sectores mais dinâmicos têm sido a construção, o turismo, a produção de energia eléctrica. Alguns empreendimentos, como a fábrica de alumínio – MOZAL e as Companhias Açucareiras (com destaque para a Companhia de Sena em Marromeu, por esta ser a maior empregadora e proporcionar maior volume de exportação de açúcar<sup>52</sup>) são importantes sinais deste desenvolvimento económico.

#### **4.3 – O Distrito de Marromeu: Localização geográfica e Caracterização socio-económica**

Uma terra húmida de importância internacional, Marromeu é um Distrito da Província Moçambicana de Sofala, na margem Sul do rio Zambeze, próximo da foz deste grande rio africano. A sua importância advém do facto de uma grande parte do Distrito, o designado ‘Complexo de Marromeu’ ser parte das *áreas de conservação*. Pois, sendo esta área uma continuidade do Parque Natural de Gorongosa, nela se localiza uma das maiores Reservas de Elefantes e Búfalos de África<sup>53</sup>, ocupando aproximadamente 1500 Km<sup>2</sup>.

Contudo, é a Companhia de Sena e a sua indústria açucareira, a referência principal do nosso objecto de estudo, que domina a actividade agro-industrial do Distrito de Marromeu, pela grandiosidade do seu investimento, capacidade empregadora e contribuição económica nacional.

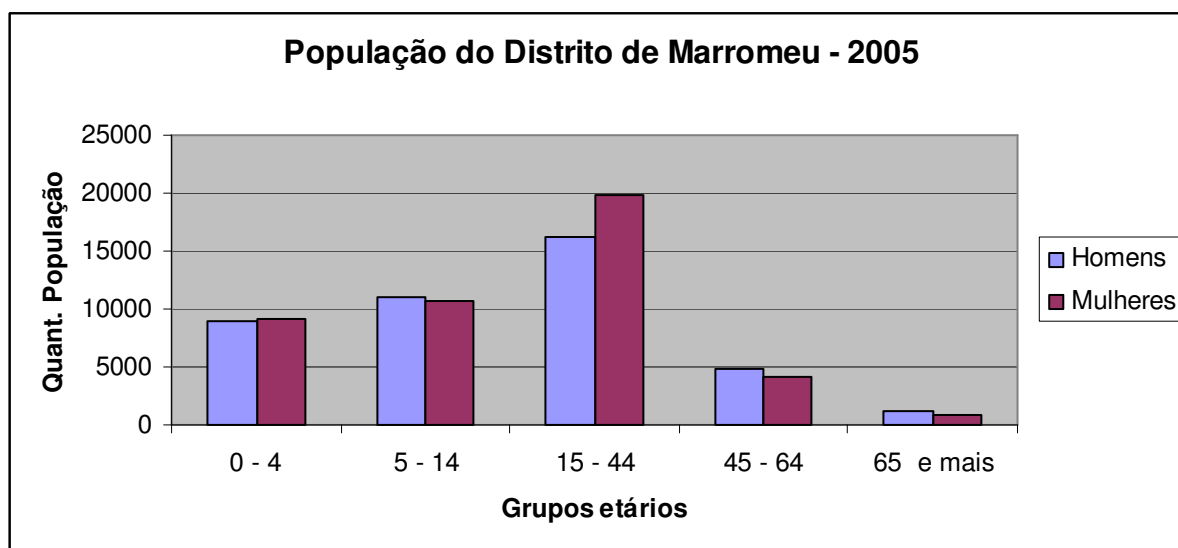
O distrito ocupa uma área de 5871 Km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de aproximadamente 15,1 habitantes por Km<sup>2</sup>. A população total é de 86934 habitantes, e na capital do distrito esta população é estimada em 40000 habitantes (Gráfico 1). Em quase todas as faixas etárias verifica-se uma distribuição equitativa em ambos os sexos. O maior grupo é o dos 15 aos 44 anos, sendo as mulheres ligeiramente em maior número, como consequência directa da recente guerra civil. A sede do Distrito, com o mesmo nome e aqui designado de Vila de Marromeu, dista a 300 km da cidade da Beira, capital provincial de Sofala (ANEXO I).

---

<sup>52</sup> Fonte: DNA – Distribuidora Nacional do Açúcar.

<sup>53</sup> Ministério de Turismo de Moçambique.

**Gráfico 1- População do Distrito de Marromeu**



*Fonte: Calculado a partir da base de dados do INE de Moçambique*

Os três postos administrativos que compõem o distrito (Chupanga, Malingapansi e a Vila de Marromeu) sempre tiveram um papel importante na dinamização sociocultural e religioso. O exemplo mais significante era Chupanga, que desde o século XIX constituía um posto interior de tráfego de escravos, e em simultâneo se iniciou a instalação dum centro religioso, a “Missão de Chupanga”. Como único centro mais próximo da Vila de Marromeu com escola em regime de internamento na altura, muitos jovens das zonas circundantes aí aprenderam as primeiras letras e, nalguns casos, alguma aprendizagem profissional em Artes e Ofícios. Muitos dos interlocutores idosos com quem tivemos oportunidade de obter informações orais sobre o distrito tiveram a sua instrução primária em Chupanga.

O município de Marromeu é o único no país que funciona com dois poderes dirigidos por partidos diferentes. O executivo (Concelho Municipal) liderado pela RENAMO-União Eleitoral, e o legislativo (Administração do Distrito) pela FRELIMO. A coexistência pacífica tem sido exemplar no país, não obstante no início se temer o contrário, visto que as memórias da guerra civil que foi entre estas duas partes políticas ainda serem frescas.

A autoridade tradicional, estruturada numa hierarquia de chefes tradicionais e de aldeia, também está presente e activa na vida da comunidade. A legitimação destas autoridades teve um percurso muito conturbado na época pós-independência, em que eram

vistas como fiéis colaboradores do regime colonial. Não obstante a posição do Governo, o poder dos régulos junto das populações nunca foi posto em causa, visto que a sua autoridade ia para além do poder material. Eles eram também considerados os sábios e os interventores nos poderes espirituais em trabalho conjunto com os curandeiros. Desse modo, todo o respeito lhes era devido. Nesta conformidade, e para continuar a granjear a simpatia do povo nas suas lides políticas e de continuidade, o Governo Moçambicano viu-se em certa medida forçado a reconhecer oficialmente a figura da autoridade tradicional. Essa nova atitude foi materializada pelo Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias, em que nestas se incluíam, para além dos régulos, chefes de terras e secretários de bairro. No entanto, o poder real coube aos secretários de bairro, que até hoje detêm poderes administrativos que em muito são reforçados pelos poderes partidários. Note-se que os secretários de bairro são uma nova versão dos chefes dos Grupos Dinamizadores, que antes do multipartidarismo eram nomeados pelo partido FRELIMO como o poder local. Para que a implementação do Decreto 15/2000 tivesse uma aceitação sem conflitos no seio da população, em Marromeu, assim como em todo o país, foi levado a cabo um trabalho de divulgação, em particular nos Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, com o envolvimento de todas as camadas sociais.

O papel das autoridades comunitárias, tem sido o de elo entre a comunidade e as autoridades Administrativas, na solução dos problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito, na colecta de impostos, na divulgação de acções de combate a queimadas descontroladas e na criminalidade. É de salientar o papel destas autoridades no combate ao HIV/SIDA. Nesta luta de consciencialização o papel dos régulos tem sido importantíssimo, visto que a sua mensagem é mais credível junto dos populares pelo respeito que merecem. Em conversa tida com um dos régulos, este afirmou que o seu envolvimento tem sido enorme, ocupando-se a tempo inteiro na abordagem do tema 'SIDA' com os populares, em qualquer encontro ocasional, e duma forma aberta e sem preconceitos aludindo a verdadeira causa de falecimento de qualquer pessoa conhecida. A propagação desta doença tem sido uma das maiores preocupações das autoridades a todos os níveis, dado que as estatísticas mostram claramente valores crescentes do número de infectados, e no entanto continua a intransigência na mudança de certos hábitos.

A região do distrito é, maioritariamente, dominada pelos grupos étnicos Chuabos provenientes da província da Zambézia, os Senas provenientes de Cheringoma, Mutarara e Caia (Província de Sofala), Morrumbala e Mopeia da província da Zambézia, para além de algumas minorias como os Macuas, Ngonis e Ndaus, que aqui se estabeleceram como

contratados para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar da Sena Sugar Estates e nas serrações de madeira da Companhia de Moçambique.

### ***Possível origem da designação “Marromeu”, segundo transmissão oral.***

*Os primeiros portugueses que escalaram o distrito vieram de barco ao longo do rio Zambeze, com o objectivo de conhecerem novas áreas que pudessem ser exploradas. Entraram na floresta e, quando já se julgavam perdidos, encontraram caçadores junto das suas cabanas a cortar carne. Depois de várias tentativas frustradas para estabelecer diálogo com os nativos, quiseram saber o nome da região e, em resposta, os caçadores que já estavam cansados de os ouvir responderam “Pamarremelo” (o que quer dizer na língua Phozo, local onde se procede ao esquartejamento da carne), entendendo os portugueses que a região se chamava “Marromeu”.<sup>54</sup>*

A agricultura é a principal actividade económica e envolve a maioria das famílias locais, incidindo fundamentalmente na produção do arroz, feijão nhemba, mexoeira, mapira, milho, mandioca, hortifrutícolas, entre outros. Também são cultivados: copra, cajú e hortícolas. A produção não agrícola no distrito de Marromeu constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Essa produção deriva essencialmente da venda de carvão, madeira, lenha, bem como a actividade pesqueira artesanal e caça.

No distrito, o fomento pecuário é bastante fraco, não obstante a existência de boas áreas de pastagem. Há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Na produção de culturas alimentares, as cheias são os factores limitantes, assim como a falta de sementes, de fertilizantes e de alfaías, as pragas, bem como a má qualidade do solo. Na agricultura não há muito investimento externo e, as famílias usam métodos naturais e orgânicos, como sejam, a adubação orgânica e as queimadas, para aumentar a fertilidade dos solos. Tem sido prioridade no distrito, plantar árvores de fruta (papaia, manga, citrinos, cajú e goiaba) e é um importante factor complementar da dieta das famílias. As principais limitações são a falta de hábito ou interesse no seu cultivo, falta de fundos e de acesso a mercados para os produtos, a falta de sementes e a inadequada preparação para revitalizar o solo.

As árvores além da fonte de material de construção local e de fabricação de artesanato fornecem lenha e matéria-prima para fazer carvão que é comercializado na sede do Distrito. Como consequência disso tem surgido o problema de desfloramento no distrito. Para a sua

---

<sup>54</sup> Informação obtida junto de certos populares idosos, que afirmam ser parte da história de Marromeu contada pelos seus avós e pais.

minimização, o GPZ – Gabinete do Plano do Zambeze, tem feito uma campanha de esclarecimento com a colaboração dos régulos e chefes de aldeias.

Em Marromeu, o núcleo de família é a palhota (Anexo IV), com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus, compreende os pais e filhos menores e por vezes, os avós que se considera foro familiar segundo o conceito europeu. Em alguns casos na estrutura familiar existem famílias polígamas. Nestas famílias todas as mulheres dependem económica e financeiramente da primeira mulher do marido que é denominada “mulher mais velha” independentemente da sua idade sendo ela a gestora de toda a propriedade familiar.

No âmbito do PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta de Moçambique – em 2003 foi levado a cabo o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares, conduzido pelo INE (Instituto Nacional de Estatística de Moçambique). Um dos objectivos fundamentais deste inquérito visava quantificar o índice de incidência de pobreza<sup>55</sup> e, deste modo, o governo poder tomar acções concretas na ajuda às famílias mais carenciadas. Dadas as várias circunstâncias condicionantes da sociedade moçambicana, pouca ou quase nenhuma acção foi levada a cabo. Uma das limitações tem sido a desorganização das próprias entidades encarregues de disponibilizar os bens essenciais a quem mereça.

Contudo, desse trabalho de grande envergadura e importância, que permitiu a actualização dos dados obtidos em 1997 no âmbito do primeiro censo geral depois da guerra civil, valiosos elementos quantitativos foram compilados, o que tem permitido algumas entidades estrangeiras a programar as suas acções de ajuda, principalmente nas zonas rurais, onde o índice de pobreza está ligeiramente abaixo dos 55%, numa redução de quase 16 pontos percentuais em relação a 1997<sup>56</sup>.

No que respeita aos dados recolhidos pelo INE de Moçambique sobre as famílias no País, mais de metade das famílias de Marromeu (Gráfico 2) têm entre 3 a 5 membros no seu agregado. E, segundo estes dados do INE, as famílias mais numerosas, isto é, com 6 ou mais elementos, cifram-se em quase 27%. No entanto, para um meio rural que é, interessante se torna verificar que aproximadamente 23% dos agregados têm entre 1 a 2 filhos.

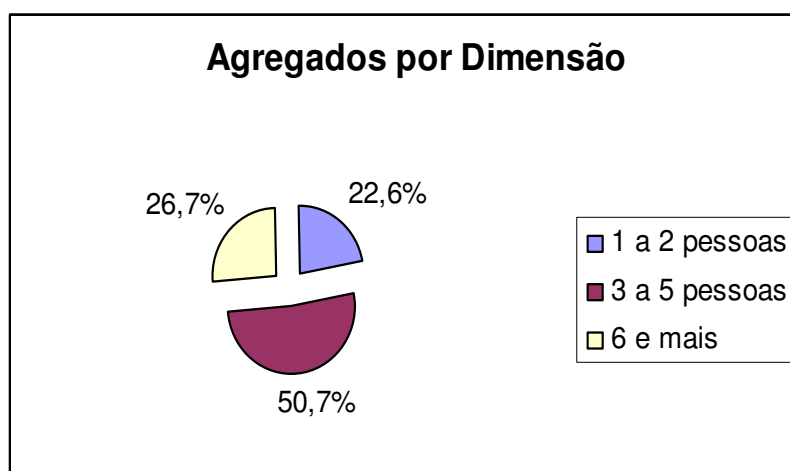
---

<sup>55</sup> Pobreza entendida como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade, PARPA (2001, p. 691).

<sup>56</sup>Discurso de Informação Anual do Presidente Joaquim Alberto Chissano à Assembleia da República sobre a situação geral da Nação “*pela redução da pobreza absoluta, rumo ao desenvolvimento sustentável*” em Maputo, a 29 de Abril de 2004.



**Gráfico 2: Famílias de Marromeu**



*Fonte: Calculado a partir da base de dados do INE de Moçambique*

As famílias moçambicanas têm em geral mais de 5 filhos. No entanto o caso de Marromeu, tanto quanto pudemos constatar, a maioria das famílias é jovem, o que nos permite afirmar que num futuro próximo, a continuar a estabilidade económica e social garantida pelo emprego na unidade industrial Companhia de Sena e pela tranquilidade política, não obstante haver dois partidos a dirigir os destinos do Distrito, a tendência da dimensão dos agregados prevê-se que aumente, caracterizando assim as famílias rurais.

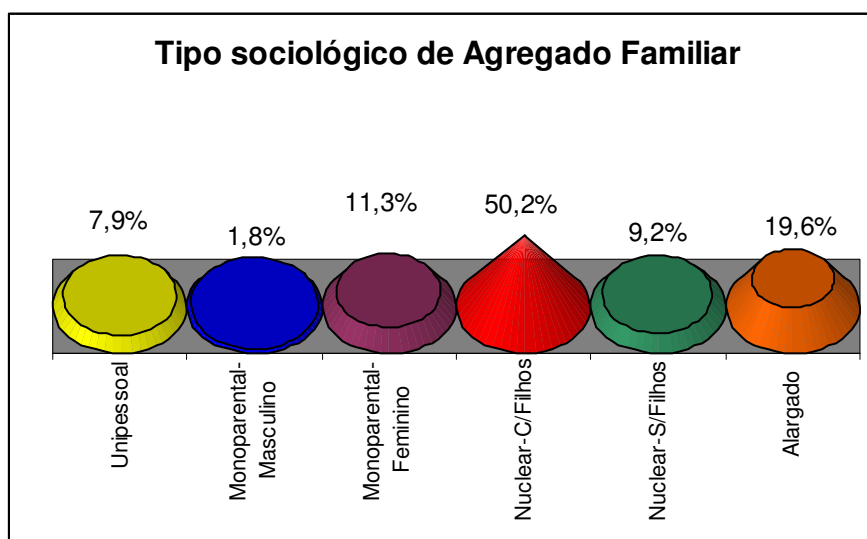
A reforçar a nossa constatação generalizada de maioritariamente existirem famílias jovens, os valores oficiais indicam que o valor percentual de indivíduos com menos de 15 anos é aproximadamente igual ao dos que têm mais idade. Acrescente-se, porém, que a média de idade em Moçambique é de 17,5 anos<sup>57</sup>.

Recorrendo ainda aos dados do Inquérito Nacional sobre as Famílias, do gráfico sobre o tipo sociológico de agregado familiar (Gráfico 3) inferimos que, no tocante a distribuição e situação dos progenitores, 50% das famílias em que o casal coabita têm filhos. Cerca de 8% dos habitantes de Marromeu vivem sozinhos e sem filhos. No entanto, dos pais solteiros 2% são do sexo masculino contra um número mais elevado das mães solteiras, cerca de 11%.

O elevado número de mães solteiras, comparativamente ao sexo oposto nas mesmas condições se deve em parte à ainda persistente prática de poligamia, para além de se poder considerar o caso de viúvas de guerra e pandemias.

<sup>57</sup> INE Moçambique.

**Gráfico 3 – Tipo sociológico de Agregado Familiar de Marromeu**



*Fonte: Calculado a partir da base de dados do INE de Moçambique*

O facto de cerca de metade das famílias do Distrito terem filhos e serem do tipo nuclear, isto é, haver a coabitação dos progenitores, se deve em parte à estabilidade socioeconómica e ao factor aterrador do SIDA. Perante os índices alarmantes da propagação da doença em todo o país, a Companhia de Sena alerta através de sessões de esclarecimentos aos seus trabalhadores quão prejudicial se torna para ambas as partes quando alguém fica infectado. Como é do interesse dos trabalhadores manter o emprego, que em Moçambique é algo de muito precioso hoje em dia, a consciencialização tem tido efeitos práticos na prevenção. Dado o melindre social da epidemia SIDA, o trabalho de esclarecimento e aconselhamento dentro da empresa está sob a responsabilidade de um sector criado para o efeito, que também conjuga a sua actividade com o de alguns agentes comunitários, como os régulos e os chefes das aldeias.

Quase todos os trabalhadores da Companhia de Sena, se casados vivem com os parceiros ou as parceiras. Existem no entanto alguns “deslocados” que, por qualquer razão não puderam trazer as suas famílias. Para estes casos, o sector que supervisiona o controle do SIDA tem uma atenção redobrada, visto que em certos períodos viajam ao encontro das suas/seus parceiros, tornando-se em potenciais propagadores das infecções.

O acesso a fontes melhoradas de água (Anexo V) continua a ser um problema e, as comunidades abastecem-se com a água do rio, lagos, poços e alguns furos de captação. Os pequenos sistemas de canalização e de fontanários cobrem somente cerca de 4% das habitações concentradas na vila de Marromeu (INE de Moçambique). Pudemos no local

constatar a colmatação desta carência por ONGs, na abertura de alguns poços de água, nalguns bairros circundantes da vila.

Marromeu, estando situado próximo do delta do Zambeze, tem os seus terrenos caracterizados por pântanos, principalmente nas zonas mais baixas. Ora, isso torna difícil a obtenção de água potável. Por outro lado, os efeitos das chuvas tornam as zonas alagadiças, não permitindo o fácil escoamento das águas retidas, agravando em certos casos os problemas sanitários.

O nível de participação económica em meio rural é mais elevado do que em ambiente urbano. Cerca de 76,5% da população economicamente activa (dos 15 aos 65 anos) habita o meio rural e as zonas urbanas são habitadas por cerca de 54%<sup>58</sup>. O distrito tem um Índice de Pobreza estimado em cerca de 45%<sup>59</sup>.

Na área do comércio, em Marromeu, o mercado informal (Anexo VI) encontra-se activo no que diz respeito aos produtos alimentares, calçado e vestuário, o que vem colmatar as falhas nestas áreas.

O complexo fabril açucareiro é o maior empreendimento privado do distrito e tem estabelecido alguns programas sociais de apoio à comunidade e à produção familiar, e ao desenvolvimento de pequenos agricultores privados.

O sector agrário em Marromeu, ao género de todo o território nacional, é constituído essencialmente pelo sector familiar, que pratica uma agricultura de subsistência, a qual depende principalmente das chuvas. No entanto, devido à localização geográfica do País, este é afectado sistematicamente por calamidades naturais (principalmente secas, cheias e ciclones).

Marromeu sendo uma região no centro do País, recebe influências das correntes do Canal de Moçambique, que muitas vezes estão carregadas das monções do Sul da Ásia. Isso afecta em muito as cheias do Rio Zambeze (para além das chuvas que ocorrem nos países vizinhos), que quando transborda se torna num dos maiores flagelos da região. Muitas habitações do Distrito estão à beira rio. Antigamente havia o sistema de edificação de diques. No entanto, tanto quanto pudemos verificar, as populações chegam a construir para além dos diques para ocupar terras mais férteis, não obstante as campanhas de desencorajamento por parte das autoridades.

O efeito das calamidades é agravado pela debilidade das infra-estruturas, fraqueza dos agentes económicos e das instituições económicas e sociais, públicas, privadas e da sociedade

---

<sup>58</sup> Fonte INE (<http://WWW.ine.gov.mz>).

<sup>59</sup> Relatório sobre a Pobreza e Bem-estar em Moçambique.

civil. O sistema de informação sobre a ocorrência e impacto das calamidades ainda é pouco articulado e débil, o que dificulta a análise dos impactos e respostas requeridas, bem como a planificação atempada das respostas antes das ocorrências. As calamidades naturais ainda não são completamente entendidas como parte endógena e crucial do ambiente em que a produção agrária ocorre, talvez por se considerar como algo cuja solução cabe simplesmente às ONGs. Isto conduz a que as respostas às calamidades sejam mais de emergência do que estratégicas.

O solo do Distrito de Marromeu não se pode considerar fértil. À imagem de várias outras regiões do País, não existe um aproveitamento da água para irrigação como parte duma estratégia de desenvolvimento do sector agrário utilizando tecnologias que para o caso não seriam excessivamente caros dada a proximidade do rio. Esta poderia, pois, ser uma das soluções a médio e longo prazo para enfrentar os desafios da produção agrária nas zonas áridas e mais vulneráveis.

Apesar do fraco desenvolvimento da agricultura em Moçambique, o país possui um grande potencial para a médio e longo prazo desenvolver uma agricultura que assegura um crescimento sustentável. Actualmente o desenvolvimento das distintas zonas agro-ecológicas é constringido pela fraqueza das infra-estruturas: estradas e pontes, linhas férreas, portos secundários, electrificação, postos de distribuição de combustível, telecomunicações, facilidades de comercialização, abastecimento e armazenamento de bens, sistemas de regularização dos rios, armazenamento de água e irrigação, centros de pesquisa tecnológica e de formação técnica e profissional, e outros.

O maior potencial agrário das zonas Centro e Norte de Moçambique não é ainda devidamente explorado, e com particular foco o vale do Zambeze; além das infra-estruturas, há características e dinâmicas sociais e económicas que afectam e constringem, ou impulsionam, a capacidade de aproveitamento e desenvolvimento do potencial agrário natural dessas zonas. Aponte-se como exemplo a lenta recuperação da linha ferroviária de Sena, destruída durante a guerra civil, cuja desminagem foi fastidiosa.

Os elementos de dinâmica que devem ser considerados na análise do sector agrário em Moçambique incluem o baixo uso de tecnologias melhoradas, incluindo sementes, fertilizantes e pesticidas, as desigualdades no acesso e utilização da terra, a fraca concentração de infra-estruturas de rega nas zonas prioritárias, o fraco acesso aos mercados de consumo, o fraco apoio aos produtores, a dispersão geográfica das zonas de produção de acordo com as

zonas agro-ecológicas definidas, e os baixos volumes de produção por indivíduo, o que requer uma função de acumulação que pode ser aproveitada através das associações de produtores<sup>60</sup>.

Os constrangimentos acima mencionados, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, o que coloca quase 10 por cento da população do distrito<sup>61</sup>, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável. A produção de alimentos é pois influenciada pelos choques associados aos constrangimentos em referência e o HIV/SIDA, o que torna uma ameaça para perpetuar o ciclo da pobreza em quase todo o território nacional.

Com vista a minimizar os efeitos nefastos da fome, o Governo e alguns parceiros têm vindo a levar a cabo desde 1997 análises de vulnerabilidade com vista a identificar as populações em situação de insegurança alimentar e desnutrição. Duma forma positiva e satisfatória tem-se verificado nos últimos cinco anos que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar extrema têm vindo a diminuir graças ao efeito combinado das intervenções que visam essencialmente fortalecer a capacidade produtiva das famílias (ex. a realização das feiras de sementes), programas de manejo e gestão de água (bombas pedestais), plantio de culturas adaptadas à seca (mandioca e batata doce), a ajuda alimentar, desparasitação e vacinação das crianças (0-5 anos), educação da população na melhoria das práticas de preparação dos alimentos e outras<sup>62</sup>.

A produção agrícola principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda produção agrícola, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas. As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado na açucareira, já que as outras oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia tem por base, essencialmente, as relações familiares.

O Governo de Moçambique iniciou no entanto um trabalho efectivo no aproveitamento do Vale do Zambeze com a criação pelo Decreto 40/95 de 22 de Agosto de 1995 do GPZ - o Gabinete para o Desenvolvimento do Vale do Zambeze - que é uma instituição através da qual o Governo promove, dirige, planifica, coordena e supervisiona o

---

<sup>60</sup>Tomás A. Siteo (2005), *Agricultura Familiar em Moçambique. Que modelos e estratégias para o desenvolvimento sustentável?* Maputo.

<sup>61</sup> <http://www.govnet.gov.mz/>.

<sup>62</sup>Ministério De Agricultura E Desenvolvimento Rural, Direcção Nacional De Agricultura - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (2004), *Estudo de Caso Sobre a Segurança Alimentar e Nutrição no Processo de Desenvolvimento de Moçambique*.

processo de implementação de programas e projectos de desenvolvimento na parte nacional da Bacia do Rio Zambeze, assim como coordena a inventariação dos seus recursos. Contudo, várias questões se vão levantando sobre acções imediatas que esta instituição possa tomar que levem a um benefício directo das populações, dado que muitos dos seus projectos são de orientação macroeconómica.

#### **4.3.1 – Educação em Marromeu**

O sistema de educação herdado do regime colonial não se destinava à população em geral, mas sim a uma pequena minoria localizada nas principais localidades, sobretudo cidades, deixando de fora a maioria das crianças em idade escolar. O que, num país com uma população maioritariamente rural, significava que, para os jovens continuarem os seus estudos, seria necessário abandonarem a sua família e migrarem para a cidade, não sendo certo o seu regresso no final da sua formação ao local de origem. Isso contribuiu em muito para a massificação do analfabetismo em Moçambique.

A área da educação constitui para o Governo uma das estratégias para a luta contra a pobreza. Por ser um direito fundamental de cada cidadão para a sua afirmação e integração na vida social e económica, estão-se a expandir as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e relevante, com equidade a todos os níveis do sistema nacional de educação, tendo em conta a redução das disparidades regionais e de género.

Como atrás referimos, na época em que a antiga fábrica da Sena Sugar Estates se estabeleceu havia poucos residentes com alguma escolarização. O único local com escola era Chupanga, que dista acerca de 40km da sede do distrito. Antes da reabilitação da fábrica “Companhia de Sena” não existia nenhuma escola secundária em todo o distrito, o que forçava todos os jovens que quisessem prosseguir os estudos após o ensino primário a deslocarem-se às cidades mais próximas, como a Beira e Quelimane.

Isso vem de certo modo justificar o nível de analfabetismo em Marromeu que era muito elevado até 1997 (altura do censo geral e pouco depois do início da reabilitação da fábrica açucareira), cujo processo de inversão dessa tendência se viu retardado pela guerra civil. As condicionantes na educação antes e depois da independência têm influenciado a carência de pessoas locais com elevado nível de escolaridade para certos postos relevantes na Companhia, vendo-se esta obrigada a empregar moçambicanos de outros distritos ou mesmo de outras províncias que não Sofala.

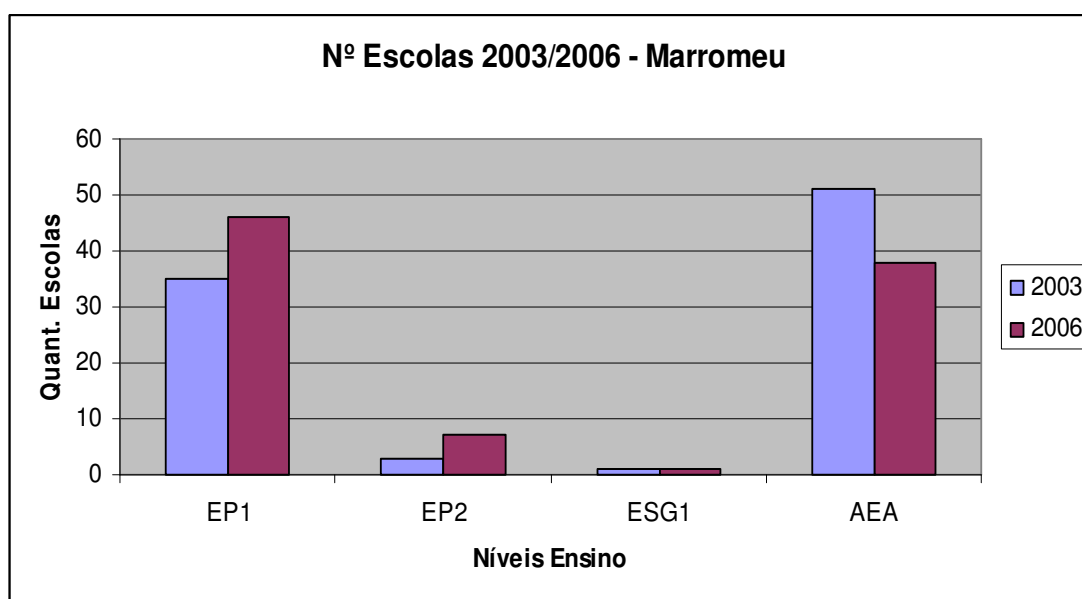
Desde o reassentamento das populações após a guerra civil, e atraídos pela oportunidade de emprego na Companhia de Sena, a rede escolar tem vindo a expandir-se em todo o distrito. Contudo, esse movimento expansivo não tem acompanhado o crescimento demográfico. Note-se que só existe uma escola secundária na Vila de Marromeu, que é única em todo o distrito. Essa insuficiência agrava-se pelo facto de nessa única escola só se leccionar até ao 10º ano. Deste modo, mais uma vez se verifica o êxodo de jovens que queiram completar o ensino secundário para a Beira ou Quelimane. Isso só tem sido possível nos casos em que os jovens têm algum familiar nessas cidades, significando, além disso uma carga financeira suplementar para os parentes.

Deste constrangimento, quase que um ciclo viciosos se mantém desde a época colonial: poucos empregados locais na fábrica com posições relevantes, e crescente índice de desemprego no distrito.

Segundo os dados disponibilizados pela Direcção Provincial da Educação e Cultura de Sofala, logo que se iniciou o repovoamento do Distrito, que quase ficara deserto em 1986 devido à invasão da RENAMO aquando da guerra civil, houve um grande investimento na construção de escolas primárias.

Em 2003 já havia 35 escolas, continuando o número a crescer para 46 em 2006 (Gráfico 4). Esse aumento se deve em parte à necessidade de acompanhar o crescimento da natalidade no Distrito, que aliás tem sido uma tendência nacional.

**Gráfico 4- Comparação rede escolar 2003 e 2006**



EP1=Ensino Primário do 1º Grau (1ª a 5ª Classe); EP2=Ensino Primário do 2º Grau (6ª a 7ª Classe); ESG1=Ensino Secundário do 1º Ciclo (8ª a 10ª Classe); AEA=Alfabetização para Adultos.

*Fonte: Calculado a partir da base de dados da Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala.*

Relativamente à alfabetização de adultos, até 2003 foi notória a crescente disponibilização de recintos para esse nível de ensino, o qual tem sido uma das acções prioritárias do governo desde a independência. Mas, interessantemente, em 2006 houve uma ligeira descida, tanto de recintos como de alfabetizandos, o que nos leva a deduzir que, num ambiente pequeno como Marromeu, o número a necessitar de aprender a ler e escrever enquanto já adultos decaiu, diminuindo assim o índice de analfabetismo na região. Por outro lado, mesmo que se tenha verificado o crescimento da população adulta pelas novas chegadas, estas já vêm com um certo nível escolar. Mesmo que não tenham a oportunidade de engrossar o número de operários da unidade fabril açucareira, dedicam-se a outras actividades económicas na região, como o comércio informal, pequenos artífices, transportes e serviços estatais. Importa aqui referir que, mesmo verificando-se o aumento do número de escolas primárias, estas ficam aquém das necessidades, dado o quase exponencial crescimento demográfico, o que aliás constitui um fenómeno nacional. Cada ano há mais crianças que ficam sem frequentar a escola por falta de vagas. Essa carência está a tornar-se gritante para o nível secundário. Quando questionámos o porquê da não solução do problema, como por exemplo construindo mais escolas, foi-nos dito que não havia condições financeiras para colocar professores em potenciais novos estabelecimentos de ensino. Trata-se de um problema nacional.

Analisando os dados do Quadro 1 sobre a rede escolar em Marromeu verificamos que em 2006 o número de professores aumentou significativamente em relação ao ano de 2003. Isso se deve em parte ao incremento do número de alfabetizadores e de professores primários do 2º grau, que foi de cerca de 70% para cada caso. Estranhamente, não obtivemos explicação do aumento de alfabetizadores, que contrasta com a diminuição de recintos e de alfabetizandos.

**Quadro 1 - Rede escolar: Escolas, Alunos e Professores, 2003/2006**

Níveis de Ensino	Número Escolas		Número Alunos		Número Professores	
	2003	2006	2003	2006	2003	2006
<b>Total do Distrito</b>	<b>90</b>	<b>92</b>	<b>18930</b>	<b>24958</b>	<b>258</b>	<b>365</b>
EP1	35	46	12951	18572	186	154
EP2	3	7	1225	2352	13	41
ESG1	1	1	775	976	14	23
AEA	51	38	3979	3058	45	147

EP1=Ensino Primário do 1º Grau (1ª a 5ª Classe); EP2=Ensino Primário do 2º Grau (6ª a 7ª Classe);

ESG1=Ensino Secundário do 1º Ciclo (8ª a 10ª Classe); AEA=Alfabetização e Ensino de Adultos.

*Fonte: Calculado a partir da base de dados da Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala.*



Os jovens que por diversos condicionalismos não conseguem dar continuidade à sua formação noutros locais depois de concluído a 10ª classe dificilmente se empregam na Companhia de Sena, porque a empresa dá preferência à indivíduos com conhecimentos práticos de uma actividade profissional, como mecânica, serralharia, ou serviços. Como alternativa, chegam a aceitar o emprego do corte de cana para evitar o desemprego. Casos que foram do nosso conhecimento foram relatados na primeira pessoa, e com certa frustração.

Situação mais complicada é o das mulheres, que dificilmente se enquadram no leque dos postos de trabalho do complexo fabril. Tomando em consideração os dados do INE de Moçambique para 2005, e analisando a ilustração abaixo, no grupo etário da população activa dos 15 aos 44 anos de idade o número de mulheres supera quase em 20% ao do sexo oposto. Considerando que ambos os sexos estão em igualdade de circunstâncias quanto ao nível escolar dado que não há discriminação sexual na educação, e reflectindo na eventual maior dificuldade em os pais libertarem uma filha para uma terra distante para prosseguir os estudos, o desemprego na camada feminina vai aumentando. De momento são raríssimas as hipóteses de emprego. Pelos dados fornecidos pela Companhia de Sena, sabemos que esta emprega cerca de 380 pessoas do sexo feminino, contra 7722 do sexo masculino (ver Gráfico 6). Fazendo uma leitura destes números no universo demográfico de cerca de 45000 mulheres contra 43000 homens em todo o Distrito, é de assinalar que a Companhia de Sena em pouco ou quase nada contribui para o melhoramento directo da economia do sexo feminino através do emprego.

Todo o quadro pessoal de Direcção da Companhia de Sena é constituído por deslocados estrangeiros. Como existem alguns com filhos menores e em idade escolar de nível primário, a empresa possui uma escola sob a sua responsabilidade, e com currículo Inglês, visto que os referidos trabalhadores têm como primeira língua o Inglês. No entanto, os filhos menores dos trabalhadores seniores nacionais na mesma faixa etária que os estrangeiros, também têm acesso à essa escola.

Ainda no âmbito do ensino secundário em Marromeu, da Direcção da Companhia obtivemos a informação de que esta tem apoiado este nível de ensino no Distrito. Contudo, não nos foi especificado em que termos esse apoio era concretizado.

### 4.3.2 – Saúde Em Marromeu

A saúde em Moçambique é algo que está muito associado à pobreza. Pretendemos com isto dizer que, dados os poucos recursos financeiros e o reduzido nível de conhecimentos de cuidados básicos, dificilmente se torna possível atingir um patamar razoável de prevenção de doenças evitáveis, que ceifam milhares de vidas dos cidadãos moçambicanos.

O sistema de saúde do país ficou estrangulado logo após a independência, devido à debanda de técnicos de saúde portugueses, e como consequência das medidas das nacionalizações que proibiam a existência de tudo o que fosse privado. Para solucionar a lacuna de profissionais de saúde, que tinha um número insignificante de nacionais do ramo, o governo recorreu aos cubanos e soviéticos. A funcionalidade desse sistema foi precária por várias razões, sendo as mais notórias as diferenças culturais, e um total desconhecimento da realidade africana, e em particular de Moçambique.

Contudo, o governo não deixou de criar uma entidade que promovesse o desenvolvimento, programas e planos estratégicos de saúde em benefício das populações. É aqui que surge o Serviço Nacional de Saúde – SNS, com uma definição mais político-ideológico, que no seu artº 94 consagrava: *“Todos os cidadãos têm direito à assistência médica e sanitária, nos termos da lei, e o dever de promover e defender a saúde”*. E o artº 54º definia que *“A assistência médica e sanitária aos cidadãos é organizada através de um sistema nacional de saúde que beneficie todo o povo moçambicano”*. Ora, dado o sistema económico fechado adoptado na altura, dificilmente se conseguiriam cumprir com sucesso essas directivas. O Estado, sem dinheiro e sem exportações para um mundo que garantisse o retorno das trocas comerciais, aos poucos viu o sistema degradar-se.

Hoje em dia, Moçambique consegue sustentar o Sistema de Saúde graças aos programas de saúde da ONU e das ONGs, doando medicamentos, construindo centros de saúde e com a colaboração de profissionais do ramo voluntários dos países doadores.

Conforme o Programa Quinquenal para 2005-2009, o Governo tem como objectivo continuar com a expansão do acesso e melhoria da qualidade dos serviços prestados, com base em critérios de eficiência e equidade na distribuição e utilização de recursos visando a redução dos índices de morbilidade e mortalidade da população, dando prioridade às zonas rurais e aos grupos populacionais de risco acrescido e desfavorecidos<sup>63</sup>.

A adesão às unidades sanitárias tende a crescer comparativamente aos anos anteriores, quer para os partos, internamentos, vacinações e consultas gerais devido às campanhas de

---

<sup>63</sup> Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009 - Conselho de Ministros-Moçambique, p.11.

sensibilização e ao trabalho das brigadas móveis. Esses aumentos de unidades sanitárias e de recursos humanos, permitiram a abertura de postos fixos de vacinação, maior adesão de pacientes às unidades sanitárias à procura de serviços de saúde, e contribuíram para encurtar as distâncias que as populações tinham que percorrer indo de um posto ao outro.

Segundo o Relatório de Prestação de Contas da DPS – Direcção Provincial de Sofala, o estado de saúde da população da província nos últimos cinco anos foi profundamente afectado por doenças fortemente relacionadas com a pobreza, como a malnutrição, que é um problema sério na província, que vem sobrepor-se e a agravar a prevalência de doenças infecciosas como a Malária, a Tuberculose, as doenças diarreicas e respiratórias agudas, o HIV-SIDA, entre outras. Ainda segundo esse relatório, a cólera mantém características endémicas desde o ano 1998, ocorrendo ao longo de todo o ano, com picos nos períodos quentes e húmidos principalmente na cidade da Beira. No ano 2006, foram afectados 8 distritos nomeadamente Beira, Buzi, Nhamatanda, Caia, Chibabava, Dondo, Gorongosa e Marromeu.

No Hospital Rural de Marromeu (ANEXO VII) foi introduzida a maior unidade sanitária do distrito e da região Norte de Sofala, o Serviço de Fisioterapia e aberto um cantinho de aconselhamento de adolescentes na área de prevenção e combate ao HIV/SIDA. A afluência ao Distrito quase que se limita a pessoas com garantia de emprego na unidade fabril açucareira, a familiares dos residentes locais e a escassos agentes de trocas comerciais. Com excepção dos candidatos a emprego na Companhia de Sena, todos os outros visitantes têm estadia curta. Isso de certa forma minimiza contactos entre pessoas que lidem a propagação de doenças sexualmente contagiosas na região. Por outro lado, essas escassas entradas de pessoas são condicionadas pelas vias de transporte e única estrada em condições pouco aliciantes. Note-se que num percurso da Beira à Vila de Marromeu, aproximadamente 300kms, se leva por volta de 8 horas. Isto em altura da estação seca.

O crescimento da rede de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente. Segundo a Direcção Provincial de Sofala, em Marromeu existe 1 hospital rural (actualmente designado de distrital), 4 centros e 1 posto de saúde. Existe 1 médico para cerca de 69000 habitantes. Ora, essa distribuição torna a tarefa quase impossível para cobrir todo o Distrito. Esta carência é agravada ainda mais pela deficiência das estradas arenosas, que tornam os percursos morosos, e extremamente precários na estação chuvosa. Quase todas as intervenções hospitalares são tratadas no Hospital Distrital, inclusive cirurgias. As insuficiências se devem na realidade ao número

exíguo de técnicos de saúde para uma vasta população de mais de 80 mil habitantes no distrito, e tendo às vezes que atender às populações dos distritos vizinhos de Caia e Cheringoma, que não possuem um centro hospitalar próprio.

A Companhia de Sena reconhece que a provisão de assistência médica é importante para os trabalhadores e seus familiares. Deste modo, oferece a assistência médica, suportando em 100% os custos normais definidos pelo Sistema Nacional de Saúde, para o tratamento médico dos seus trabalhadores no local de trabalho (Anexo VIII). À família imediata (família do 1º grau) é reembolsada em 100% pelos custos normais definidos pelo Sistema Nacional de Saúde, para o tratamento médico, que também ocorre no local de trabalho, isto é, no posto de saúde da empresa.

Os custos dos medicamentos são reembolsados só quando estes são adquiridos nas farmácias do Sistema Nacional de Saúde. Consideramos importante frisar este ponto porque é prática em Moçambique a comercialização (não legal) de medicamentos no mercado informal. Sempre que haja a necessidade de transferência do trabalhador para uma outra unidade hospitalar do Sistema Nacional de Saúde, depois de previamente confirmada a necessidade por parte do médico da Companhia e da direcção do hospital, a empresa responsabiliza-se pelo meio de transporte, seja ele aéreo ou rodoviário, consoante o caso e a urgência.

Na empresa existe um programa de saúde, nomeadamente o programa de combate ao HIV/SIDA, que consiste em várias fases: a de formação de agentes, testagem voluntária e tratamento com os esforços de prevenção, educação e mitigação. Segundo o responsável por esta área, que é parte integrante do Departamento dos Recursos Humanos, as campanhas e a abordagem têm tido um grande sucesso. É de salientar, o respeito tido em conta pela confidencialidade nestas campanhas a fim de se evitar a estigmatização.

O desenvolvimento de “programas verticais” destinados a erradicar a malária e a proporcionar água para o consumo e saneamento básico, não tem sido eficaz, em virtude da sua estrutura ser generalista. Deste modo, melhores níveis de saúde e de bem-estar irão reflectir-se em termos futuros, ou seja, na geração seguinte.

## **5 – A Companhia de Sena S.A.R.L. – Impacto socio-económico da Renovação/Relançamento da Empresa Açucareira de Marromeu no Desenvolvimento Económico de Moçambique<sup>64</sup>**

### **5.1 – A Trajectória da Fábrica de Açúcar: da Época Colonial ao final do período socialista**

Moçambique possui uma economia que tem uma extensa base agrária, reflectindo isso a caracterização da economia nacional, particularmente a sua indústria. Deste modo, a industrialização em Moçambique tem como seu ponto de partida a agro-industrialização, em que se procura pôr a sociedade a participar e beneficiar do desenvolvimento de forma ampla, eficaz e sustentável. Além disso, verificamos que a actividade agrária absorve uma parte considerável dos recursos nacionais, em particular força de trabalho, produtos agrários e, capital, que pode ser meramente nacional, misto ou estrangeiro. Mas, o quadro internacional no consumo vem de certa forma condicionar o crescimento da economia nacional, visto que os potenciais consumidores dos seus produtos, os países desenvolvidos, estão a virar-se para produtos processados, que são mais baratos, prontos a consumir e rápidos de confeccionar, ao contrário dos produtos agrícolas dos países em vias de desenvolvimento como Moçambique.

A agro-industrialização tem um alto potencial de multiplicar ligações e efeitos dinâmicos de transformação social. Portanto, a agro-industrialização pode ser uma das vias eficazes de gerar engenhos sustentáveis de crescimento, desenvolvimento e competitividade internacional. Mas, nem por isso Moçambique tem privilegiado a sua política de industrialização no uso de matéria-prima que mais está ao seu alcance, a agrícola. Ao contrário, quase toda a indústria nacional utiliza matéria-prima importada, em que se destaca o mega projecto Mozal.

As únicas agro-indústrias que se prezem em Moçambique são dominadas pelas grandes empresas açucareiras e de descaroçamento de algodão, que consomem cerca de dois terços do investimento agrário, e geram cerca de 40% das exportações do sector<sup>65</sup>. No entanto, é de assinalar o esforço de ONGs que têm promovido certas indústrias agro-industriais entre certas comunidades, mas sem expressão em termos de exportações. De

---

<sup>64</sup> Não houve o objectivo de analisar por completo a indústria do açúcar neste estudo, nem de desafiar outros estudos em curso. A intenção foi a de ver um caso específico, a fábrica de Marromeu e o meio social envolvente.

<sup>65</sup> CASTEL BRANCO (2003).

qualquer forma, há que elogiar essas pequenas iniciativas que, por um lado minimizam os custos nacionais em termos de importações, por outro proporcionam aos cidadãos o consumo de produtos naturais e de baixo custo.

É, pois, no quadro de desenvolvimento da economia moçambicana que se reactiva a indústria açucareira em Marromeu, numa oportunidade de comparticipação do capital do governo das Maurícias, e numa linha de investimento moderno, com reinstalação de maquinarias modernas, mas permitindo um número bem considerável de participação humana, com os seus oito mil trabalhadores. A produção do açúcar nacional vem em muito minimizar as despesas do Estado, pois que este tinha que importar este produto para fazer face as necessidades do mercado interno, já que as outras fábricas nacionais do ramo não conseguem cobrir as necessidades nacionais.

No entanto, a indústria sacarina, assim como todas as agro-indústrias no país, tem tido o seu progresso condicionado pelas imposições ditadas pelas instituições do sistema de Bretton Woods, que restringem exportações agrícolas processadas, como uma das medidas proteccionistas da agricultura dos países industrializados. Apesar de recentemente ter havido certas concessões a Moçambique, esta atitude tem sido um dos factores determinantes para a continuidade da pobreza no país, tornando muitas vezes infrutíferos os esforços nacionais para o crescimento económico. Passemos, no entanto, para uma breve caracterização histórica da indústria do açúcar em Marromeu.

O cultivo da cana sacarina para a indústria foi introduzido em Moçambique no decurso da segunda metade do século XIX. Devido ao clima, a abundância de água e a riqueza dos seus solos, a sua cultura, primeiramente, foi desenvolvida nos vales dos rios Búzi e Zambeze, e, mais tarde, no vale do rio Incomáti no Sul do País e na bacia do rio Púnguè no Centro.

Durante o período colonial, Portugal podia honrar-se de ter sido o precursor da cultura e da industrialização da cana do açúcar, o que de certa forma foi facilmente viável com a utilização da mão-de-obra escrava no Brasil. Mas, logo que o açúcar se tornou num produto precioso na Europa, foram os Holandeses e Ingleses que, já no século XVI, mais proveito económico tiveram com a sua comercialização. Isso porque foram estes povos que criaram as melhores condições para a sua exportação para o resto da Europa. Mas, nos finais do século XIX, Portugal tomou a decisão de reactivar a tradição açucareira, e em Moçambique<sup>66</sup>. Essa

---

<sup>66</sup> Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa sobre a Exposição das actividades económicas de Moçambique comemorativa da visita de sua Excelência o Presidente da República General Francisco Higinio Craveiro Lopes, Agosto de 1956.

tarifa coube a John Peter Hornung, empresário, casado com a Senhora D. Laura de Paiva Raposo, família portuguesa de nome bem conhecido na ocupação da Zambézia<sup>67</sup>.

É, na verdade, na segunda metade do século XIX que começa a corrida na ocupação colonial e exploração económica efectiva de Moçambique por parte de Portugal. Como um dos pontos de partida, o liberal Ministro dos Negócios Estrangeiros Andrade Corvo decidiu induzir os investimentos privados através de atribuição de concessões de terras. Deste modo, em 1874 Paiva Raposo recebe cerca de 20000ha no antigo prazo e, Paiva de Andrade<sup>68</sup> recebe permissão para requerer até 100000ha na Zambézia<sup>69</sup>.

Por outro lado, essa corrida desenfreada de ocupação e exploração económica era uma forma de implantação da soberania portuguesa em pontos onde o seu domínio era apenas nominal. Desse modo, a clara ameaça britânica, através do seu representante Cecil Rhodes, em ocupar pacificamente certas regiões com potenciais riquezas mineiras e agrícolas, se tornava injustificada, a não ser que fosse pela força. Assim, em 1877 Paiva Raposo regista a *Mozambique Opium Cultivating and Trading Company*, seguindo-se um ano depois a *Société des Fundateurs de la Compagnie Générale du Zambeze* por Paiva de Andrade, a qual foi transformada em 1884 na Companhia do Ophir e, em 1892, na Companhia da Zambézia na margem esquerda do rio Zambeze. Mas, foi realmente em 1889, com Paiva de Andrade a começar com a *Primeira Companhia de Moçambique*, que em 1891 foi transformada em *Companhia de Moçambique*, uma companhia concessionária, e soberana, sobre 134822km<sup>2</sup>, confinados pelo Zambeze, o Oceano Índico, a Rodésia e pelo Paralelo 22, que a expressão efectiva da ocupação teve início<sup>70</sup>.

O percurso da produção do açúcar em Moçambique teve início na última década do século XIX, com Hornung, o genro de Paiva Raposo, a transformar a produção de ópio em plantações de açúcar, mandando desbravar a selva, plantando a cana, para em luta contra o meio, o clima, o tempo e o espaço, montar a primeira fábrica açucareira, a *Companhia do Assucar de Moçambique* em Mopeia e, posteriormente expandindo as actividades à Caia<sup>71</sup>. Assim, pouco tempo depois já se exportava para a “Metrópole” açúcar produzido desta fábrica. Por seu turno, Paiva de Andrade em 1897, entrou em acordo com a *French Compagnie Sud-Est Africain* para em 1899 constituir-se a *Sociedade Assucareira da África*

---

<sup>67</sup> NEGRÃO, J. (2001).

<sup>68</sup> Arquivos dos CFM (Caminhos de Ferro de Moçambique), Joaquim Carlos Paiva de Andrade – Explorador do Rio Púngue, Comandante da expedição às margens do Rio Sanhate, fundador e Administrador da primeira Companhia de Moçambique.

<sup>69</sup> Concessão de Paiva Raposo, Decreto 26 de Novembro de 1874, concessão de Paiva de Andrade, Decreto 26 de Dezembro de 1878.

<sup>70</sup> História de Moçambique.

<sup>71</sup> Arquivos da Companhia de Sena.

*Oriental Portuguesa*, e em 1902 em Marromeu foi instalada uma fábrica de açúcar, onde também teve lugar a expropriação para a plantação da cana de açúcar. Deste modo, no início do século XX existiam três fábricas de açúcar no delta do Zambeze: as fábricas de Mopeia e Caia pertencentes ao britânico John Peter Hornung, herdeiro de Paiva Raposo, e o parceiro francês de Paiva de Andrade a fábrica de Marromeu<sup>72</sup>.

Em 1904 surgiu a *Sena Sugar Factory* e em 1905 o processo de expansão começou com a expropriação dos camponeses. Em 1909, John Hornung assumiu o controle da Companhia de Luabo com todas as suas terras, tendo assinado um acordo com Paiva de Andrade como subarrendatário dos prazos<sup>73</sup> Luabo, Marral e da *Companhia Assucareira de Marromeu*, para além de já ter arrendado os prazos Maganja d'Aquém Chire e Charre, aos quais juntou em 1913, o prazo Angónia como região de abastecimento de força de trabalho<sup>74</sup>.

Uma breve referência sobre os Prazos, em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a *prazos* que eram definidos por três gerações e transmitidos por via feminina. Esta tentativa de assegurar a soberania na colónia recente, não foi muito bem sucedida porque, de facto, os "muzungos" e as "donas" já tinham bastante poder, mesmo militar e muitas vezes se opunham à administração colonial, que era obrigada a responder igualmente pela força das armas.

Só em 1920 é que se procedeu à fusão de todas as terras da antiga Companhia do Luabo, da *Sena Sugar Factory*, da *Companhia de Assucar de Moçambique* e da *Companhia Assucareira de Marromeu*, com o alargamento, tendo-se constituído a *Sena Sugar Estates, Ltd*, com as suas grandes plantações e instalações fabris de Luabo e Marromeu.

### **5.1.1 - A Sena Sugar Estates, de 1926 a 1972**

Em 1926, entrou em funcionamento uma nova unidade fabril na margem direita do rio Zambeze numa clara expansão do então império da *Sena Sugar Estates*, que veio a designar-

---

<sup>72</sup> Concessão de Paiva Raposo, Decreto 26 de Novembro de 1874, concessão de Paiva de Andrade, Decreto 26 de Dezembro de 1878.

<sup>73</sup> Os prazos eram uma espécie de feudos de mercadores portugueses que tinham ocupado uma porção de terra doada, comprada ou conquistada. A abolição do sistema prazeiro pelos decretos régios de 1832 e 1854 criou condições para a emergência dos Estados militares do vale do Zambeze que se dedicaram fundamentalmente ao tráfico de escravos, mesmo após a abolição oficial da escravatura em 1836 e mais tarde em 1842, NEGRÃO, J. (2001).

<sup>74</sup> Informação dos Arquivos da Companhia de Sena.



se por SSE-Marromeu. Este império, para além da produção do açúcar, também se dedicava à produção de cereais tais como arroz e milho, de gado bovino e da copra e, à caça.

No período de 1926 à 1972, a Sena Sugar Estates desenvolveu técnicas para o crescimento dos rendimentos agrícola e industrial, e da capacidade de moenda<sup>75</sup> da cana para valores bem elevados, dado o seu forte propósito e as condições do solo e climáticas favoráveis.

Já nos meados do século XX, a produção de açúcar cobria as necessidades de consumo no território moçambicano, e quase meia centena de toneladas era exportada para a “Metrópole”, “Províncias Ultramarinas” e “Niassalândia”. Entre 1960 e 1975, a produção média anual foi de 64000 toneladas, tendo havido em 1970 um investimento na expansão da fábrica para capacitá-la a produzir 90000 toneladas<sup>76</sup>.

A produção do açúcar da fábrica de Marromeu aumentou regularmente até a década de 70. Foi com base nas tecnologias introduzidas que em 1972, a Sena Sugar Estates, alcançou a sua maior produção de sempre, na ordem das 153000 toneladas de açúcar, das quais, 77850 foram produzidas pela fábrica de Marromeu e as 75150 pela fábrica de Luabo<sup>77</sup>.

Para a implantação da Sena Sugar Estates no distrito de Marromeu, foi necessário o desenvolvimento do sistema de comunicações. A empresa dispunha de uma rede ferroviária, material circulante composto por locomotivas e vagões, para o transporte da cana do açúcar, dos campos para a fábrica, numa rede de aproximadamente 300Km de extensão, distribuídos entre os troços que ligavam os canaviais e a fábrica, e entre a fábrica e os centros de escoamento para o porto da Beira. O transporte também servia para os trabalhadores se deslocarem entre os locais de trabalho e os acampamentos (residências). Para além da rede ferroviária que ligava o distrito de Marromeu à cidade da Beira, a empresa também escoava o seu produto através da via fluvial, utilizando barcos, batelões e vapores costeiros, até ao porto do Chinde, onde a empresa também dispunha de oficinas para a reparação e conservação da frota.

A mão-de-obra era um factor importante para a plantação da cana, em que a maior parte dos trabalhadores estava sob o regime de contratos sazonais, tanto para a plantação como para o corte da cana. Em grande parte, a mão-de-obra (trabalhadores sazonais) provinha de Tete e Zambézia. O recrutamento era feito por agentes, não só em Marromeu como noutras

---

<sup>75</sup> Moenda, o mesmo que trituração. Termo utilizado na fabrica sacarina.

<sup>76</sup> Dados fornecidos pela Direcção da Companhia de Sena, constante dos seus arquivos.

<sup>77</sup> Idem.

zonas, que contavam com o apoio dos régulos que recebiam em troca alguns géneros, como por exemplo vinho, roupas, peixe seco, carne seca, sal e farinha.

Uma série de infra-estruturas socio-económicas foram implementadas pela empresa para a estabilidade dos seus trabalhadores. Essas infra-estruturas eram os acampamentos com habitações feitas em alvenaria com redes sanitárias. A empresa também tinha um sistema de abastecimento de produtos considerados básicos, os alimentares e os de higiene, para além de promover entretenimentos nos diversos bairros residenciais.

Mas, é neste grande empreendimento que se estabelece um sistema social autónomo, e sem interferência do próprio governo Português. A maioria dos trabalhadores seniores era constituída por indivíduos de raça branca, oriundos da Holanda, Grã-bretanha, África do Sul, e por alguns técnicos das Maurícias. Era atribuída acomodação dentro do complexo fabril a esses quadros, e a alguns trabalhadores Portugueses e Moçambicanos, constituindo diversos bairros bem distintos em termos de condições, de acordo com as origens dos seus moradores. Era estritamente proibido, alguém dos bairros dos Moçambicanos ou Portugueses, tentar confraternizar com os moradores Holandeses ou Britânicos ou Sul-africanos, pois estes eram considerados de raça e estatuto social superior, auferindo salários mais elevados e, habitando em casas luxuosas, e com todas as mordomias.

Como atrás se referiu, os cortadores de cana eram quase, se não todos, deslocados, isto é, contratados vindos de outras regiões como Nampula, Tete (Angónia), Cabo Delgado e Zambézia, viviam em pequenas palhotas construídas pela empresa (Anexo IV) nas zonas próximas das plantações de cana. Ora, esta localização tornava-se inóspita e extremamente precária para a saúde, visto que, como pudemos constatar na visita efectuada aos campos de cana, estes são um ambiente favorável à existência de mosquitos em massa, o que facilmente permite a propagação da malária. O sistema de contratação de indivíduos de outras regiões que não Marromeu para o corte de cana era para evitar absentismos e para se ter um maior controlo exploratório da mão-de-obra para o trabalho mais pesado. Como adiante desenvolveremos, ao contrário da *Sena Sugar Estates*, a Companhia de Sena tem preferência em contratar os residentes locais para este tipo de trabalho, proporcionando assim oportunidades de trabalho aos habitantes do Distrito, o que em muito tem contribuído para um assentamento de mais famílias na região.

A presença de contratados de outras regiões na altura, justifica a veiculação de muitas línguas em Marromeu, como o Chichuabo, o Chimacua e o Chinhanja, para além do Chisena e do Chindau que são as línguas mais faladas na Província de Sofala.

### **5.1.2 - A decadência da Indústria Açucareira em Moçambique de 1972 à paralisação entre 1985 e 1992**

A importância do sector do açúcar sempre foi relevante na economia de Moçambique, pois no começo dos anos 70, o açúcar era o terceiro maior produto de exportação do país e umas das principais fontes de emprego. A expansão das áreas de cana-de-açúcar, a modernização e o aumento das maquinarias da fábrica deram um grande contributo para o aumento da produção. Foi com base nas tecnologias introduzidas que em 1972 a *Sena Sugar Estates* alcançou a sua maior produção de sempre, na ordem das 153000 toneladas de açúcar, dos quais 77850 foram produzidas pela fábrica de Marromeu, e as restantes 75150 pela fábrica de Luabo (Companhia de Sena, 2006).

Contudo, depois desta produção recorde, surgem vários factores que contribuíram para o declínio da indústria açucareira em Moçambique, marcadamente entre 1972 e 1978. A crescente tensão gerada pela luta armada de libertação nacional levou a que muitos técnicos estrangeiros abandonassem o território, situação que se agravou ainda mais logo após à independência. Mesmo a solução pontual que levou ao convite aos técnicos de açúcar Cubanos não produziu efeitos positivos, visto que estes não conheciam a realidade da fábrica, não obstante possuírem o *know how*. Esta situação degradante agravou-se ainda mais com os preços e política de taxas que exacerbaram as dificuldades financeiras enfrentadas pelas companhias açucareiras, que não possuíam recursos financeiros para introduzir novas tecnologias, para além de carência de medidas estruturais na agro-indústria por parte do novo governo pós independência. O governo, na tentativa de assegurar o funcionamento das fábricas e a manutenção da força laboral, vê-se obrigado a intervencionar o ramo açucareiro. Nessa sequência, a *Sena Sugar Estates* é nacionalizada a 10 de Agosto de 1978, quando tinha um efectivo de 12000 trabalhadores na fábrica de Luabo e 13000 na de Marromeu<sup>78</sup>.

Em 1985 deu-se a paralisação das duas fábricas da *Sena Sugar Estates*, devido ao efeito alargado da guerra civil, que afectava não só a estrutura social do Distrito de Marromeu e Luabo, como também não permitia o escoamento do produto da fábrica para outras províncias e para o exterior. Essa paralisação veio criar o desemprego que afectou directa ou indirectamente mais de cem mil famílias nas duas margens do rio Zambeze. A rede comercial, quer formal quer informal, foi afectada com a situação por falta de liquidez para a maioria das famílias. Foi efectivamente em 1986 que se deu a danificação da maquinaria da fábrica pela

---

<sup>78</sup> Companhia de Sena (2006).

intervenção dos guerrilheiros da RENAMO. Essa invasão militar provocou o êxodo dos habitantes da vila, que aí ainda permaneciam dedicando-se à agricultura e à pesca. Consideramos pertinente incluir aqui um relato na primeira pessoa de um indivíduo, na altura com 12 anos, que testemunhou o drama vivido pelos populares.

*“A RENAMO entrou em Marromeu no dia 9 de Janeiro de 1986, logo pela manhã. A maior parte das pessoas que residiam nas redondezas da Fábrica (na Vila) tiveram o privilégio de fugir, porque a via de saída da vila dava acesso à Localidade de Choeza<sup>79</sup> e, conseqüentemente, utilizando barquinhos e canoas, atravessaram o rio Zambeze para o Distrito de Chinde. A RENAMO permaneceu na Vila cerca de 20 dias, e grande parte das famílias que puderam dessa forma fugir, não regressaram ao Distrito de Marromeu, tendo fixado residência noutros locais como Chinde, Quelimane, Beira, e noutras paragens onde se sentiam acolhidas por familiares ou conhecidos. No nosso caso em particular, a primeira paragem foi Chinde, onde permanecemos cerca de um mês, período de tempo em que a minha família pôde reunir-se, porque a debanda foi desastrosa e dispersa. Em seguida conseguimos todos passar para Quelimane, onde permanecemos cerca de 3 meses. Em Maio do mesmo ano, a minha família pôde instalar-se na cidade da Beira, onde fomos apoiados por familiares, amigos, e colegas da minha mãe (enfermeira em Marromeu), que ajudaram a minimizar o impacto da deslocação. Nessa retirada forçada, muitos perderam parentes, e inúmeras famílias ficaram desintegradas. Várias vidas se perderam, principalmente idosos e crianças, que não tinham capacidade para fugir em corrida. A minha avó de 83 anos não conseguiu sequer chegar ao rio, e nunca mais soubemos dela. Como deslocados, muitos ficaram sem rendimentos, e muitos jovens perderam 1 a 2 anos de escolaridade, contribuindo isso nalguns casos, para o abandono à formação ainda como adolescentes”.*

## **5. 2 – A Criação da Companhia de Sena SARL: O relançamento da Indústria Açucareira no contexto do fim da guerra e da Transição à Economia de Mercado a partir de 1997 até a actualidade**

No final do conflito armado, em 1992, o Governo começa com a difícil missão de atrair o capital estrangeiro para investimentos em Moçambique, principalmente na área da indústria açucareira. Como forma de atrair os tais investimentos, instituiu a Política de Regulação de Preços de forma a assegurar um rendimento razoável que permitisse o retorno dos investimentos a serem realizados.

Com a criação de um ambiente propício para a acomodação de investimentos estrangeiros em Moçambique, em Agosto de 1998 o Governo de Moçambique e o das

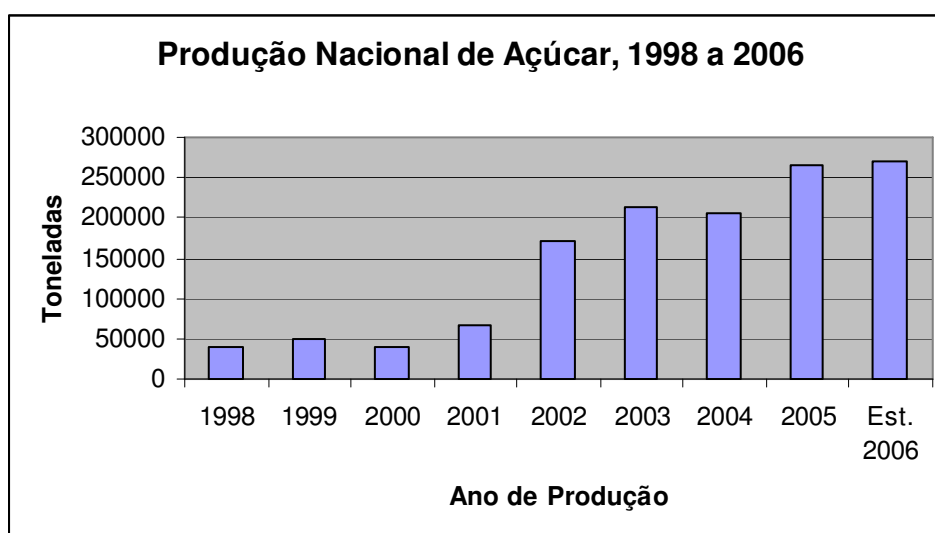
---

<sup>79</sup> Choeza - Localidade que fica para além da Fábrica, no sentido centro da Vila para o Complexo Fabril, e com acesso por via fluvial para Chinde e Luabo.

Maurícias assinaram um acordo que consistiu na negociação directa, envolvendo o Centro de Promoção de Investimentos e o Consórcio de investidores mauricianos sobre a reabilitação da fábrica e aquisição das plantações da cana em Marromeu. No final das negociações, foi constituída uma parceria com a incorporação do património da Sena Sugar Estates como participação do Estado em relação ao capital da nova sociedade, a Companhia de Sena, S.A.R.L., repartido em 25% para o Estado Moçambicano e 75% para o Consórcio Mauriciano<sup>80</sup>.

Confirmando o grande potencial do país na indústria açucareira, a produção da Companhia de Sena, assim como das outras unidades do país, tem vindo a crescer desde o reinício da actividade. No somatório de todas as unidades, produziram-se cerca de 263 mil toneladas conforme gráfico abaixo, das quais 74 mil pela Companhia de Sena. Isso deve-se por um lado à produção de baixo custo do açúcar, privilégios naturais de que Moçambique goza, comparado com as outras indústrias regionais e globais. Por outro lado, a produção tem sido estimulada pelo apoio do governo no mercado através de uma política de preços de açúcar. Esta política impõe uma taxa variável de compra de açúcar exportado para compensar o baixo nível e a volatilidade dos preços mundiais de açúcar. O apoio aos preços domésticos também fornece uma forma de compensação pelos riscos inerentes envolvidos no investimento da reabilitação do sector.

**Gráfico 5 – Produção nacional de açúcar, 1998 a 2006**



*Fonte: Calculado a partir da base de dados do INA – Instituto Nacional do Açúcar (2005).*

<sup>80</sup> Direcção da Companhia de Sena (2006).

O aumento de produção de quase 30% em 2005 comparativamente ao ano anterior se deveu ao aumento da área de plantação da cana, assim como da maximização da capacidade instalada e do maior envolvimento dos recursos humanos.

### **5.2.1 – A dimensão da empresa “Companhia de Sena S.A.R.L. (CDSS)” e Objectivos**

A Sena<sup>81</sup> é uma das maiores empregadoras do país com um total de 8102 trabalhadores, 380 do sexo feminino e 7722 do sexo masculino (Gráfico 6). Dadas as características específicas da indústria açucareira, e com vista à racionalização dos recursos financeiros, o número de trabalhadores numa dada altura depende do tipo de laboração envolvida. Assim, existem trabalhadores com vínculo permanente, temporário e sazonal.

Para além das instalações em Marromeu, que compõem o mais significativo da empresa, a Companhia de Sena tem sectores que operam noutras regiões, como Beira, Luabo, Maputo, Mocuba, Mopeia e Quelimane. Os serviços na Beira funcionam como uma extensão dos existentes em Marromeu, desde a contabilidade, os recursos humanos e transportes, para além dos serviços de operação para exportações através do Porto dessa Cidade. E as outras regiões constituem depósitos de armazenamento para facilitar o escoamento por mar e, a distribuição do circuito comercial interno (Anexo IX).

Segundo os dados disponibilizados pelo Departamento dos Recursos Humanos da Sena, a faixa etária dos trabalhadores varia dos 18 a mais de 56 anos de idade. Essa larga abrangência vem em muito minimizar o desemprego. Muitos dos que são da faixa etária para além dos 40 foram operários da antiga *Sena Sugar Estates*, contribuindo assim com a sua experiência e familiaridade nos meandros da fabril para um ambiente laboral sereno e merecedor de confiança por parte da própria Direcção da empresa. Segundo o Quadro 2, o grupo etário com mais trabalhadores na Companhia é dos 26 aos 35 anos, sendo a maioria afectada aos campos de cana. Cerca de 6300 trabalhadores estão afectados ao Sector de Agricultura, dos quais 2400 são cortadores de cana, afectados em regimes permanentes e sazonal (Anexo XI).

---

<sup>81</sup> Quando falamos de “Sena” estamos a referir-nos à “Companhia De Sena SARL-CDSS”.

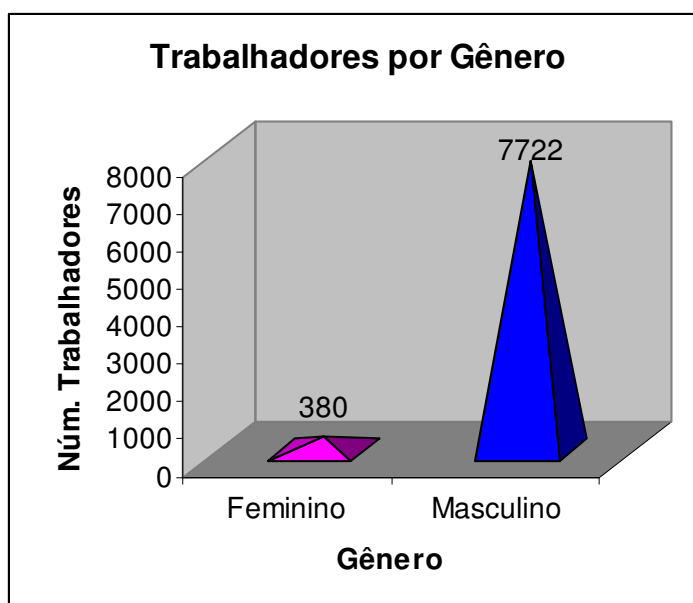
## Quadro 2 - Idade dos trabalhadores

[Até 20 anos]	[21-25 anos]	[26-35 anos]	[36-45 anos]	[46-55 anos]	[+56 anos]	Total
209	1329	3283	1802	1128	351	8102

*Fonte: Calculado a partir da base de dados da Companhia de Sena.*

Como atrás referimos, a distribuição de trabalhadores na Companhia por género apresenta uma desproporção gigantesca. O Gráfico 6 ilustra bem essa disparidade, em que 95% dos trabalhadores são do sexo masculino. Essa situação é explicada em parte pelos condicionalismos do trabalho no campo. No entanto não encontramos nenhum factor inibidor que limite a contratação de mais indivíduos do sexo feminino para o trabalho da fábrica, que só conta com 45 mulheres contra 540 homens.

**Gráfico 6 – Número de trabalhadores por género**



*Fonte: Companhia de Sena.*

Abordando a questão do género no contexto nacional, constatamos que a mulher forma o elemento mais pobre e com menos recursos na população de Moçambique, apesar de constituir o género mais envolvido no comércio, com destaque para o informal. O comércio afecta dum forma directa a pobreza através do seu impacto sobre o custo de vida, o trabalho e os salários, assim como sobre a saúde, a educação e o sistema de segurança socio-económico. E, dum forma indirecta através do desenvolvimento e utilização de capacidades produtivas (UNCTAD, 2004). As desigualdades de sexo, bem como a divisão do trabalho, limitam seriamente a capacidade da mulher de se envolver e beneficiar do comércio. As políticas comerciais tendem a serem cegas para o género e, portanto, não endereçam as necessidades específicas da mulher. A política comercial de Moçambique falha em vincular o comércio com outras políticas de desenvolvimento.

O facto de a maior parte das mulheres estar no sector informal, isso lhes tira o reconhecimento da sua contribuição para a economia, assim como todos os esforços feitos para estimular ou apoiar as iniciativas que proporcionem uma ocupação rentável por conta própria. Uma maior atenção é dada somente aos grandes investimentos em termos de oportunidades comerciais e acesso ao crédito.

Mesmo que afectas ao trabalho por conta de outrem, as mulheres trabalhadoras nessas condições existem em menor número, e quase sempre em inferioridade em termos de categoria e salários, não obstante os níveis de qualificação estarem muito paralelos, visto que actualmente nas escolas moçambicanas equipara-se o número de estudantes entre ambos os sexos, desde a primária até à universidade. No caso da Companhia de Sena, conforme pudemos constatar nos diversos sectores de produção do açúcar, bem poderia haver maior quantidade de mulheres do que a existente, até porque são poucos os trabalhos que exigem muita força muscular.

Actualmente os chefes de campo/zona (Anexo X) são moçambicanos, substituindo assim os contratados estrangeiros da África do Sul e do Zimbábwè. Esta abertura a cargos de chefia para os nacionais prevê-se que se estenda até aos sectores de Direcção nos próximos anos, segundo cláusulas assinadas entre os consórcios e o Governo. Para permitir essa capacitação, alguns moçambicanos estão na fase de formação na empresa e no exterior como bolseiros, preparando-se assim para posições de chefia. Isso em muito irá contribuir para minimizar os custos com o pagamento de salários dos contratados estrangeiros, que auferem elevadas somas em moeda estrangeira, para além dos custos envolvidos na sua acomodação.

Como uma das formas de modernização da fábrica, a empresa introduziu um método de rega computadorizada, que permite uniformizar o crescimento da cana e melhorar a sua



qualidade, para além de maximizar a produtividade e minimizar os custos de mão-de-obra e de captação de água. A permanente actualização tecnológica da capacidade instalada tem sido um dos pormenores tidos em conta, dado o carácter competitivo do sector açucareiro a nível internacional. Uma produção com qualidade agiliza a sua colocação no mercado que já é muito concorrido, e onde os preços sofrem oscilações constantes.

Na altura da Sena Sugar Estates, o trabalho de corte da cana (Anexo XI) era considerado socialmente de baixo valor social, sendo então executado por contratados provenientes das províncias do norte do país. Actualmente o mesmo trabalho é levado a cabo por trabalhadores recrutados e residentes em Marromeu, como uma das estratégias da Companhia em empregar elementos da comunidade. Nesse processo foi preponderante o trabalho de sensibilização dos chefes tradicionais e secretários do bairro, da importância da fábrica para a região e dos benefícios que esta oferece às suas comunidades, para além do emprego e das facilidades sociais. Essa situação não tem sido fácil de ser aceite pelos residentes, visto que muitos possuem uma escolaridade avançada que lhes permitiria ter uma ocupação com mais qualidade e melhor remuneração. Mas, como o mercado local de trabalho é exíguo, sujeitam-se ao emprego de corte de cana.

A Sena é uma das empresas da área fabril açucareira com infra-estruturas e equipamentos inovadores, como é o caso do sistema de rega e o de fabricação do açúcar. Quase todos os objectivos imediatos que a empresa se propunha a realizar foram concretizados, tais como a preparação de terras para a plantação de viveiros de cana numa área que atingisse as duas centenas e meia de hectares, a conclusão da reabilitação e inauguração no início da década de 2000, e a criação de condições para o escoamento da produção por via fluvial e marítima em alternativa à via férrea ainda por reconstruir.

Dentro desses objectivos também se enquadravam a reabilitação e construção de certas infraestruturas como escritórios, casas, armazéns, rede de abastecimento de água potável e energia. Ora, quanto ao parque imobiliário pouco se adiantou na construção de novas casas, comparativamente à demanda em habitação por parte dos trabalhadores com direito à acomodação. Para aliviar essa carência, alguns chegam a alugar contentores transformados em casa por agente hoteleiro. O abastecimento de água potável aos populares, mesmo dos que vivem nas aldeias dentro do complexo fabril, não teve concretização satisfatória até ao momento. Tem cabido às ONGs a abertura de poços de captação de água com bombas a pedal.

No âmbito dos planos da empresa para uma fase em que as suas infraestruturas estivessem consolidadas, o que se pode considerar como a fase actual, isto é, segunda metade

da década de 2000, priorizar-se-ia o aumento das áreas de cultivo e o aumento do nível de conhecimentos técnico-científicos dos trabalhadores em cursos de formação e capacitação, o que permitiria o aumento da capacidade de produção do açúcar. Ora, isso tem-se verificado, o que vem de encontro aos planos criados pelo Governo para o crescimento da economia nacional. Tirando o caso das cheias de 2000, não tem havido factores de estrangulamento para um percurso crescente de produção dentro dos parâmetros predefinidos a médio prazo. Esse percurso sem sobressaltos levará à concretização da fase de estabilização da força de trabalho tecnicamente especializada e maioritariamente constituída por moçambicanos, conforme acordado.

Como atrás referimos, as açucareiras constituem um dos sectores de produção com que o Estado moçambicano conta para contribuir numa forma garantida no crescimento económico. Nesse contexto, como grande empresa que é, a partir da nova era a Companhia de Sena traçou os seus objectivos a longo prazo a serem atingidos, tais como a extensão das áreas de cultivo de cana, o aumento da capacidade instalada da fábrica para dar continuidade ao crescimento de produção de açúcar e, o início da produção de açúcar orgânico para atingir certos mercados com consumidores com certos hábitos alimentares. Paralelamente à sua orientação de base em termos de sua existência, a empresa procurará incrementar o seu efectivo de gado bovino, no âmbito do fomento pecuário.

No entanto, é importante salientar aqui que para a concretização de certos planos que visem incrementos de áreas para a produção tem havido certos choques para o pleno entendimento com a população que vive nesses sítios. Isso deriva do facto de que os populares se sentem expropriados das suas terras de cultivo, e sem compensações adequadas. Muitas vezes essas situações só são apaziguadas com a intervenção dos régulos e chefes de aldeias. Na verdade, a Companhia negocia com o governo para a aquisição de mais terras, o que está dentro do enquadramento da lei moçambicana nessa matéria.

## **5. 2. 2 – O Impacto da Empresa no Desenvolvimento Económico de Moçambique**

### **a) Impacto Económico**

A análise oficial da situação económica em Moçambique é geralmente focada em três aspectos: crescimento, estabilidade e evolução do investimento privado. Dados oficiais

indicam que a economia está a crescer e a estabilizar, e o investimento privado está a aumentar apesar das políticas monetárias e fiscais deflacionárias. Na essência, a análise oficial sustenta que a economia Moçambicana está a implementar, com êxito, o modelo de “estabilização com crescimento e alívio da pobreza”.

Como atrás referimos, o relançamento da indústria açucareira, e em particular o avultado investimento na reactivação da fábrica de açúcar de Marromeu, vem no âmbito da política de privatizações como um rumo para aceitação de abertura para os mercados internacionais. Desta forma, Moçambique tem criado instrumentos para consolidação de bases económicas sustentáveis e duradoiras.

Dada a importância da agricultura para a maioria da população Moçambicana, e a concentração da pobreza nas zonas rurais, o Governo de Moçambique definiu a agricultura como sendo a base do desenvolvimento da economia e uma das áreas chaves do PARPA. A estratégia do governo no sector da agricultura, consiste em transformar a agricultura de subsistência familiar numa agricultura cada vez mais integrada nos mercados e orientada para as exportações; neste sentido garante a provisão de serviços essenciais de extensão. É notória a participação popular na indústria açucareira, em que os pequenos agricultores se empenham em produzir cana sacarina para as fábricas, com maior expressão na Maragra.

Apesar de considerar-se a agricultura como o motor de desenvolvimento económico no País, a contribuição deste sector na economia tem estado a diminuir. O crescimento da economia que o país regista é instável, concentrado e de base restrita, sendo determinado por diversos componentes de serviços (transportes, comércio e serviços financeiros) e por mega projectos como as Açucareiras e a Indústria de Alumínio da MOZAL.

De acordo com a previsão de produção para 2006/2007, a Companhia de Sena estima em 82147tons, mais do que qualquer das outras três açucareiras nacionais. O Quadro abaixo ilustra valores estimados a nível nacional.<sup>82</sup> O sistema organizativo da empresa Sena em Marromeu relativamente aos objectivos de produção é bem claro. Os membros de Direcção são os primeiros a demonstrar o seu empenho e rigor em responder aos desafios do governo para que os resultados sejam satisfatórios, tanto para o mercado interno como para o externo.

---

<sup>82</sup> DNA Management Report to the Board – June 2006.

**Quadro 3 – Produção nacional de açúcar 2006/2007 (Ton)**

Início	MARAGRA	XINAVANE	MAFAMBISSE	SENA			
	12/05/2006	25/04/2006	16/05/2006	17/05/2006			
Fim	16/11/2006	19/11/2006	10/10/2006	13/12/2006			
				Bott	Cons	Raw	Total Sugar
Produção até a data							
29-Abri-06		311					
6-Maio-06		1,123					
13-Maio-06		1,634					
20- Maio -06	1,705	2,833				49	
27- Maio -06	3,293	3.039	772			2,270	
3-Jun-06	2,526	2,836	1,485			1,497	
<b>Total</b>	<b>7,524</b>	<b>11,776</b>	<b>2,257</b>			<b>3,816</b>	
Previsão	76,733	72,284	52,220	22,500	15,000	44,648	82,147

*Fonte: Companhia de Sena.*

A comercialização do açúcar produzido pela Companhia de Sena segue os mesmos trâmites que o produto das outras Açucareiras nacionais, isto é, o circuito é do controlo da DNA – Distribuidora Nacional do Açúcar, tanto no mercado interno como no externo. O mercado interno comporta Consumidores Industriais – ACIA, e consumidores domésticos.

Em 2005, contrariando tudo o que caracterizou muitos sectores que animam a economia moçambicana, o ramo açucareiro anunciou uma produção recorde, com 2,2 milhões de toneladas/ano de cana, 256 mil toneladas de açúcar, e 81 mil toneladas de melaço, correspondente a uma área de pouco mais de 31 mil hectares. Os números anunciados são ainda referidos como representando ganhos de 20% (cana), 29% (açúcar) e 23% (melaço), em relação a 2004, DNA (2006).

Para além de Maragra e Marromeu, operam mais duas açucareiras no país, nas quais participa a sul-africana «Tongaat-Hulett», que detém 49 por cento do capital da «Açucareira de Xinavane», na província de Maputo, e 75 por cento da «Açucareira de Mafambisse», no centro de Moçambique (Distribuidora Nacional de Açúcar, 2006).

O aumento da produção nas açucareiras moçambicanas foi acompanhado de maior exportação, sobretudo para os mercados preferenciais da União Europeia através dos protocolos EBA<sup>83</sup> (Tudo Menos Armas) entre UE e países de ACP (África, Caraíbas e Pacífico), para os Estados Unidos e para a Comunidade de Desenvolvimento da África

<sup>83</sup> EBA – Everything But Arms.

Austral (SADC). No conjunto, estes três mercados absorvem mais de 60% do açúcar “made in Moçambique” destinado ao exterior (DNA, 2006).

A actual quota preferencial de açúcar de 8 mil toneladas que Moçambique exporta para a Europa ao abrigo da iniciativa EBA deverá aumentar até 15%, segundo estimativas avançadas pela «Tongaat-Hulett»<sup>84</sup>. Para além das exportações para a União Europeia, Moçambique vende anualmente 12 mil toneladas para os Estados Unidos e 10 mil toneladas para a região da África Austral, ao abrigo de um acordo de açúcar assinado pelos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (DNA, 2006).

As exportações para mercados preferenciais têm aumentado por duas razões: (i) o impacto do furacão Katrina nos EUA aumentou o deficit de açúcar naquele país, obrigando-o a expandir as cotas preferenciais; (ii) alguns países signatários da Iniciativa EBA na UE não foram capazes de preencherem suas cotas, e elas foram redistribuídas para outros membros, inclusive Moçambique. Portanto, Moçambique está a beneficiar do comércio com o mercado internacional, se bem que por vezes através da fatalidade de outros.

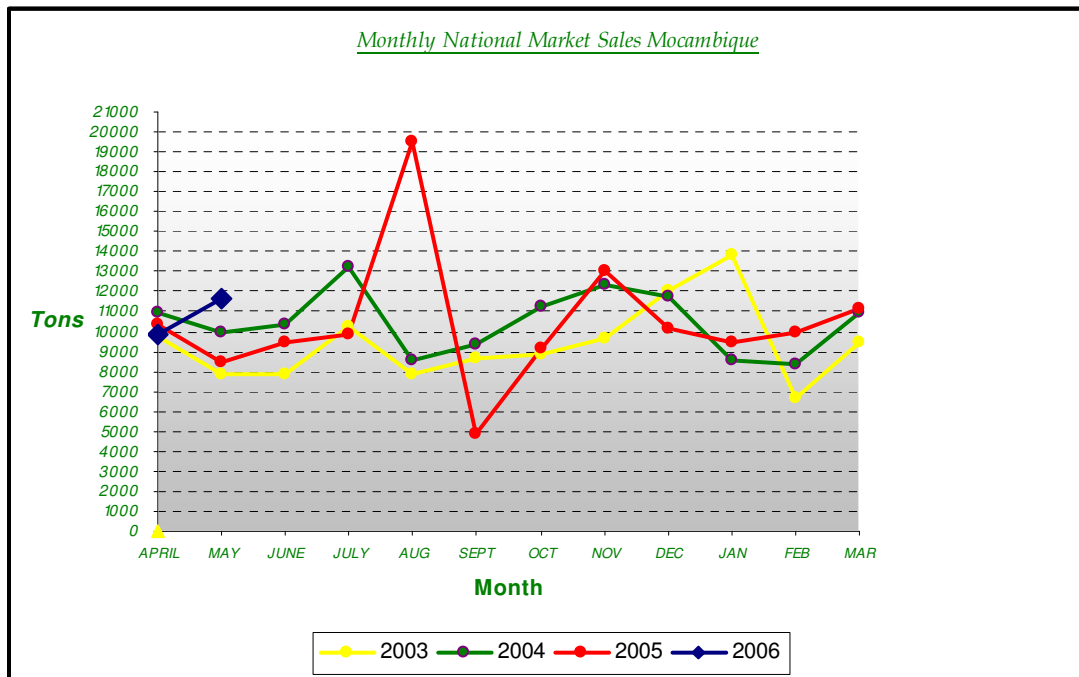
Tem havido nos últimos anos um aumento da venda de açúcar no mercado doméstico, que é essencialmente devido a melhores controles contra o comércio ilegal de açúcar através de um esforço conjunto entre as alfândegas, o Departamento de Polícia e a indústria do açúcar, e melhor distribuição e comercialização do açúcar pelo distribuidor nacional de açúcar, DNA, que oferece preços bastante reduzidos para os consumidores industriais que, desde 2003 importavam este produto. A decisão do Governo em aumentar a disponibilidade do açúcar no mercado interno foi para responder ao caso concreto de entrada em Moçambique do açúcar do Zimbábwè por contrabando, em cerca de 70000 toneladas por ano. A necessidade de aplicar essas medidas foi e tem sido bem correspondida pelas 4 fábricas nacionais do ramo. Portanto, podemos apontar como principais incentivos da indústria açucareira a política de preços e o combate ao contrabando de açúcar.

Como se pode inferir no gráfico abaixo, é notório o destaque do ano 2005, com vendas extraordinariamente elevadas em Agosto, e nos restantes meses com tendência semelhante os outros anos.

---

<sup>84</sup> O Grupo de Tongaat-Hulett é a maior companhia Sul-africana com três negócios internacionalmente competitivos, açúcar, amido & glicose e alumínio.

**Gráfico 7 – Comercialização do açúcar no Mercado doméstico, 2003 a 2006**



*Fonte: Companhia de Sena.*

### **b) Impacto Social – Benefícios para a Comunidade**

A Companhia de Sena, assim como todo o sector privado Moçambicano, não possui uma política muito clara na sua contribuição directa para o aspecto social, caracterizado pela educação, saúde, habitação, e outras formas de bem-estar social. Essa carência é mais notória dada a localização rural deste investimento açucareiro, onde a existência desses sectores sociais é muito reduzida. Isso deve-se ao facto de esses serviços serem muito onerosos, e assim, o Estado continua a ser o único garante para a sua manutenção.

O Governo de Moçambique reconhece a educação como sendo um direito básico do cidadão e uma área chave de combate contra a pobreza absoluta, um factor principal do desenvolvimento do bem estar social de forma sustentável e um instrumento importante para a manutenção da paz e reconciliação nacional. Enquadrado nos planos de Educação do Governo, o Distrito de Marrromeu procura integrar os seus habitantes no sistema educativo a todos o níveis, aumentar a qualidade e a rede escolar, dado o crescente indicador demográfico, e preconizar o desenvolvimento de um quadro institucional e financeiro que possa, no futuro, sustentar as escolas e os alunos. Mas essa tarefa não tem sido fácil. Como

atrás referimos, o papel das ONGs e doadores internacionais tem sido preponderante na minimização das carências nacionais na educação.

No Quadro 4 é visível que, no universo de 80000 habitantes do Distrito, cerca de 30% frequenta escolas, o que constitui um sinal muito positivo na consciencialização das populações da necessidade e importância da educação. Pela quantidade de alunos primários do 1º grau, cerca de um quarto da população total, denotamos quão elevada é a população jovem de Marromeu. Mas, essa afluência às escolas tem sido muito onerosa, tanto para as famílias como para o Governo, pela carência de meios financeiros para a criação de melhores e mais escolas, na contratação de mais professores, e nos custos do material escolar.

**Quadro 4 - Escolas, Alunos e Professores, 2006**

Níveis de Ensino	Escolas	Alunos	Profess.
<b>Total do Distrito</b>	<b>92</b>	<b>24958</b>	<b>365</b>
EP1	46	18572	154
EP2	7	2352	41
ESG1	1	976	23
AEA	38	3058	147

*Fonte: Calculado a partir da base de dados da Direcção Provincial de Educação e Cultura de Sofala.*

Tal como a Educação, a Saúde constitui um direito fundamental dos cidadãos em Moçambique. Portanto o acesso à infra-estruturas e a informação são cruciais para manter a população sã. A política de saúde está baseada na estratégia de Cuidados de Saúde Primários, de modo a poder prestar assistência à grande maioria da população, em particular os seus grupos mais vulneráveis, tentando em reduzir as elevadas taxas de morbi-mortalidade no País. Os êxitos alcançados nesta política foram, no entanto, severamente afectados pela guerra que afectou o País até 1992.

Marromeu, enquadrado nas acções nacionais para a saúde, procura promover, preservar, manter e melhorar a saúde da comunidade. Com vista a concretizar essas acções, a Direcção Distrital de Saúde tem traçadas certas prioridades, que vão deste a preservação e melhoramento da saúde da mulher e da criança através de programa alargado de Vacinação e Saúde Escolar, prestação de cuidados de saúde à população vulnerável, em particular às famílias ou indivíduos em pobreza absoluta, desenvolver actividades que promovam a saúde dos trabalhadores, em particular as destinadas à prevenção dos acidentes de trabalho e das

doenças profissionais, diminuir a incidência e prevalência das doenças mais comuns e endémicas, e concepção, implementação e desenvolvimento de programas de estudo e valorização da Medicina Tradicional. Todos os sectores de actividade, tanto privadas como públicas, são convidadas a envolver-se com contribuições monetárias e ou de serviços.

Os trabalhadores e a comunidade têm agora uma oportunidade ímpar de poder manter um futuro melhor para si em parceria com a CDSS, na perspectiva de desenvolvimento e de melhoria de condições de vida. A população de Marromeu demonstrou uma grande satisfação pela reabilitação da fábrica, que graças a isso, existe o fornecimento de energia eléctrica pela própria Companhia à toda a Vila de Marromeu, criação de muitos postos de trabalho que é verificado não só no complexo fabril, como em muitas das infra-estruturas sociais.

A análise dos dados do Quadro 5 como resultado dos inquéritos, mostra que tanto em Mulheres como em Homens, quase 50% em cada caso responde positivamente sobre a contribuição da Companhia no melhoramento do nível de vida dos residentes do Distrito. O maior apoio aparece nos indivíduos com mais de 30 anos de idade, dado que é essa faixa etária que mais beneficia do emprego na Fábrica. De referir ainda que o maior número dos concordantes no factor positivo da Fábrica, cerca de 40%, possui a frequência do Ensino Secundário ou mais.

**Quadro 5 - A Companhia contribui positivamente para o melhoramento da vida da comunidade?**

	Sexo		Idade		Escolaridade	
	Mulheres	Homens	<30 anos	> 30 anos	< EP	> ES
Concorda	20	21	11	32	19	22
Não concorda	2	3	2	4	7	4
Indiferente	4	5	5	1	3	0

*N=55, Respostas Múltiplas*

O aspecto mais visível do benefício da Fábrica no Distrito é a disponibilidade de empregos para a população, tanto aos residentes como aos provenientes das outras localidades ou províncias, o que indirectamente tem contribuído para o povoamento da região. Como consequência deste crescimento de habitantes, mais exigências surgem para o aumento das infraestruturas sociais. Aqui mais uma vez a Companhia de Sena é chamada a tomar parte nas



acções que visem proporcionar condições básicas de vida dos habitantes de Marromeu. O Hospital Distrital foi recentemente reabilitado com a completa contribuição da Sena, assim como a efectivação de obras para a conversão da antiga Escola Primária Oficial para a actual Escola Secundária, que é única no Distrito. O fornecimento de energia eléctrica e água para o Hospital e Escola é efectuado gratuitamente pela Companhia de Sena.

Quanto às condições básicas de vida dos habitantes, ainda há um longo caminho a percorrer. Como resultado do conflito armado, a rede de saneamento, distribuição de água canalizada e electricidade, foram seriamente danificadas. Muito lentamente está-se a regressar à normalidade. Como atrás referimos, a Companhia tem contribuído para o fornecimento de energia e água ao Hospital Distrital e à Escola Secundária. Por outro lado, ajudas preciosas advêm de instituições humanitárias e ONGs, no abastecimento de água potável através de fontanários. Os dados recolhidos por inquérito, conforme mostra o Quadro 6, revelam que dos 55 inquiridos somente 7 habitam em casa convencional, isto é, habitação de alvenaria, possuindo água canalizada, fossa asséptica e electricidade. Contudo, tanto a água como a electricidade não são fornecidas continuamente durante o dia, o que obriga ao armazenamento suplementar da água em baldes. A maior parte das pessoas recorre ao uso das latrinas, cerca de 80% dos inquiridos, o que consideramos extremamente positivo no respeitante à saúde pública.

**Quadro 6 – Tipo de Habitação/Água, Condições Sanitárias e Electricidade**

	<b>Água Canalizada</b>	<b>Fossa Asséptica</b>	<b>Latrina</b>	<b>Com Electricidade</b>
Convencional	7	7	0	7
Madeira/Zico	4	4	10	9
Palhota/Precária	0	0	34	5
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>44</b>	<b>21</b>

*N=55, Respostas Múltiplas.*

Dando seguimento a uma tradição regional, a Igreja Católica Romana, tem tido um papel particular no relacionamento com a Direcção da Companhia no respeitante à concertação social. Note-se que no período anterior à independência de Moçambique, a população de Marromeu era maioritariamente cristã.

A Sena também desenvolve acções coordenadas de formação de educadores do bairro em colaboração com as autoridades do distrito na área da saúde, na precaução e protecção às doenças sexualmente transmissíveis, com particular ênfase na prevenção contra o HIV/SIDA. Essas medidas constituem também um garante para a manutenção de mão-de-obra saudável e

consequentemente a continuidade de uma produção estável. A propagação dessas doenças encontra um ambiente fértil nesta região do país, devido às certas práticas de rituais fúnebres tradicionais. Após a morte de um homem, procede-se à cerimónia de purificação da mulher viúva (*kupita-kufa*<sup>85</sup>), em que esta tem que se envolver sexualmente com um parente do falecido. Ora, isso propicia a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, visto que nessa prática não se atende às causas da morte. Todos os quadrantes da sociedade em Marromeu estão cientes dessa problemática, o que constitui um passo bem positivo para a sua extinção. Como temos vindo a referir, os líderes tradicionais, as instituições do Governo, as ONGs e a própria Companhia de Sena através do Departamento dos Recursos Humanos, desenvolvem acções coordenadas de esclarecimento e sensibilização à população. Nos nossos contactos com a população pudemos constatar os resultados desse trabalho, visto que é notória a preocupação de todos.

No entanto, nas localidades a realidade é muito diferente da que se encontra em Marromeu (Vila). A população tem falta de informação/educação. Existem casamentos prematuros, ritos tradicionais, o índice de nascimentos é elevado e verifica-se uma elevada mortalidade em camadas jovens.

---

<sup>85</sup> Tradução: Reconciliação com a morte.

## CONCLUSÃO

A reflexão, desenvolvida ao longo desta dissertação sobre a importância do Complexo Fabril Açucareiro de Marromeu no desenvolvimento socio-económico para a comunidade local, teve como objectivos compreender e expor a coexistência entre um dos grandes propulsores da economia Moçambicana e o bloco humano mais próximo, ou seja os habitantes de Marromeu. Através do instrumento de análise do Desenvolvimento, temos procurado caracterizar este em função do crescimento económico, incorporando outros aspectos com ele relacionados, como o desenvolvimento do capital social e humano, a questão das alterações políticas, estabilidade familiar, e todos os elementos que possam surgir dessas interações. Procuramos neste estudo não seguir linhas dos outros casos do mesmo ramo no país, desenvolvidos por outros autores, porque entendemos que a escolha do caminho adequado para o Desenvolvimento é eminentemente estratégico e tem de ser feita *Ad Hoc*, isto é, caso a caso, considerando-se as possibilidades e limitações da situação, época e ambiente. Todas as sociedades possuem possibilidades próprias para alcançar o Desenvolvimento, podendo portanto prejudicá-las o facto de insistirem em copiar soluções ou modelos alheios à sua realidade.

A análise foi desenvolvida tendo em conta que a recuperação da fábrica de açúcar, colocando-a no seu potencial máximo através da utilização de novas tecnologias, novas políticas de gestão na qualidade de grande empresa, e efectiva gestão dos recursos humanos, não só trará resultados económicos esperados pelo Governo, mas também um grande contributo na produção de empregos e, conseqüente desenvolvimento social da população de Marromeu. Por outro lado, associado ao atrás perspectivado, procurámos obter da população a sua avaliação quanto a este empreendimento e a funcionalidade das infra-estruturas sociais a ele associadas, que beneficiem directamente a população.

No nosso estudo de caso podemos afirmar que o Complexo da Companhia de Sena tem sido um dos principais factores, se não o único de momento, de crescimento e desenvolvimento de todo o Distrito de Marromeu. Essa conclusão é alicerçada pelos resultados dos inquéritos junto da população da Vila, que mais de perto vive os efeitos da fábrica, visto que a maioria da força laboral do complexo reside nas suas redondezas.

Mas, dentro do que pudemos observar e constatar dos diversos sectores de actividade, as opiniões pela positiva foram mais no sentido de responder taxativamente as perguntas dos nossos inquéritos, e não de formular uma satisfação plena sobre o decurso da sociedade como

um agente a beneficiar pela existência duma unidade de produção geradora de grandes lucros. Por essa razão quisemos expressar doutro modo as conclusões sobre a nossa hipótese de partida, no seguimento das opiniões não previstas nos questionários.

Em primeiro lugar, a Companhia de Sena como o maior empregador da região criou um estigma nas pessoas de que não há alternativas de vida estável em Marromeu sem que nela se esteja empregue. Essa situação tem criado um certo constrangimento nas pessoas de outras regiões em fixarem residência na região, visto que as perspectivas de emprego são muito escassas, e quando existem, são na sua maioria no sector de corte de cana. Todas as iniciativas de actividade económica existentes têm pouca ou nenhuma ligação com o Complexo Fabril, pelo que dificilmente se garante a sua estabilidade, donde a condição de empregabilidade ser frágil. A Companhia de Sena funciona duma forma autónoma, com serviços próprios. Os únicos serviços públicos são os ligados ao Estado, como o Hospital, as Telecomunicações de Moçambique, a Administração do Distrito e os Serviços Municipais. Não existem iniciativas privadas condignas, como Bancos, instalações hoteleiras e, comércio.

Em segundo lugar, perspectivas de um futuro substancialmente melhorado são muito ténues na maioria da população jovem. Tem havido manifestações de apatia e indiferença em tudo quanto os rodeia. Os que se sentem mais encorajados em ter uma vida tranquila e sem sobressaltos são os moradores regressados após a guerra civil. Estes têm a sua subsistência à base de produtos da terra, dedicando-se à agricultura. Assim reforçam os seus rendimentos quando têm algum membro do seu agregado com emprego na fábrica. Para os recém-chegados, quando não afectos à fábrica, ou se dedicam ao comércio informal ou engrossam o número de desempregados.

O facto de quase toda a sociedade civil de Marromeu viver em função da Companhia de Sena, isso traz muitas limitações em termos de novas iniciativas para o desenvolvimento, pois que a deficiência nos acessos rodoviários e o fraco apoio estatal em proporcionar investimentos privados de vária ordem numa zona rural como esta em muito limitam a implantação de novos negócios e empresas, resultando daí a estrita dependência da população em relação à fábrica açucareira em termos de emprego.

O padrão do crescimento global da economia de Moçambique não parece ser o mais adequado para reduzir a pobreza, diversificar a base produtiva, fortalecer as ligações económicas internas e, neste processo, gerar sustentabilidade e equidade económicas. Uma economia mais diversificada, com um sector de transformação vibrante pode oferecer as melhores oportunidades para a elevação dos padrões de vida a longo prazo.

Apesar do fraco desenvolvimento da agricultura em Moçambique, o país possui um grande potencial para a médio e longo prazos desenvolver uma agricultura que assegure um crescimento sustentável. É necessário que sejam adoptadas deliberadamente estratégias que visam a transformação da economia familiar de subsistência e de baixo rendimento para uma agricultura mais integrada, orientada para criação de emprego, auto-suficiência alimentar, produção de matéria-prima para indústria nacional e exportação. A materialização desses objectivos pressupõe a especialização e produtividade cada vez maiores através da intensificação. Ora, Marrromeu está situado numa zona privilegiada do Delta do Rio Zambeze, com potenciais condições de irrigação para uma agricultura extensiva, e capaz de um desenvolvimento económico e social com sucesso.

No percurso da Companhia de Sena existe um aspecto que consideramos de elevada importância social mas que não foi tido em conta na fase de reabilitação. Sendo o Complexo Fabril um projecto de longa duração, e prevendo-se a aplicabilidade de muita mão-de-obra, seria de esperar que tivesse sido implementada uma política de habitação e infra-estruturas sociais que beneficiasse todos os seus trabalhadores. Ora, tanto quanto nos foi dado a observar, a Companhia dispõe de alojamento de cerca de uma centena de casas, o que não responde de forma alguma às necessidades da população empregada. Como referimos ao longo da nossa dissertação, outrora a Sena Sugar Estates dispunha de condições sociais e habitacionais, incluindo centros recreativos e culturais, que contemplavam a maioria dos trabalhadores, desde os cortadores de cana até aos directores da empresa, se bem que numa política separatista. Contudo, o apontar desta debilidade, que urge ser ultrapassada em benefício de um desenvolvimento que beneficie notoriamente a população de Marrromeu, que se encontra dependente da existência da Fábrica de Açúcar, não constitui a nosso ver um factor que desvirtue os resultados até aqui obtidos. Na realidade o positivo contributo do Complexo Fabril é inegável, tanto ao nível da economia nacional e regional, como em termos da melhoria das condições socio-económicas da comunidade ligada a este empreendimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAMSSON, Hans, NILSSON, Anders (1994), *Moçambique em Transição – Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, 1ª ed., PADRIGU/CEEI-ISRI, Maputo.
- ALMEIDA, J. Ferreira de e PINTO, José Madureira (1976), *A investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- ALMEIDA, J. Ferreira *et al* (1992), *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.
- AMARO, R. Roque (1990), *Desenvolvimento e injustiça estrutural*, in **Communio**, nº 5, Setembro/Outubro, pp. 448-459.
- AMARO, R. Roque (1990), *O “Puzzle” territorial dos anos 90: Uma territorialidade flexível (uma nova base para as relações entre nações e regiões)*, Vértice, 33, pp. 39-48.
- AMARO, R. Roque (Coord.) (1992), *Iniciativas de Desenvolvimento local: caracterização de alguns exemplos*, ISCTE/IEFP, Dezembro (159 pág.).
- AMARO, R. Roque (2003), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, in **Cadernos de Estudos Africanos**, nº 4, Janeiro/Julho, p. 35-70.
- AMIN, Samir (1975), *Capitalismo Periférico e Comércio Internacional*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.
- BENTO, Carlos L. (1993), *As Ilhas de Querimba ou de Cabo Delgado – Situação colonial, resistência e mudança*, ISCSP-UTL.
- CARDOSO, F. Jorge (1993), *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto de África SubSahariana*, Fim de Século Edições, Lda. Lisboa.
- CASTEL BRANCO (2003), *Indústria e Industrialização em Moçambique. Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento*. Maputo.
- CHANDRA, Rajesh (1992), *Industrialization and Development in the Third World*, Routledge, London.
- CHANG, Ha-Joon (ed.) (2004), *Rethinking Development Economics*, 2nd ed., Anthem Press, London.
- DAVA, F., ARTUR, D. e ENOSSE, C. (2003), *A participação das Autoridades Comunitárias na Governação Local*, ARPAC-Instituto de Investigação Sócio-Cultural, Maputo.

- DAVIDSON, Basil (1969), *Os Africanos – Uma Introdução à sua História Cultural*, Edições 70, Lisboa.
- DORNBUSCH, Rudiger e HELMERS, F. Leslie C.H. (1991), *Economia Aberta – instrumentos de política económica nos países em vias de desenvolvimento*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- DUVERGER, M. (1973), *Horizontes da Antropologia*, Edições 70, Lisboa.
- FELICIANO, J. Fialho (1989), *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique – Dissertação do Doutoramento em Antropologia Económica pela Universidade Técnica de Lisboa*.
- FELICIANO, J. Fialho (1996), *Empresários e Memória Social: Percursos em Moçambique 1983/93*, *in* *Economia e Gestão*, nº 2/96, AEDG/ISCTE.
- FODDY, William (1997), *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Celta Editora, Oeiras.
- FRANK, André Gunder (1976), *Sociologia de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Centelha, Coimbra.
- FRIEDMANN, John (1996), *Empowerment - Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Celta Editora, Oeiras.
- GHAI, Dharam (1990), *Participatory development: Some perspectives from grass roots experiences*, in *Estratégias de Desenvolvimento*, ISCTE, pp. 215-246.
- GIDDENS, Anthony (2000), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GUTHRIE, M. (1967/71), *Comparative Bantu*. London: SOAS, University of London.
- HANLON, Joseph (1997), *Paz sem benefício: Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*, Centro de Estudos Africanos, Maputo.
- HUGON, P. (1999), *A Economia de África*, Editora Vulgata, Lisboa.
- HUMBANE, L.D. (1999), *Moçambique: O PRE e a Emergência de Empresas.*, *Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*, ISCTE, Lisboa
- MAZULA, Brazão (1995), *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975 – 1985*, Edições Afrontamento, Lisboa.
- MAZULA, Brazão (Coord.) (2002), *Moçambique – Dez anos de Paz*, CEDE-Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, pp. 207-225, Maputo.
- MILANDO, João (2003), *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais “Adversos”*: *Aspectos Africanos*, Phal, ISCTE, Lisboa.
- MIRA, F.B., (1996), *Modelos Organizacionais das PME’s de Maputo-Moçambique*, *Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*, ISCTE, Lisboa.

- MIRA, F.B. (1997), *Emergência Empresarial, Economia e Cultura*, O Desafio Africano, Maputo.
- MOSCA, João (2005), *Economia de Moçambique*, Instituto Piaget-Divisão Editorial, Lisboa.
- MTUMBUIDA, Ricardo (2001), *A Economia Rural de Moçambique: Uma Rudimentaridade Estrutural*, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais-Instituto Superior e Relações Internacionais, Maputo e Department of Peace and Development Research, Göteborg University.
- MURTEIRA, Mário (1983), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Editorial Presença, Lda., Lisboa.
- MURTEIRA, Mário (1988), *Os Estados de Língua Portuguesa na Economia Mundial*, Editorial Presença, Lda., Lisboa.
- NEGRÃO, José (2001), *Cem anos de Economia da Família Rural Africana: O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva*, Edição Promédia, Maputo.
- OPPENHEIMER, J. (2001), *Pobreza no contexto do ajustamento estrutural. A situação urbana em Moçambique*, Estudos do Desenvolvimento, nº 6, CESA, Lisboa.
- OPPENHEIMER, J., RAPOSO, I. (2002), *A pobreza em Maputo*, MTS, Lisboa.
- OPPENHEIMER, J., (2006), *Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza*, IPAD - Centro de Documentação e Informação, Lisboa.
- PERROUX, François (1987) *Ensaio sobre a Filosofia do novo Desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PINTO, José Madureira e Augusto Santos Silva (eds.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Afrontamento, Porto.
- PITCHER, M. Anne (2002) *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*, Cambridge University Press.
- P.N.U.D. (1994), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Desenvolvimento Sustentável*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (1995), Relatório do Desenvolvimento Humano: *A Revolução pela Igualdade dos Sexos*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (1997), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza*, Trinova Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (1998), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Mudar os Padrões de Consumo de Hoje para o Desenvolvimento Humano de Amanhã*, Tricontinental Editora, Lisboa.



- P.N.U.D. (1999), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Globalização com uma face Humana*, Tricontinental Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (2000), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. Pela Liberdade e Solidariedade*. Tricontinental Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (2001), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa.
- P.N.U.D. (2002), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado*, Editora Mensagem-Serviço de Recursos Editoriais, Lda, Queluz.
- P.N.U.D. (2003), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Os Objectivos do Milénio*, PNUD, Lisboa.
- P.N.U.D. (2004), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, Editora Mensagem - Serviço de Recursos Editoriais, Lda, Queluz.
- P.N.U.D. (2005), Relatório do Desenvolvimento Humano: *Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*, Ana Paula Faria Editora, Lisboa.
- PRAH, K.K. (1990), *Ideologia e Prática de Desenvolvimento em África*, Revista Internacional de Estudos Africanos, n.ºs. 12 e 13, Jan-Dez, pp.175-187.
- PROENÇA, Carlos Sangreman (1991), *Políticas económicas de estabilização e ajustamento estrutural em África*, Documento de trabalho, Cadernos de Económicas, ISEG, Lisboa.
- PROENÇA, Carlos Sangreman (2003), *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau no período de 1986-2001*. Tese de doutoramento, ISTE, Lisboa.
- QUIVY, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.
- RICARDO, David (2001), *Princípios de Economia Política e de Tributação*, 4ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 175.
- ROSTOW, W.W. (1964), *Etapas do Desenvolvimento Económico (Um Manifesto Não Comunista)*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, pp. 14-28.
- SAKIKO Fukuda-Parr (2003), *The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities*, Feminist Economics, 9(82-3), pp.301-317.
- SEN, Amartya (1999), *Pobreza e Fomes - um ensaio sobre direitos e privações*, Terramar, Lisboa.
- SEN, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva, Trajectos, Lisboa.

SO, Alvin Y. (1990), *Social Change and development: Modernization, Dependency and World-systems Theory*, Sage Publications, London.

STIGLITZ, Joseph E.(2004), *Globalização: A Grande Desilusão*, Terramar Editora, Lisboa.

TENREIRO, Francisco J. Vasques (1963), *A Ilha de S. Tomé*, Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

TORRES, Adelino (1995), *Economia do Desenvolvimento – Problemas Teóricos do crescimento e do desenvolvimento*, Texto de Apoio ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG-UTL, Lisboa.

UNICEF (2006), *A Pobreza na Infância em Moçambique – Uma análise da situação e das tendências*, Maputo.

VANSINA, Jan (1985), *Oral Tradition as History*, The University of Wisconsin Press, Wisconsin.

YÁÑEZ-CASAL, Adolfo (1996), *Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique*, Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa.

Revistas consultadas

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Nº 21, Abril de 1997, Maputo.

Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009, República de Moçambique (2005), Conselho de Ministros, Maputo.

Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa sobre a Exposição das actividades económicas de Moçambique comemorativa da visita de sua Excelência o Presidente da República General Francisco Higinio Craveiro Lopes, Agosto de 1956.

## **ANEXOS**



## Anexo II - Questionários

### A- À Direcção da Empresa

1 – Em que ano iniciou a actividade da empresa

2 – Quantos trabalham na empresa (H e M)

3 – A idade dos trabalhadores

[Até 20 anos]

[21-25 anos]

[26-35 anos]

[36-45 anos]

[46-55 anos]

[+56 anos]

4 – Quais os sectores da empresa e nº trabalhadores

Agricultura

Fábrica

Serviços

5 – Área da plantação de cana-de-açúcar em Marromeu

6 – Quais os benefícios de carácter social

Assistência Médica

Seguro de Trabalho

Aposentação

Outros

## **B – À População da Vila de Marromeu**

1 – Se é natural de Marromeu

Sim

Não

2 – Se trabalha na Companhia de Sena

Sim

Não

3 – Tipo de habitação

Convencional

Precária

4 – Condições sanitárias

Latrina

Fossa asséptica

5 – Abastecimento de água

Poço

Fontanário

Rio

Água canalizada

6 – Electricidade?

Sim

Não

7 – A Companhia contribui positivamente para o melhoramento da vida da comunidade?

-Concorda

-Não concorda

-Indiferente

## **C – Educação (aquisição de conhecimentos)**

### 1 - Escolaridade por nível

Primário

Secundário

Alfabetização p/ adultos

### 2 - Rede Escolar

Nº de escolas primárias

Nº de escolas secundárias

### 3 – Efectivo de Professores

Primário

Secundário

Alfabetização p/ adultos

### 4 - Aproveitamento escolar e pedagógico

Primário

Secundário

## **D - Saúde**

1 - Esperança de vida à nascença

2 - Taxa de natalidade

3 -Taxa de mortalidade

4 – Longevidade

5 - N° de hospitais

6 - N° de médicos p/habitante

7 - N° de técnicos de saúde

RX

Farmácia

Laboratório

Enfermeiros

Outros técnicos de saúde



### Anexo III

**Quadro7 – Número de trabalhadores por sector e por género**

<b>SECTORES</b>	<b>FEMININO</b>	<b>MASCULINO</b>
Direcção	1	8
Human Resource	2	24
Contabilidade	3	60
Fábrica	45	540
Agricultura	308	5945
Escritórios-Beira	2	71
IT&Comms	2	9
Garage		507
Food and cleaning		6
Logística		23
Secção de guardas	12	250
Delegação-Chinde		6
Matilde		3
Luabo	1	113
Mopeia		2
Quelimane	2	6
Mocuba		5
Maputo		1
Construção civil	2	143
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>7722</b>

*Fonte: Calculado a partir de base de dados da Companhia de Sena.*

#### Anexo IV - Habitação Rural “Palhota”



#### Anexo V - Fontanário de água potável





**Anexo VI - Mercado informal**



**Anexo VII - Hospital Distrital de Marromeu**





**Anexo VIII - Centro de Saúde da Companhia**



**Anexo IX – Contentor para transporte de açúcar**





**Anexo X - Chefe de campo/ zona (Entrevista)**



**Anexo XI - Corte da Cana-de-açúcar**





**Anexo XII - Transporte da cana dos campos para a fábrica**



**Anexo XIII - Processo de lavagem da cana**





**Anexo XIV - Processo de lavagem da cana**



**Anexo XV - Trituração da cana**

